

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – INCIS
Programa de Pós - Graduação em Ciências Sociais

GILSON ROBERTO DE ABREU CARVALHO JÚNIOR

BULLYING E CIBERBULLYING:

**ações, programas e projetos de enfrentamento
nas escolas públicas de Uberlândia**



Uberlândia – MG

Agosto - 2014

GILSON ROBERTO DE ABREU CARVALHO JÚNIOR

BULLYING E CIBERBULLYING:
ações, programas e projetos de combate
nas escolas públicas de Uberlândia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais sob a orientação da *Prof^a. Dr^a. Elisabeth da Fonseca Guimarães*.

Uberlândia – MG

Agosto - 2014

GILSON ROBERTO DE ABREU CARVALHO JÚNIOR

BULLYING E CIBERBULLYING:

**ações, programas e projetos de combate
nas escolas públicas de Uberlândia**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Geraldo Élvio Magalhães - UFMG

Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza - UFU

Prof^a. Dr^a. Elisabeth da Fonseca Guimarães (orientadora) - UFU

DEDICATÓRIA

Dedicado este trabalho à minha saudosa mãe, Warinalva Matos, a “Tia Tuca”, por senti-la ao meu lado, ainda que fisicamente não esteja mais aqui. “*Se pudesse, eu nasceria outra vez, pra ser seu filho...*”.

Às minhas irmãs, Yara e Mayaha, por formarem comigo a família que somos – família tão pequena e tão grande ao mesmo tempo e, mais importante, por termos uns aos outros. E pelas risadas mais altas do mundo!

Aos meus pequenos sobrinhos, Nicolas e Isabelle, meu pequeno príncipe Nicky e minha pequena princesa Bellinha, minha maior alegria, meu amor maior! Sou, assumidamente, o “Tio Núnio” mais babão do mundo!

Aos meus alunos, àqueles que se encheram de coragem e confiaram a mim seus segredos e sofrimentos quanto ao *bullying* ou *ciberbullying* – isso foi decisivo pela escolha da minha pesquisa. E àqueles tantos que ainda sofrem com essa covarde violência.

E a todas as pessoas, educadoras ou não, que acreditam no exercício do bem!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pelo presente precioso da vida e pelas bênçãos de sabedoria, fé e saúde.

À minha família, por estar comigo em todos os momentos e ter entendido quando precisei me ausentar.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Elisabeth da Fonseca Guimarães, por não ter desistido de mim e ter acreditado que eu seria capaz, pela parceria desde a graduação, pela paciência nas orientações.

Ao Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza e à Prof^a. Dr^a. Rafaela Cyrino Peralva Dias, pelas enriquecedoras contribuições na Qualificação, e ao Prof. Dr. Geraldo Élvio Magalhães, pela participação na Defesa deste trabalho.

Aos meus amigos Egmar Ferraz, pelo exemplo de homem, cidadão e pai que me acolheu e me ama; Fernando Faria, pelo exemplo de caráter e humildade e pela relação de amor fraterno que nossa amizade permite ter; Danielle Ganda, pelo exemplo e inspiração não “só” como mestra e doutora, mas como ser lindamente humano; Luciana Matias, pela enriquecedora amizade de tantos anos, pelos conselhos, partilhas e sorrisos; Whallas Guilherme, por ter sido aquele que mais pacientemente me ouviu falar das aflições deste mestrado e ter tido sempre palavras de estímulo; Renata Nicurgo, pelos recadinhos tão atenciosos, edificantes e carinhosos, tornando a jornada menos pesada e mais perfumada; Daiane Silva, pelo companheirismo, informações importantes e por compartilhar da postura de empatia com aqueles que sofrem; Fabrício de Aquino, Flávio Barreto e Raphael Venâncio, que representam aqueles que me permitem o presente de ser amado como um “segundo pai”; Gustavo Alves, pela nobreza na inversão de papéis: eu, professor, tornei-me aluno de sua postura responsável e apaixonante frente aos estudos; e Raphael Dias, por ter estendido sobre mim suas asas e direcionado aos céus tantas orações pela minha vida. Por intermédio de vocês, agradeço a todos que fazem tanta diferença em minha vida!

E aos meus alunos e ex-alunos com quem compartilhei lições que vão muito além dos livros didáticos.

*Tire suas mãos de mim
Que eu não pertenço a você
Não é me dominando assim
Que você vai me entender
Eu posso estar sozinho
Mas eu sei muito bem onde estou
Você pode até duvidar
Acho que isso não é amor
Será só imaginação?
Será que nada vai acontecer?
Será que é tudo isso em vão?
Será que vamos conseguir vencer?
Nos perderemos entre monstros
Da nossa própria criação
Serão noites inteiras
Talvez por medo da escuridão
Ficaremos acordados
Imaginando alguma solução
Pra que esse nosso egoísmo
Não destrua nosso coração
Será só imaginação?
Será que nada vai acontecer?
Será que é tudo isso em vão?
Será que vamos conseguir vencer?
Brigar pra quê
Se é sem querer
Quem é que vai nos proteger?
Será que vamos ter
Que responder
Pelos erros a mais
Eu e você?*

"Será"- Legião Urbana –Renato Russo

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Formação Acadêmica.....	Página 48
Gráfico 2: Tempo na função de especialista da educação básica.....	Página 48
Gráfico 3: Exercício da função de especialista da educação básica	Página 49
Gráfico 4: A concepção de <i>bullying</i>	Página 50
Gráfico 5: A concepção de <i>ciberbullying</i>	Página 51
Gráfico 6: Há diferença entre violência escolar, <i>bullying</i> e <i>ciberbullying</i> ?.....	Página 52
Gráfico 7: Fontes de conhecimento sobre <i>bullying</i> e <i>ciberbullying</i>	Página 53
Gráfico 8: Você já participou de alguma atividade sobre <i>bullying</i> e <i>ciberbullying</i> ?...	Página 54
Gráfico 9: Os professores de sua instituição já participaram de atividades sobre <i>bullying</i> e <i>ciberbullying</i> ?.....	Página 54
Gráfico 10: Caso fosse oferecida alguma capacitação sobre <i>bullying</i> e <i>ciberbullying</i> , você participaria?.....	Página 55
Gráfico 11: Você acredita que os professores da sua escola teriam interesse em enfrentar o <i>bullying</i> e o <i>ciberbullying</i> ?.....	Página 57
Gráfico 12: Esta escola teve casos de <i>ciberbullying</i> ?	Página 58
Gráfico 13: Procedimentos em casos de <i>bullying</i>	Página 60
Gráfico 14: Procedimentos em casos de <i>ciberbullying</i>	Página 60
Gráfico 15: Casos de <i>bullying</i> e <i>ciberbullying</i> registrados.....	Página 61
Gráfico 16: Na sua opinião, que fatores levariam à maior ocorrência de <i>bullying</i>	Página 62
Gráfico 17: Medidas tomadas em relação ao <i>bullying</i> e ao <i>ciberbullying</i>	Página 64
Gráfico 18: Ações realizadas sobre <i>bullying</i> e <i>ciberbullying</i> na escola.....	Página 65
Gráfico 19: Faixa etária e série dos estudantes envolvidos nos casos de <i>bullying</i> e <i>ciberbullying</i>	Página 69
Gráfico 20: <i>Bullying</i> – sexo dos agressores.....	Página 69
Gráfico 21: <i>Bullying</i> - sexo das vítimas.....	Página 70
Gráfico 22: <i>Ciberbullying</i> – sexo dos agressores.....	Página 70
Gráfico 23: <i>Ciberbullying</i> – sexo das vítimas.....	Página 71

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo conhecer e analisar ações, projetos e programas de combate ao *bullying* e ao *ciberbullying* nas escolas públicas municipais e estaduais de Uberlândia. Esses fenômenos de violência que acontecem nas escolas e nas redes sociais – que têm como referência os próprios estudantes – fazem parte da realidade de qualquer grande cidade e estão na pauta de jornais e demais veículos de comunicação. O recorte desta investigação considerou as escolas que oferecem o ensino fundamental II, faixa etária escolar dos 11 aos 14 anos, em que há maior incidência dos casos. A pesquisa apontou a diferença entre violência escolar e tais fenômenos, suas características e possíveis consequências; percorreu o histórico de como o *bullying* e o *ciberbullying* passaram a fazer parte do cenário das escolas brasileiras; investigou o esforço por combatê-los. Os dados foram colhidos junto a profissionais das escolas que têm conhecimento e contato com a dinâmica do ensino fundamental II como um todo, ou seja, os especialistas da educação. Utilizou de técnicas como entrevistas semi-estruturadas, análise de documentos e mídias como *sites* e *blogs*. Por tratar-se de uma pesquisa que teve um objeto de estudo ainda pouco trabalhado em Uberlândia e região, salienta-se a preocupação em disponibilizá-lo à Secretaria Municipal de Educação e à Superintendência Regional de Ensino como um referencial para ações e projetos futuros de educadores que lidam diariamente, em maior ou menor medida, com os agressores, as vítimas e a platéia: atores envolvidos com a prática do *bullying* e do *ciberbullying*.

Palavras-chave: violência escolar; *bullying*; *ciberbullying*; ensino fundamental II; ações, projetos e programas de combate.

ABSTRACT

This research aimed to understand actions, projects and programs to combat bullying and cyberbullying in municipal and state public schools in Uberlândia and investigated the actions, projects and programs for this question. These phenomena of violence, that occur in the schools and in the social networks - which are referenced by the students themselves - are part of the reality of any large city and they are headlines of newspapers and other media. The clipping considered schools that offer Elementary II, school age from 11 to 14 years old, where there is a higher incidence of cases. The research showed the difference between school violence and such phenomena, their characteristics and potential consequences; run the history of how bullying and cyberbullying had become part of the scenery of Brazilian schools; investigated the effort to combat them. Data were collected from school professionals who had knowledge and contact with the dynamics of Elementary school II as education specialists. The techniques used were semi-structured interviews, analysis of documents and media, such as websites and blogs. Due to the fact that this research had an object of study still little applied in Uberlândia area, the emphasis is to offer it to the Department of Education and the Regional Superintendent of Education as reference to actions, projects and future programs for educators who deal daily, in highest or in lowest dimension, with the aggressor, the victims and the audience: actors involved in bullying and cyberbullying.

Keywords: school violence; bullying; cyberbullying; elementary II; actions, projects and programs to combat.

SUMÁRIO

I – Lista de gráficos.....	Página 07
II – Resumo.....	Página 08
III – Abstract.....	Página 09
IV – Prólogo.....	Página 11
V – Introdução.....	Página 15
VI - Capítulo 01 – Uma pesquisa em projeto.....	Página 17
VII – Capítulo 02 – Da violência escolar ao <i>bullying</i> e <i>ciberbullying</i>	Página 23
VIII – Capítulo 03 – Ações, programas e projetos de enfrentamento ao <i>bullying</i> e ao <i>ciberbullying</i>	Página 38
IX – Capítulo 04 – O <i>bullying</i> e o <i>ciberbullying</i> e a pesquisa para desvendá-los.....	Página 46
X – Conclusão.....	Página 74
XI – Referências.....	Página 79
XII – Apêndice.....	Página 81
XIII – Anexo 01.....	Página 85
XIV – Anexo 02.....	Página 92
XV – Anexo 03.....	Página 95

PRÓLOGO

A prática docente de Sociologia na Escola Estadual de Uberlândia, já há alguns anos, para um elevado número de alunos, trouxe experiências edificadoras. Contudo, experiências extra-classe foram enriquecedoras também, tão fortes quanto especiais.

Nos anos de 2009 e 2010, estive junto à coordenação de oficinas do Programa de Educação Afetivo-Sexual (*Peas*), da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais – e de uma delas surgiu a escolha pelo meu tema de mestrado.

Trabalhávamos muitos temas relacionados aos adolescentes e jovens; tínhamos oficinas de dança, teatro e violão. Lembro-me do tema central: “Jovens protagonistas!” – e eles eram! Organizavam tudo, corriam atrás, ensaiavam, enfim, precisavam de pouca orientação e supervisão para o muito que faziam. Até que chegou de Belo Horizonte - MG, por indicação da coordenação geral do programa, o tema de uma nova oficina: “Jovens protagonistas e violência” e, entre os itens a serem trabalhados, dois mereceram destaque: o *bullying* e o *ciberbullying*.

Era comum reunirmos a turma dos JP_{Peas} veteranos - Jovens Protagonistas *Peas* – dias antes, para estudarmos os temas e prepararmos as oficinas. Nessa reunião, foram muitos os exemplos sobre *bullying* e *ciberbullying*, mas as afirmações eram sempre do tipo “...uma amiga minha disse que sofreu isso...” ou “eu vi isso na internet, vi uma comunidade¹ em que xingavam um menino...”. E eles mesmos indicaram páginas de comunidades que podiam ser “*printadas*”² e vídeos – páginas e vídeos com títulos como “Bater é só começar!”, “Todo emo merece apanhar!”, “Veado que apanha vira homem!” proliferaram pela internet na mesma velocidade em que os usuários clicaram para participar e seguir essas comunidades ou indiciar que tinham “curtido”, ou seja, gostado das imagens e comentários.

Quando da realização da oficina, os participantes falaram bastante de casos de *bullying* e *ciberbullying*. Na dinâmica de construção de cartazes com recortes de figuras e palavras de

¹ - Forma de grupo virtual do Orkut, rede social da internet. Os usuários dessa rede se agrupavam em comunidades temáticas variadas.

² - *Printar* uma página da internet significa copiar a tela do computador e salvá-la como imagem, podendo ser utilizada posteriormente mesmo sem o acesso à internet. Computadores e notebooks possuem a tecla/comando “Prt Sc SysRq” que permitem ao usuário *printar* páginas on line; tal ação também é conhecida como *capturar* a imagem ou tela.

páginas de revistas, eles mais compartilhavam dos casos que sabiam do que pareciam estar realmente preocupados em formar os cartazes. Na apresentação dos grupos, o tema gerou ainda mais partilhas e comentários. Tamanha discussão levou-nos a pensar num encontro extra, logo na semana seguinte (os encontros eram quinzenais), uma vez que não havíamos sequer chegado à exposição mais formal do tema, a partir dos arquivos enviados pela coordenação do Projeto.

Na semana seguinte, estávamos juntos novamente para trabalhar sobre o que fora anteriormente proposto. A maioria dos 35 adolescentes participantes citaram casos que viram na televisão, sites da internet ou sobre pessoas próximas que sofreram tais práticas de violência. Até que um dos participantes, o mais calado e tímido deles, pediu a palavra.

Ele contou que, há quase dois anos, sofria com as ameaças verbais, com gestos intimidadores e perseguição de três colegas da mesma sala. Ele, sempre ótimo aluno, fisicamente magrinho e de voz fina – “incomum pra quem tinha 16 anos”, ouvia algo do tipo “sua bichinha, seu magricelo, seu nerd veado, magricelo veado”. Por algumas vezes, ao ir ao banheiro, ouvia esses mesmos colegas comentando sobre “bater em veados até torná-los homens”, que “na escola deles não permitiriam veadinhos”; e, na sala de aula ou corredores da escola, intimidavam os grupos de trabalho a não aceitá-lo ou colocavam chiclete ou tachinhas na cadeira dele, sempre sob o olhar de todos da turma, de uma maneira que os professores não podiam perceber, mas que parecia servir de força e estímulo para mais perseguições e para torná-los admirados por boa parte da turma. “Eu me sinto um ‘joão-bobo’³, um troféu nas mãos deles” – disse, emocionando a todos.

Após alguns segundos de silêncio e soluços de choro, todos os participantes aplaudiram o garoto que fez o depoimento e se levantaram para abraçá-lo, chamando-o, inclusive, de corajoso. Foi um momento muito forte, mas que não terminou ali.

Concluída a oficina, após tudo ter sido guardado e todos se despedido, o garoto ficou sentado num cantinho e pediu para conversar comigo. Perguntei se gostaria que a outra coordenadora também ficasse e ele disse que não. Conversamos numa sala mais reservada da escola. Inicialmente, ele chorou muito; dizia sentir-se culpado por “ser assim”, por ver suas notas piorarem e por não ser “importante para que ninguém desse atenção”. Perguntei sobre “não ser importante para não ter atenção” e ele respondeu que, após conversar com o pai, por quem era criado, o pai simplesmente comentou que logo a voz dele “seria igual a de homem”

³ - Tipo de brinquedo: boneco, geralmente inflável, muito comum entre crianças pequenas

e que eram apenas brincadeiras dos colegas, que meninos sempre brincam daquele jeito mesmo, que “na época dele também era assim, pra ‘não dar bola’....”.

E num gesto de extrema coragem, ele fez algo que me tocou profundamente: arregaçou as mangas do moletom, agasalho que usava mesmo nos dias mais quentes, e mostrou marcas do que pareciam arranhões. Eram cortes de bisturi, “de um pequeno bisturi, daqueles que a gente queima a ponta de uma caneta e coloca ali” – disse. Puxou as barras da calça e mostrou os tornozelos também machucados. Ele se auto-flagelava.

Eu não consegui falar muitas coisas. Dei-lhe um forte abraço, disse-lhe que poderia contar comigo e agradei pela confiança em ter-me dito e mostrado tudo aquilo; e que eu pensaria em algo para ajudá-lo.

Após aquele fim de semana, numa reunião com a direção da escola, acolheu-se minha sugestão de pedir orientação a uma colega também psicóloga. Após ouvir-me, segui suas orientações de conversar novamente com o garoto e o pai. O garoto concordou e acionei, com a especialista da educação da instituição, uma reunião com ele e o pai. Em três dias, a reunião aconteceu. O pai pareceu prestar atenção, pareceu incomodado com as marcas de agressões do filho ao próprio corpo, sem, no entanto, fazer qualquer comentário. Limitou-se apenas a dizer: “vou pensar no quê fazer”, retirando-se, junto com o menino, da sala onde estávamos. Era final de semestre.

Após as férias do meio do ano, logo no reinício das atividades, criei um trabalho em grupo para as turmas do 2º ano do Ensino Médio com as quais trabalhava e intitulei de “*O Bullying e o Cyberbullying analisados a partir das ações sociais de Max Weber*”. No trabalho, teriam de pesquisar sobre o *bullying* e o *ciberbullying* definindo-os, caracterizando-os, exemplificando-os e analisando-os como um dos tipos puros de ações sociais weberianas⁴. Os grupos teriam de criar *banners* que conscientizem os estudantes da escola, tanto do Ensino Fundamental II quanto do Ensino Médio.

Os trabalhos foram apresentados em sala de aula e, posteriormente nos corredores da escola, expostos por quase um mês, e desde 2010 são repetidos, visto o desempenho dos estudantes e a aceitação da escola como um todo. Cada estudante ou professor que passava, lia e até comentava sobre os *banners*, sozinho ou acompanhado, reforçando junto aos grupos do trabalho que a atividade tinha valido a pena. E realmente valia. Parecia pouco, mas já representava o indício de que algo podia ser feito.

4 - Conteúdo ministrado, segundo orientações do conteúdo programático da disciplina, no 2º ano do Ensino Médio.

Senti a ausência do meu ex-aluno. Após as férias, soube que o pai o retirou da escola. Inicialmente, senti que podia ter falhado, ter feito pouco – que poderia conseguir os contatos dele ou do pai na secretaria da escola... Nunca o encontrei nas redes sociais. Mas, depois, entendi que nada foi em vão.

Procurei me informar mais. E quanto mais lia, percebia que bastante se falava sobre o assunto, suas definições, características e os muitos exemplos que chegavam aos noticiários e sites. Preocupava-me, de modo especial, o que se fazia para combatê-los, particularmente nas escolas da cidade de Uberlândia, onde vivo e leciono.

Essas experiências levaram à escolha do tema e à preocupação com o problema que norteiam este projeto de mestrado, o *bullying* e o *ciberbullying*. Sim: nada foi em vão.

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada nas próximas páginas foi parte das exigências para a titulação de mestre pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Nasceu da preocupação em investigar problemas verificáveis nas instituições de ensino e, conseqüentemente, na sociedade em que estão presentes. Os problemas referidos são designados por *bullying* e *ciberbullying* e este trabalho tem como objetivo central verificar se há ações, projetos e programas de combate a esses problemas nas escolas públicas municipais e estaduais de Uberlândia.

Esta pesquisa passou pela investigação primeira da ocorrência dos casos de *bullying* e *ciberbullying* e como esses casos têm sido enfrentados, confrontando os dados obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas com dez especialistas da educação básica, focalizando o problema, os objetivos e as hipóteses propostas.

A investigação poderá servir de fonte à Secretaria Municipal de Educação (SME) e à Superintendência Regional de Ensino (SRE) para ações, projetos e programas futuros de combate ao *bullying* e ao *ciberbullying*, bem como a grupos de estudos sobre a violência escolar das instituições de ensino superior da cidade e região.

São apresentados os capítulos que compõem a pesquisa e que foram construídos ao longo dos estudos realizados para o exame de qualificação e a defesa deste mestrado. São eles: o capítulo 01, intitulado “Uma pesquisa em projeto”, que revisa o projeto inicialmente apresentado quando do processo de seleção para o mestrado; o capítulo 02, “Da violência escolar ao *bullying* e *ciberbullying*”, que traz a diferença entre a violência escolar e o *bullying* e o *ciberbullying* e apresenta o histórico de quando estes últimos passaram a ser investigados no mundo e no Brasil; o capítulo 03, “Ações, programas e projetos de enfrentamento ao *bullying* e ao *ciberbullying*”, que apresenta o que seriam essas ações, programas e projetos; o capítulo 04, “O *bullying* e o *ciberbullying* e a pesquisa para desvendá-los”, que apresenta os resultados obtidos com a coleta e análise dos dados; e a conclusão, que retoma os pontos centrais de toda a pesquisa, analisados a partir dos dados das entrevistas e das reflexões que permitiram. Ao final do trabalho, além da referência bibliográfica que alicerçou este trabalho, é apresentado um apêndice com o roteiro das entrevistas semi-estruturadas e os anexos constando sugestões

de materiais de combate ao *bullying* e ao *ciberbullying*, como cartilhas, filmes e projetos, matérias nacionais de mídias impressas, televisivas ou virtuais que comprovam a existência destes problemas e podem também ser utilizadas no seu enfrentamento e dados das instituições de ensino pesquisadas, incluindo a realização ou não de atividades sobre o *bullying* e o *ciberbullying*.

É importante afirmar que os capítulos, preocupados de modo central com o enfrentamento desses problemas na cidade de Uberlândia, intencionam fazer observações gerais, e outras específicas, do *bullying* e do *ciberbullying*, desde o histórico de surgimento até a contextualização atual.

O *bullying* e o *ciberbullying* são graves problemas no contexto da educação e da sociedade brasileiras. Oferecer uma análise sobre como tais problemas são combatidos na cidade de Uberlândia é uma contribuição que pode juntar-se a outros estudos que procuram entendê-los e enfrentá-los, sob a luz da ciência, buscando as intervenções necessárias.

CAPÍTULO 1:

UMA PESQUISA EM PROJETO

A proposta deste capítulo é apresentar o projeto de pesquisa aprovado no processo de seleção para o mestrado, após revisadas todas as partes da proposta de trabalho: o problema, as hipóteses, os objetivos, a justificativa, a metodologia, as referências teóricas e a bibliografia.

O objeto de estudo da investigação referiu-se ao *bullying* e ao *ciberbullying*, formas de violência “caracterizadas pela intencionalidade e continuidade de ações agressivas contra a mesma vítima, sem motivos evidentes, resultando em danos e sofrimentos e dentro de uma relação desigual de poder”. (FANTE, 2005, p. 07). Autores como Cleo Fante e Ana Beatriz Barbosa e Silva ainda reforçam, na definição de tais fenômenos, a gratuidade dessas formas de violência que “ocorrem em diversos espaços da escola ou fora dela, como também em ambientes virtuais, onde os recursos da tecnologia de informação e comunicação são utilizados no assédio.” (SILVA, 2010, p.21).

O problema investigado passa pelo entendimento do que são essas formas de violência, e, principalmente, o que é feito para enfrentá-las.

A temática da pesquisa teve como ponto de partida a escola pública municipal e estadual que oferece o ensino fundamental II (6º ao 9º anos da educação básica) em Uberlândia, local e segmento em que a prática do *bullying* mais acontece, como apontou o relatório “*Bullying escolar no Brasil*”, solicitado pelo Ministério da Educação (2010).

O tipo de *bullying* considerado nesta pesquisa foi o *bullying entre pares*, ou seja, entre colegas de escola. Essa, também, foi a forma considerada para a análise do *ciberbullying*. Essa caracterização é importante pois, segundo Cleo Fante (FANTE, 2005, p. 08) e Ana Beatriz Barbosa e Silva (SILVA, 2010, p.23), há outras formas de *bullying*, como as que acontecem entre professores e alunos, em escritórios e outros ambientes de trabalho – como o assédio moral e sexual, sempre marcados pela intencionalidade de vitimizar e demonstrar desequilíbrio de poder. Contudo, a forma mais comum nas escolas é o *bullying* entre estudantes.

A pesquisa aconteceu na cidade de Uberlândia – MG. Foram entrevistados dez especialistas da educação básica em dez instituições públicas municipais e estaduais de

ensino. Foram selecionadas uma escola pública municipal e uma escola pública estadual de ensino fundamental II das regiões norte, sul, leste, oeste e centro da cidade. No total foram dez escolas e, portanto, dez entrevistados. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com esses profissionais que trabalham com os professores do ensino fundamental II e que cumprem também a tarefa de orientadores dos alunos em assuntos como disciplina, regras e deveres escolares. Os especialistas da educação, possivelmente, estariam cientes da ocorrência dos casos de *bullying* e *ciberbullying* e das ações e projetos para combatê-los.

Assim, o problema que fomentou esta pesquisa investigou se os profissionais da educação em Uberlândia têm conhecimento sobre *bullying* e *ciberbullying* e se realizam alguma ação ou projeto de enfrentamento dessa situação.

A hipótese central é que os profissionais da educação – especialistas, professores e diretores - encontram dificuldade na identificação do *bullying* e do *ciberbullying* e que, efetivamente, ainda não existe a devida mobilização para preveni-los e solucioná-los. Por que isso acontece? São desdobramentos da hipótese:

- a dificuldade na identificação do *bullying* e *ciberbullying* por parte dos educadores, passa também dificuldade de diferenciá-los de atos de violência escolar esporádicos e não intencionais, em razão da não oportunidade de capacitação desses profissionais por meio de palestras, dinâmicas ou cursos;

- existe, em decorrência dessa falta de capacitação dos educadores, uma resistência em enfrentar tais problemas, julgando-os como uma responsabilidade que não é da escola;

- como é comum às políticas educacionais brasileiras, verificaria-se, nos casos de *bullying* e *ciberbullying*, uma postura de “apenas remediar” esse tipo de ocorrência, deixando de lado a prevenção;

- as condições materiais das escolas, dos alunos e de suas famílias quanto ao uso de computadores e celulares com acesso à internet, sem a supervisão dos pais ou outros responsáveis, são fatores que facilitam a ocorrência do *ciberbullying*;

- mesmo quando há possibilidade de execução de alguma ação ou projeto para intervir nos casos de *bullying* e *ciberbullying*, as condições estruturais e funcionais da escola - salas de aula muito cheias ou falta de espaço e horário para execução de atividades, por exemplo – dificultam a intervenção;

O objetivo geral da pesquisa foi investigar se existem ações, projetos e programas de combate ao *bullying* e ao *ciberbullying* nas escolas públicas de Uberlândia e como funcionam na prática.

Em decorrência, apresentaram-se os seguintes objetivos específicos:

- pesquisar o histórico do *bullying* e do *ciberbullying* no contexto das escolas públicas do país;
- apontar as principais dificuldades quando da execução das ações, projetos e programas de combate ao *bullying* e ao *ciberbullying*;
- investigar as principais justificativas para a não execução de ações e projetos de combate ao *bullying* e ao *ciberbullying*;
- apontar os resultados das práticas de combate ao *bullying* e ao *ciberbullying* nas escolas em que essas práticas ocorreram;
- pesquisar se as ações, projetos e programas de combate ao *bullying* e ao *ciberbullying* partiram das Secretarias Estadual ou Municipal de Educação ou se são ações pontuais de professores e demais educadores;

Pode-se justificar a realização desta dissertação sobre dois pontos. O primeiro deles entende que já existe uma quantidade considerável de trabalhos científicos e não científicos, tais como artigos, cartilhas e livros, traduzidos para o português ou mesmo produzidos no Brasil, como os que foram citados ao longo desta pesquisa e no anexo 01.

Isso não significa que o assunto esteja esgotado, ao contrário, muito ainda pode ser pesquisado. O desdobramento do *bullying* nas redes sociais, o *ciberbullying*, demonstra que o problema da violência escolar, mas não só ela, pode ganhar diferentes conotações ao longo do tempo – o que, conseqüentemente, exige novas pesquisas. Afinal, como apontou Minayo (MINAYO, 1993, p. 23), um objeto de pesquisa nunca se encerra, tampouco “o processo intrinsecamente inacabado e permanente” de tentar as respostas sobre esses objetos de estudo.

Entende-se que não há um número significativo de pesquisas locais¹, municipais ou regionais, que apontem sobre o enfrentamento do *bullying* e do *ciberbullying*, como isso aconteceria ou mesmo o porquê de não acontecer, de modo específico e pontual, nos lugares em que mais se reproduzem - as escolas. Ressalta-se que, mesmo o *ciberbullying*, ao acontecer além dos limites da escola, tem-na como ponto de partida para o tipo mais comum de violência: a que acontece entre pares, ou seja, entre os próprios alunos.

¹ Até o exame de qualificação desta pesquisa, nenhum trabalho (trabalho de conclusão de curso, tese de mestrado ou doutorado) foi encontrado no acervo da biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia. E o único trabalho encontrado, via pesquisa on-line, foi o artigo “BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR”, trabalho de conclusão do curso de Pedagogia de Juliana Martins Ferreira, publicado pela *Revista da Católica*, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 187-197, em 2009, e que se encontra no site: <http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica>

Compreende-se que já foi bastante analisado e escrito sobre os agressores, as vítimas e a platéia que configuram as práticas de violência, como também salienta-se que é preciso conhecer o que é feito *in loco*. Sem esse conhecimento, não seria possível um panorama, uma maior noção sobre o assunto. Caso ações, projetos e programas de combate ao *bullying* e ao *ciberbullying* já tenham sido desenvolvidos nas escolas públicas de Uberlândia, o registro e possíveis análises que se desdobrem podem servir como instrumento norteador para ações futuras, para outras escolas que passem pelos mesmos problemas.

O segundo ponto faz-se sobre a experiência já compartilhada pelo autor deste estudo de ouvir estudantes vitimados pelo *bullying* e pelo *ciberbullying*. Não se trata de “dar voz às vítimas, agressores e platéia”, mas de chamar a atenção, particularmente dos educadores, ao preparar e criar condições para enfrentar esses problemas, o que caracteriza este projeto de pesquisa como inovador e, principalmente, como ponto de partida para um conhecimento mais efetivo do problema para ações futuras de combate.

Uma vez que as relações de violência praticadas no espaço da escola foram tomadas como uma referência que pode ir além dela, como no *ciberbullying*, viu-se a necessidade de selecionar uma amostra do conjunto de escolas que compõe a cidade de Uberlândia.

A amostra de dez especialistas da educação que foram entrevistados partiu da quantidade de escolas públicas municipais e estaduais que oferecem o ensino fundamental II, e da faixa etária e escolar de maior incidência do *bullying* e *ciberbullying*. Os dados foram coletados junto à Secretaria Municipal de Educação (SMU) e à Superintendência Regional de Ensino (SRE). São 32 escolas municipais e 55 estaduais que oferecem o ensino fundamental II² em Uberlândia. Escolheu-se o especialista da educação básica como profissional entrevistado, em razão do seu conhecimento geral da escola.

As escolas contam, geralmente, com apenas um especialista da educação por segmento, ou seja, um para atender ao ensino fundamental I, um para o ensino fundamental II e outro para o ensino médio, conforme informação prestada pela SMU e SRE. Foram entrevistados dez especialistas da educação que atendem ao ensino fundamental II.

Uma mesma região da cidade de Uberlândia possui várias escolas municipais e estaduais. Essas escolas municipais e estaduais foram selecionadas em razão da localização e da quantidade de estabelecimentos dentro de cada região da cidade. Por tratar-se de uma pes-

² Os dados estão disponíveis na planilha “Cadastro Escolar – Escolas Ativas de Minas Gerais 2013/2014” da Secretaria Estadual de Educação (SEE) enviada por e-mail pela Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia. Acesso também pelo site: http://www2.educacao.mg.gov.br/cadastro_escolar_escolas_ativas

quisa científica, trabalhou-se com a aplicação de entrevistas semi-estruturadas e com a coleta de documentos e dados, incluindo páginas da internet³, caso as escolas as tivessem, e o registro de ações e projetos de combate ao *bullying* e *ciberbullying*, caso existissem.

Justificou-se a aplicação de entrevistas semi-estruturadas, tão comumente utilizadas nas pesquisas das Ciências Sociais, pelo fato de ser um procedimento que instiga o informante à liberdade de falar mais espontaneamente e ao pesquisador de capturar a riqueza de dados que talvez não fossem fornecidos em questionários fechados. A qualidade das entrevistas semi-estruturadas consiste “em enumerar de forma mais abrangente possível as questões que o pesquisador quer abordar no campo, a partir de suas hipóteses ou pressupostos, advindos, obviamente, da definição do objeto de investigação”. (MINAYO, 1996, p.121).

Uma vez que esta pesquisa tem como uma de suas hipóteses a possível dificuldade dos profissionais da educação na definição, caracterização e diferenciação do *bullying* e do *ciberbullying* frente à violência escolar como um todo, as entrevistas semi-estruturadas permitiram uma maior coleta de informações pelo pesquisador.

Para viabilizar a coleta dos dados para as entrevistas semi-estruturadas, utilizou-se o gravador de áudio devido à praticidade e fidelidade que confere à fala dos entrevistados. Foi feita uma solicitação aos especialistas da educação para análise dos documentos e registros, como planejamento de aulas e atividades, fotos ou cartazes, caso as instituições ainda dispusessem destes materiais. Após realizar a coleta dos dados, procedeu-se, posteriormente, à tabulação e análise, relacionando-os às hipóteses desta pesquisa.

O *bullying* e o *ciberbullying* são fenômenos que passaram a ser pesquisados há poucas décadas, especificamente o *ciberbullying*, atrelado à expansão das tecnologias de comunicação e informação; dentre elas, enfaticamente, a internet e suas redes sociais. Contudo, um volume considerável de trabalhos foi publicado sobre tais fenômenos, tanto academicamente quanto em outros espaços - revistas científicas e não científicas, revistas de circulação nacional e internacional da área da educação e da própria Sociologia, cartilhas, artigos, livros, cadernos especiais de jornais, *sites* e *blogs*, entre outros.

Como apontou Severino, o pensamento científico exige que sejam refinados os referenciais teóricos sobre o objeto a ser pesquisado; que sejam tratados como instrumentos

³ Atualmente é comum as escolas postarem sobre suas ações e projetos em páginas de *blogs*, redes sociais e *sites* das próprias escolas, geralmente hospedados em páginas gratuitas, ou das secretarias de educação municipal ou estadual. Por isso, caso tenham sido realizados ações e projetos relativos a esses problemas e postados (expostos) nessas páginas, faz-se interessante o uso dessas fontes.

lógico-categoriais nos quais se apóia “a condução do trabalho investigativo e o raciocínio e que para desenvolver uma pesquisa é preciso apresentar de forma clara e precisa esses referenciais utilizados para analisar, criticar, julgar o objeto de pesquisa.” (SEVERINO, 2007, p. 131).

O referencial teórico desta pesquisa trabalhou com conceitos importantes como violência escolar, *bullying*, e *ciberbullying*. Abrangeu, por sua vez, artigos, textos, relatórios e livros que trataram das definições, características e consequências referentes aos envolvidos com esses fenômenos. Além da história da configuração desses como problemas de ordem educacional e social, apoiou-se em autores da Sociologia que trabalharam a violência escolar e a relação de poder.

Faz-se importante um contraponto: existe material disponível sobre o *bullying* e o *ciberbullying*, particularmente na internet; contudo, não foram encontradas nas bibliotecas da Universidade Federal de Uberlândia ou nos sites desta Universidade ou faculdades da região, reflexões ou pesquisas sobre como tais problemas foram enfrentados. Isso faz com que o referencial teórico seja buscado constantemente e não se feche a novas análises.

Esta introdução apresentou a pesquisa que fundamenta este trabalho científico, passando pela descrição do que se objetivou em cada capítulo, incluindo a análise dos dados das entrevistadas e a construção da conclusão. As hipóteses, os objetivos, a composição da amostra das escolas e a escolha dos entrevistados foram apresentados, bem como o *bullying* e o *ciberbullying* e o combate a eles nas escolas também foram introduzidos.

Os próximos capítulos trabalharam o histórico e a construção do *bullying* e do *ciberbullying* como objetos de estudo de pesquisas científicas, justificaram a investigação sobre o enfrentamento dessas ações de violência como objetivo central desta pesquisa e analisaram os dados que foram obtidos nas entrevistadas com os especialistas da educação básica.

CAPÍTULO 2:

DA VIOLÊNCIA ESCOLAR AO *BULLYING* E *CYBERBULLYING*

A proposta deste capítulo é apresentar a diferença entre a violência escolar, o *bullying* e o *ciberbullying*, ressaltando as definições, as características e os agentes destes últimos, o agressor, a vítima e a platéia. Apresenta-se, também, um breve histórico das pesquisas realizadas sobre o *bullying* e o *ciberbullying*.

A violência pode ser definida sobre diferentes aspectos, ciências, fontes ou instituições⁴. Segundo o Dicionário Houaiss, violência é a “ação ou efeito de violentar, de empregar força física contra alguém ou algo ou intimidação moral contra alguém; ato violento, crueldade, força”. (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001. p. 2922). O mesmo dicionário define juridicamente violência como o “constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação”. (idem).

Quanto aos tipos, a violência pode ser o ato de um indivíduo contra outro(s) ou mesmo de um indivíduo contra a própria vida – como nos casos de auto-mutilação ou tentativas de suicídio -, de um grupo contra um indivíduo, entre grupos ou até mesmo entre nações – como acontece com as guerras. Outros tipos classificam a violência como estrutural ou sistêmica - como a que se dá pela miséria e má distribuição de renda -, doméstica, física, verbal, psicológica, simbólica, de gênero, jurídica, entre outras.

Olhando-a por um viés mais sociológico, a violência não é entendida como algo natural, nato, mas criada pelas diferentes sociedades ao longo do tempo e, por isso, pode ter significados e conotações diferentes. Considerando-a fruto da cultura e das relações sociais praticadas sobre a comunidade, a violência pode ser definida como “todo ato que implica a ruptura de nexos sociais pelo uso da força”. (SPOSITO, 2001, s.p.).

A violência está em toda a sociedade e as instituições de ensino não escapam à sua reprodução. A ideia da escola como lugar seguro para a comunidade e seus frequentadores – particularmente os estudantes – sempre foi compartilhada pelas diferentes sociedades ao lon-

⁴ A Organização Mundial de Saúde (OMS) define violência como: “o uso intencional da força física, do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”. In.: <http://sociologialegal.wordpress.com/2012/05/16/violencia>. Acesso em 18/04/2014.

go de séculos. Contudo, nas últimas décadas do século XX e início do século atual, os propósitos de reunir e aprender, também, pelo convívio e respeito às diferenças, além do próprio processo de ensino-aprendizagem, pareceram insuficientes para impedir a ocorrência de atos de violência.

Parte dos adolescentes e jovens estudantes de hoje é agressiva e está envolvida em casos de violência, constatação verificada no Brasil e no mundo. (SHARIFF, 2011, p.222). Alguns motivos podem ser apontados: a facilidade do contato com vários tipos de violência tais como famílias acometidas pelo álcool, o desemprego e a miséria, a violência sexual, o tráfico e consumo de drogas, entre outros. (idem, p. 223).

Como destacou Pierre Bourdieu (1998), a escola é um poderoso agente de socialização dos indivíduos, assim como a família, uma vez que nelas passam a agregar experiências, formando seus conceitos e valores. Quando essas experiências são marcadas pelo caráter negativo, acabam reproduzindo indivíduos e relações sociais propensos a agirem violentamente na escola, em casa e nos espaços sociais em que estão inseridos.

Bourdieu atenta para o fato de que a violência física e simbólica vivenciada na escola é de difícil percepção para aqueles que as praticam e para aqueles que têm de conviver com elas e tentar corrigi-las, atribuição dada ao educador, promovendo um processo de conflito e exclusão dos indivíduos, a quem deveria incluir na sociedade. (BOURDIEU, 1998, p.224). A análise do sociólogo fala de uma violência inevitável e própria de uma sociedade de classes, “a violência da educação, que define a ação pedagógica como uma forma de violência simbólica” (idem, p.226), que reproduz a cultura dominante e seus significados, determinando um modelo de socialização que reproduz as estruturas das relações de poder.

Como lugar comum ao poder simbólico e como consequência direta disso, na escola haveria um processo conflituoso de assimilação da cultura e de valores dominantes de classe sobre a cultura e valores dos estudantes dominados. Essa forma de violência estaria intrínseca aos planos de educação, às práticas pedagógicas e às relações sociais e pessoais vivenciadas na instituição escolar, desde a forma simbólica utilizada pelos educadores para impor seus valores e normas até a tentativa dos estudantes em resistir ou impor outros modos de agir, falar e vestir, utilizando-se de agressões físicas, verbais e psicológicas, vitimando outros estudantes. (MEDEIROS, 2012, p. 24).

Contudo, o tipo de violência escolar que recebeu maior ênfase nesta pesquisa considerou a agressão física, verbal ou psicológica, que cria o status de “valentão” para o agressor, assegurado pela participação da platéia, agente legitimador, como será explicado.

Não se teve aqui o objetivo de enfatizar a violência simbólica, trabalhada por Pierre Bourdieu. Também não foi foco da análise a diferença na incidência de casos de *bullying* e *ciberbullying* entre estudantes de classes sociais diferentes.

Autores de várias áreas da Sociologia e da Psicologia, como os autores citados nesta pesquisa, apontam para a longa existência da violência entre estudantes nas escolas. Segundo Sposito, a violência escolar sempre existiu, mas a incidência antes era barrada “pelo temor dos meios de punição, como castigos severos e físicos, pelo próprio ambiente da sala de aula que reproduzia a severidade de tempos de pouca liberdade de expressão, fossem em sociedades de ditadura ou não”. (SPOSITO, 2001, s.p.). A autoridade imposta pelo professor e pelos pais também coibia muitos atos de violência.

Para autores como Cléo Fante e Ana Beatriz Barbosa e Silva, são considerados atos de violência escolar tanto as ações de depredação do patrimônio da instituição como as “ações de caráter moral ou físico por parte de um aluno ou grupo de alunos que denegrissem, maltratassem, humilhassem. Enfim, que ferissem uma ou algumas vítimas, quase sempre colegas e mais raramente algum profissional da escola”. (FANTE, 2005, p. 14). Embora tais atos possam abarcar desde puxões de cabelo, preparar armadilhas para machucar o colega – como fazê-lo tropeçar ou sentar-se sobre objetos pontiagudos –, a destruir algum material escolar, as brigas que colocam em risco a vida do colega tornando-o vítima, quase sempre esses atos que compõem a violência explícita, de percepção visível fácil, como enfatiza Cleo Fante, não eram intencionais e repetidos: “eles encerravam tão logo acontecessem e os agressores davam – se por satisfeitos” (idem, p. 15).

As autoras ainda apontam que hoje há uma maior denúncia dos atos de violência em geral (violência doméstica, de gênero e outras) e que a democratização dos sistemas políticos e o advento e a expansão de instrumentos de tecnologia, como os celulares e a internet, levaram as vítimas ou pessoas cientes dessa violência contra elas, próximas ou não, a denunciarem tais atos, mesmo que anonimamente. Mudaram, então, as formas de violência escolar e também começaram a surgir outras maneiras de denunciá-las, por telefone ou mesmo pela internet.”⁵

A violência nas escolas é um tema que estudiosos da Educação e áreas afins, como a Psicologia e o Direito, já se lançaram e produziram teorias e trabalhos acadêmicos. Foi a

⁵ Em todo o estado de Minas Gerais, as escolas podem acionar a Patrulha Escolar (polícia) pelo telefone 190 e qualquer pessoa pode acionar o “Disque Denúncia 181” quanto a qualquer tentativa ou ocorrência de violência, não só a escolar, seja por telefone ou pela internet no site <http://www.181.gov.br>

partir da última década do século XX, que as análises passaram a considerar as relações interpessoais, com destaque para aquelas entre pares, ou seja, entre indivíduos iguais em suas condições ou posições que ocupam em um determinado lugar ou grupo, como no caso desta pesquisa que considerou a prática do *bullying* e do *ciberbullying* entre estudantes, não considerando a ocorrência entre alunos e professores, por exemplo. Para Sposito, “é possível considerar que os anos 1990 apontam mudanças no padrão da violência observada nas escolas públicas, atingindo não só os atos de vandalismo, que continuam a ocorrer, mas as práticas de agressões interpessoais”. (SPOSITO, 2001, s.p.). Trata-se, portanto, de uma postura bastante recente no tratamento dado aos agentes envolvidos nas ações de violência.

Nas últimas quatro décadas, os meios de comunicação, particularmente os noticiários televisivos e eletrônicos (da internet), têm mostrado ataques de estudantes em demonstração de furiosa violência, acometendo vítimas – colegas e professores. De modo raro, mas impactante, os autores desses atos violentos suicidam-se. Essas ações chocam por serem cometidas por adolescentes e jovens e pela frieza com que acontecem, despertando a crítica e a revolta da opinião pública e reflexões por parte de profissionais da Educação, da Segurança, entre outros; chocam pelos motivos pelas quais tentam justificar tais ações e pela clara vulnerabilidade que recai sobre as instituições educacionais vitimadas. E as escolas brasileiras mostram-se vulneráveis à violência⁶. Nesse sentido, e como anteriormente citado, a escola deixou de ser o espaço de segurança e, portanto, de exceção à violência que outrora ficava além de seus muros, para reproduzi-la.

Seja para auto-afirmação, para revidar os maus-tratos sofridos na escola, na rua, em casa ou em quaisquer outros espaços, a violência praticada pelos estudantes acomete instituições públicas e privadas, centrais ou periféricas, com agentes de alto ou baixo poder aquisitivo. (SILVA, 2010, p. 117). Essa violência ocorre em diferentes cidades do país, nos níveis de ensino fundamental, médio e até mesmo superior, com trotes violentos, apesar das ações de conscientização e punição na tentativa de inibi-los. Junto a esse tipo evidente de violência, recentemente outro tipo, não tão explícito, tem se destacado: é a violência intencional, planejada – o chamado *bullying*.

⁶ Segundo relatório do Ministério da Educação, de 2011, a partir de dados do Sistema Nacional de Avaliação do Rendimento Escolar, 6,6 mil professores afirmaram ter sido agredidos por estudantes e outros 1,9 mil afirmaram ter visto estudantes portando armas de fogo ou drogas nas escolas. Não consta, porém, divulgação do número de casos de violência entre os estudantes. In.: http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_02_violencianasescolas.pdf. Acesso em 20/05/2014.

Segundo FANTE (2005, p. 18), o *bullying*⁷ é uma forma de violência que ocorre na relação entre pares, “sendo sua incidência maior entre estudantes. É caracterizado pela intencionalidade e continuidade das ações agressivas contra a mesma vítima, sem motivos evidentes, resultando danos e sofrimentos dentro de uma relação desigual de poder, o que possibilita a vitimização”. Dessa maneira, o *bullying*, e também o *ciberbullying* - posteriormente apresentado neste capítulo -, aumentam sua complexidade por unir tanto traços da violência explícita como manifestações mais veladas (MEDEIROS, 2012, p. 25).

A tradução da palavra inglesa “*bully*”⁸ sugere um “indivíduo valentão, tirano, mandão e brigão”. (SILVA, 2010, p. 21). E “ocorre quando um ou mais alunos passam a perseguir, intimidar, humilhar, chamar por apelidos cruéis, excluir, ridicularizar, demonstrar comportamento racista e preconceituoso ou, por fim, agredir fisicamente, de forma sistemática, e sem razão aparente, um outro aluno”. (idem, p. 23).

Faz-se necessária uma diferenciação: ao contrário da violência, que geralmente não possui periodicidade determinada ou objetivos traçados, o *bullying* traz consigo a intencionalidade de fazer mal a alguém ou a algum grupo, com incidência mínima de ações repetidas – no mínimo três vezes – e com o objetivo de impor-se perante a pessoas do convívio e assumir a postura de liderança para fazer-se temido pelo medo que dissemina. (SILVA, 2010, p. 22).

A violência escolar, por si só, pode acontecer entre alunos e professores, alunos e outros profissionais da escola e entre colegas. Mas o *bullying entre pares* acontece *entre estudantes* da mesma classe escolar ou classe e série escolares diferentes, e é uma das formas de violência escolar, não sendo a única. Fante destaca a importância em “diferenciar o *bullying* das demais ações de violência na escola para a não promoção da generalização e consequente banalização do problema, como se tudo fosse bullying e apenas um modismo”. (FANTE, 2005, p. 99). Os autores são enfáticos em afirmar que a banalização do *bullying*, que se inicia pela má compreensão do termo, é tão prejudicial quanto o fato de não conhecê-lo. Observa-se a necessidade de compreender mais sobre seus potenciais e limites. Segundo

⁷ Assim sendo, por definição universal, bullying é um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os a exclusão, além de danos físicos, morais e materiais, são algumas das manifestações do comportamento bullying. (FANTE, 2005, p. 28-29).

⁸ Segundo o dicionário “Linguee”, a tradução mais próxima para o verbo inglês “*bully*” é “ameaçar, intimidar, amedrontar”. O verbo ainda pode ser aplicado a “*bully boy*”, traduzido por “valentão ou brutamontes”. In.: <http://www.linguee.com.br/ingles-portugues/traducao/bully.html>

MEDEIROS (2012), muitos trabalhos no Brasil sugerem “que o bullying está em todo lugar, fazendo com que a população em geral acredite que agora tudo é bullying e que o termo pode ser usado para justificar todo e qualquer ato de violência”. (MEDEIROS, 2012, p. 21).

A prática do *bullying* envolve um grupo de pessoas: aquele que pratica a ação, aquele que a sofre e aquele que a observa sem nada fazer, ainda que não a execute mas a incentiva abertamente ou não, com declarações de apoio ou “apenas” testemunhando as ações. Há, inclusive, o grupo que sabe de tais práticas e as denuncia, embora seja em número menor de pessoas, devido ao temor de tornarem-se, também, vítimas. Então, o *bullying* envolve sempre três agentes em sua prática: o agressor, a vítima e a platéia, o que não obrigatoriamente acontece com a violência escolar por si só.

Os agressores podem ser de ambos os sexos e classificados em autores agressivos – fisicamente fortes, confiantes e de temperamento explosivo -, autores passivos – são inseguros, têm baixa auto-estima e são menos populares que os primeiros – e vítimas-agressoras – mais fracas que os autores agressivos e mais fortes que os autores passivos. Nessa descrição, a agressividade é o elemento comum aos três tipos de agressores. (FANTE apud MEDEIROS, 2012, p. 28).

No *bullying* sempre há a intencionalidade da agressão por parte do agressor: ele tem a necessidade de excluir e isolar as vítimas, o que não necessariamente acontece com outras formas de violência, utilizando-se de insultos passíveis de serem ouvidos e testemunhados por outras pessoas e não só pelas vítimas. É o chamado *bullying psicológico verbal*. Há, também, o *bullying psicológico não verbal*, que exclui e isola mediante perseguições e represálias, constrangendo e intimidando as vítimas.

O *bullying* pode assentar-se sobre motivações consideradas simples como o modo de vestir ou falar das vítimas; ter ciúmes de qualidades, do círculo de amigos ou inveja de bens materiais; ou outras motivações socialmente mais complexas, tais como a etnia, a crença religiosa ou estereótipos considerados diferentes, como ser muito alto ou baixo, obeso ou magro, com algum tipo de deficiência física e/ou mental, pertencer a alguma *tribo* como a dos *punks*, *patricinhas* ou *emos*, ou ter um comportamento simplesmente mais pacato e retraído.

As vítimas, por sua vez, podem ser classificadas em vítimas passivas ou típicas – geralmente são frágeis ou apresentam alguma “marca” física, comportamental, de credo ou orientação sexual que as destacam da maioria dos alunos, têm dificuldade para socialização e compreendem o maior número de vítimas; as vítimas provocadoras são aquelas que, com suas atitudes, geram, entre seus colegas, reações de repreensão e agressão e, por fim, as vítimas-

agressoras que descontam as agressões sofridas por outros colegas, vingando-se nos colegas mais indefesos e que não alcançam, contudo, a mesma popularidade dos demais agressores. (MEDEIROS, 2012, p. 31).

Autores como Ana Beatriz Barbosa e Silva afirmam que a maioria das vítimas podem ter motivado sua escolha sem que soubessem. Não há motivo aparente ou aceitável, “podendo ser escolhidas por qualquer critério dos agressores. Os motivos (sempre injustificáveis) são os mais banais possíveis”. (SILVA, 2010, p. 38). Um estudante pode sofrer violência simplesmente por ser um bom estudante - como é típico dos *nerds* - ou ter algo material que o agressor não tenha ou ser algo que ele não é. A vítima não precisa ter feito nada de errado para ser escolhida, não precisa ter maltratado ou falado ao agressor. Não há, portanto, motivação intencional por parte da maioria das vítimas.

A plateia é o agente que dá força ao *bullying*, pois atesta o status da valentia pelos maus tratos, como aponta Beatriz Santomauro. Segundo ela, esse agente foge à análise quase sempre resumida a agressores e vítimas, mas evidencia que a plateia é, ao mesmo tempo, torcida e termômetro para as agressões, o que estimula a quantidade e a variação com que ocorrem. (SANTOMAURO, 2010, p.71).

A platéia ou espectadores podem ser classificados em testemunhas passivas: de postura estática diante das agressões pelo temor de se tornarem vítimas, não se posicionam em defesa das vítimas; testemunhas ativas: incentivam e se divertem com os atos de violência, sendo muitas vezes articuladores, mesmo que não se envolvam diretamente nas agressões; e as testemunhas neutras: aquelas que não demonstram empatia pela vítima de *bullying*. (MEDEIROS, 2012, p. 34).

Considerando-se a sociedade contemporânea, classificada por muitos autores da Sociologia como *sociedade pós-moderna*, e por Zygmunt Bauman, particularmente, como “modernidade líquida”, percebe-se o agravamento das formas de violência relacionadas à questão da identidade. Na liquidez da pós-modernidade, “é acentuada a necessidade de ser visto pelos outros, particularmente pelos pares, colegas de escola, já que tal liquidez dos tempos parece assegurar a necessidade, no presente, da força física, da fama rápida”. (BAUMAN, 2005, p. 22). A identidade de superioridade, de sucesso do agressor, é criada a partir da destruição da identidade da vítima e essas identidades, a que ganha status e a que é destruída, são atestadas pela platéia.

A construção da identidade – no caso, a do agressor, como “líder e valentão” - a partir da prática do *bullying* é agravada pela imposição de uma identificação com a violência que é

colocada particularmente pela indústria midiática, como a televisão e o cinema. Cria-se a necessidade de ser percebido, de ser notado, mesmo que seja pela associação à violência. As crianças, os adolescentes e os jovens são despertados cada vez mais cedo para a violência – é como se esses se tornassem atores de uma sociedade marcada pelo espetáculo da violência, numa referência à obra de Debord (2003).

A busca da construção e da afirmação da identidade dos agressores não pode ser pensada sem o status garantido pelas testemunhas: não se trata de “apenas” agredir, mas saber-se visto pela agressão, ainda que usando dos artifícios necessários para que somente agressores, vítimas e testemunhas o saibam e astutamente despistar para que os familiares e educadores não percebam tais agressões.

Dessa forma, o *bullying* pode ser um meio de ganhar mais êxito e espaço diante das pessoas – na relação entre pares aqui considerada, de um agressor conseguir sucesso perante seus colegas de escola – sem considerar o respeito e os sentimentos alheios. As identidades cada vez mais fragmentadas e individualizadas – não só dos agressores, mas neste caso, principalmente - acabam por fazer da “sociedade do espetáculo” o palco para se constituir e se afirmar.

O *bullying* pode acontecer em casa, locais de trabalho, faculdades e universidades, ainda que a mídia, especialmente a televisão, leve a pensar que ele está restrito à escola, onde, contudo, seja mais facilmente percebido, mas está presente na sociedade como um todo.

Contudo, é na escola que o *bullying* se prolifera rapidamente, em especial entre uma significativa faixa de alunos do ensino fundamental II, ou seja, do 6º ao 9º anos (antigas 5ª a 8ª séries)⁹. Nesse período, a afirmação da própria imagem para si e diante dos outros e a aceitação pelo outro são preocupações constantes e buscadas ao extremo, ainda que de maneira negativa. (CEATS/FIA, 2010 p. 13), como foi exposto anteriormente.

Na contemporaneidade, o *bullying* assume novos contornos dentro da chamada sociedade da informação: a violência vai além do limite do concreto, do real, como acontece nos corredores, pátios e salas de aulas das escolas; ganha o espaço das tecnologias da informação, das relações virtuais estabelecidas na internet, do acesso fácil aos computadores e

⁹ No Brasil, os estudos realizados pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA), em 2002, demonstram que 40,5% dos 5785 alunos de 5ª a 8ª séries (6º ao 9º anos) que responderam às perguntas dos questionários aplicados em todo o país, admitiram estar envolvidos em situações de bullying na escola, sendo que 16,9% eram vítimas, 10,9% eram vítimas-agressoras e 12,7% agressores.

celulares. Assim, no início do século XXI, surge o chamado *ciberbullying*¹⁰.

Diferente do *bullying*, no *ciberbullying* as agressões, xingamentos e difamações podem ser realizadas sem revelar os verdadeiros autores. Os recursos tecnológicos permitem aumentar consideravelmente a platéia, que acompanha as agressões por *e-mails*, *blogs* e comunidades de diferentes redes sociais. Ana Beatriz Barbosa e Silva afirma que “todos podem se tornar vítimas de um bombardeio maciço de ofensas, que se multiplicam e se intensificam de forma veloz e instantânea, quando disparadas por mensagens de celular, conhecidas por “torpedos”, e pela internet”. (SILVA, 2010, p. 127).

O *ciberbullying* traz consigo dois fatores agravantes: o primeiro é aumentar consideravelmente o número de vítimas, agressores e platéia; o segundo é o anonimato, estimulante para quem o pratica. No ciberespaço, os *bullies virtuais* podem se passar por algum personagem, o que é conhecido por *fake* (*falso, em inglês*), assumindo imagens e informações que não são verdadeiras, o que torna difícil a identificação dos agressores.

Com os celulares, computadores e demais instrumentos de tecnologia, a platéia pode ser formada por pessoas de todo o país e estrangeiras, próximas ou não dos envolvidos, usando ou não do anonimato. O anonimato permite aos agressores agirem com palavras ainda mais fortes e destruidoras que as usadas no espaço concreto, potencializando o número de vítimas, “pois permite que colegas e/ou professores sejam usados como alvos sem que sejam facilmente descobertos”. (SHARIFF, 2011, p.60).

É importante observar que o anonimato tem o potencial de aumentar a quantidade não só de agressores mas, também, daqueles que compõem a platéia. Pela quase impossibilidade de serem descobertos, permiti-lhes um “ambiente do ‘tudo posso’, de uma maldade permissiva para os agressores e de uma cômoda postura de omissão à platéia que os acompanha, particularmente, através das redes sociais” (idem, p. 62). O anonimato, somado à pequena quantidade de delegacias especializadas em crimes virtuais no mundo e, mais gravemente no Brasil, serve de estímulo ao crescimento dos casos de *ciberbullying*. (idem, p.63).

A ocorrência do *ciberbullying* não impede a do *bullying* pelos mesmos agressores: as agressões podem ocorrer somente no ciberespaço, somente no espaço das relações concretas

¹⁰ O *ciberbullying* envolve o uso de informações e de tecnologias da comunicação como o e-mail, o telefone celular e aparelhos de envio de mensagens de texto, as mensagens instantâneas, os sites pessoais difamatórios e os sites difamatórios de votações na internet com o objetivo de apoiar o comportamento deliberado, repetido e hostil por parte de um indivíduo ou um grupo que tem a intenção de prejudicar outros indivíduos. (SHARIFF, 2011, p. 58).

ou nos dois espaços ao mesmo tempo, embora o anonimato tenha encorajado os agressores a ações que não fariam no espaço das relações concretas, como xingamentos e perseguições mais constantes (FANTE, 2005, p. 101). Também pode acontecer de os agressores do *ciberbullying* serem outros que não os do *bullying*.

A vigilância e ataques constantes por parte dos agressores, ultrapassando a barreira do tempo e do espaço, continuam a agredir a vítima, ainda que ela mude de cidade, uma vez que não é preciso estar junto fisicamente para agredir. Aponta Santomauro que a facilidade do uso da internet provoca na vítima um estado de insegurança, de alerta constante, pois sua intimidade pode ser invadida a qualquer momento. Essas características, por si, já servem como justificativa aos agressores para agirem. (SANTOMAURO, 2010, p. 69).

No *ciberbullying*, a identidade do agressor pode ser pensada, também, sobre o agravante do anonimato: muitas vezes a vítima não sabe quem é o agressor. O anonimato confere segurança às agressões e somente quem agride e, supostamente, a platéia sabem de quem se trata; não significa que toda a platéia saiba quem seja o agressor. Especialmente quando a proximidade é menor, ela é importante, à medida em que aumenta a visibilidade das agressões. Com a facilidade da internet, frases, fotos ou vídeos, quase sempre falsos e sem que as vítimas tenham ciência, podem ser facilmente compartilhadas entre pessoas que se conhecem ou não.

Bullying e *ciberbullying* possuem características e consequências que se repetem, como a quase não reação das vítimas perante seus algozes, a alteração do comportamento social e a queda do rendimento escolar. Essas consequências poderão influenciar a vida profissional, social e pessoal das vítimas. “Os sentimentos dos agressores em relação às vítimas também são semelhantes, independentemente das situações de agressão ocorrerem no ambiente virtual ou na própria escola”. (CEATS/FIA, 2010, p. 106).

As vítimas podem sofrer o agravamento de problemas de saúde já existentes ou outros adquiridos, tais como depressão, transtornos alimentares ou de outra ordem, síndrome do pânico, problemas de aprendizagem, fobia escolar e social. Em casos extremos, ocorrem tentativas de homicídio em retaliação aos agressores ou pessoas que, para as vítimas, nada fizeram para ajudá-las, particularmente os professores. Por isso, algumas vezes, e configurado como ato extremista, as vítimas voltam às escolas e atiram em seus ex-professores. Também ocorrem, raramente, tentativas de suicídio.

Outra grave consequência e que nem sempre recebe a devida atenção é a mudança de papéis: de vítima a agressor, como já exposto. “A maioria dos convertidos adota essa postura

como uma forma de reagir aos maus-tratos sofridos ou mesmo de revidá-los. As vítimas se transformam em agressores de novas vítimas, num círculo vicioso que delinea a expansão do fenômeno *bullying*". (SILVA, 2010, p. 134).

Pode-se pensar o *bullying* e o *ciberbullying* como uma relação de poder desequilibrada, de sobreposição da vontade de alguém ou grupo por meio da violência, tornando a vítima vulnerável a maus tratos. "O desequilíbrio é que proporciona vantagem de poder do(s) autor(es) sobre a(s) vítima(s), um processo de vitimização contínuo e de danos decorrentes. Por outro lado, facilita-lhe a conquista de status perante o grupo da classe e/ou da escola, o que garante popularidade e aceitação e/ou temor". (SILVA, 2010, p. 139).

Os agressores do *bullying* e do *ciberbullying* têm foco nas vítimas, sob olhar atento da platéia, e planejam as ações de violência com referência a ambos. Têm-se, assim, ações racionais e intencionais, bem planejadas, que exemplificam o que Max Weber chamou de *ação social racional com relação a fins*.

Para esse pensador da Sociologia, um indivíduo atribui sentido à sua ação quando a orienta e tem referência a partir de outro(s) indivíduo(s), tornando-a uma ação social. (Weber apud COHN, 1997, p. 27). Para Weber, a racionalidade das ações é evidenciada nos objetivos que orientarão o sentido dessas ações, sendo, então, ações sociais classificadas como racionais com relação a valores ou com relação a fins (idem, p. 27). Contudo, uma mesma ação pode se caracterizar por mais de um sentido, ou seja, pode não ser, por exemplo, puramente racional com traços marcados pelo emocional ou pela tradição, sentidos também encontrados nas ações sociais teorizadas pelo autor.

As ações sociais racionais com relação a fins entendem os comportamentos das pessoas direcionados fortemente aos objetivos em detrimento das consequências que podem gerar para os envolvidos, o que é percebido no *bullying* e no *ciberbullying*, que focam nos resultados dessas práticas - o status do agressor - a justificativa para os meios utilizados para alcançá-los, ou seja, humilhação e violência da vítima.

Analisando o *bullying* e o *ciberbullying* como práticas de violência a partir do conceito weberiano, percebe-se que são ações determinadas pelo cálculo racional por parte do agressor, para o fim de tornar-se líder temido ou admirado, pelos meios que forem necessários, ou seja, as agressões. É importante observar que a intencionalidade inicial para essas ações pode assentar-se no emocional, em relações de afeto que se desfizeram ou não foram devidamente correspondidas, caracterizando-se como ação social afetiva. Contudo, aquele que promove a

ação tem bem definida a intenção da agressão e seu planejamento e, nesse caso, a finalidade se sobressai aos meios e aos sentimentos que possam ter estimulado as ações.

Historicamente, o *bullying* passou a ser objeto de estudos científicos no início dos anos de 1970, na Europa, quando os suecos se dispuseram a estudar a violência escolar entre os estudantes de seu país. Em seguida, e mais notoriamente na Noruega, após uma primeira tentativa de pais e professores de chamarem a atenção da sociedade em geral, diante da inércia do governo norueguês, quando do suicídio de três adolescentes entre 10 e 14 anos, ocorreu uma ampla campanha de combate à violência.

Sobre esse tema, Dan Olweus¹¹, considerado o primeiro pesquisador sobre o *bullying*, iniciou um estudo pioneiro em que participaram aproximadamente 84 mil estudantes, 1000 pais de alunos e 400 professores (SILVA, 2010, p. 111). O objetivo foi avaliar, em detalhes, como o *bullying* se apresentava na Noruega. A pesquisa concluiu que um em cada sete alunos entrevistados estava envolvido com o *bullying* escolar como vítima ou agressor. Essa revelação mobilizou grande parte da sociedade civil daquele país e deu origem a uma campanha nacional *antibullying* que recebeu amplo apoio do governo. A iniciativa de Olweus fez tanto sucesso que desencadeou outras campanhas semelhantes em diversos países do mundo. (idem, p. 112).

No Brasil, os primeiros estudos sobre o *bullying* foram pontuais, ou seja, realizados em algumas cidades e não no país como um todo. E foram promovidos por professores e pesquisadores de centros universitários, a pedido ou não de governos municipais. O primeiro estudo de abrangência nacional foi o realizado em 2010 pela ONG *Plan*, a pedido do Ministério da Educação. (idem, p. 113).

Por sua vez, o *ciberbullying* passou a fazer parte das pesquisas acadêmicas na primeira década do século atual: primeiramente como parte de pesquisas sobre violência escolar e sobre o próprio *bullying* e, num segundo momento, “como objeto que sustentava sozinho algumas pesquisas, embora sempre com referência aos atos de violência do qual se desdobra, e dada a velocidade com a qual ocorre”. (SHARIFF, 2011, p. 23).

Numa relação diretamente proporcional, à medida que “computadores, *notebooks*, celulares, *tablets* e outros aparelhos de tecnologia da informação se espalhavam, crescia assustadoramente, estimulado pelo véu da impessoalidade e do anonimato, o número de casos

¹¹ Dan Olweus é professor de psicologia, afiliado ao Research Center for Health Promotion (HEMIL) da Universidade de Bergen, na Noruega. É considerado o pioneiro em pesquisas e programas de enfrentamento ao bullying no mundo, recebendo vários prêmios de reconhecimento por suas investigações e intervenções satisfatórias.

de cyberbullying” (SILVA, 2010, p. 125), chamando a atenção para a possibilidade de pesquisas sobre o novo objeto de investigação por parte de diversas ciências. Os primeiros estudos aconteceram em universidades e centros de pesquisa norte-americanos e europeus e, logo em seguida, o *ciberbullying* também passou a ser estudado no Brasil.

Faz-se necessária uma observação quanto aos aspectos legais sobre o *bullying* e o *ciberbullying*: há “uma forte convergência entre inúmeros países na ideia de que o combate ao *bullying* continua a ser uma missão mais atribuída às escolas do que aos tribunais”. (FANTE, 2005, p. 124). No Reino Unido, por exemplo, todas as escolas são obrigadas a ter um plano *antibullying* que integre normas disciplinares claras. No Canadá e nos EUA, foram introduzidos no currículo escolar planos de prevenção contra o *bullying*, podendo as escolas serem responsabilizadas por omissão. Na Noruega, foi instituído, em todas as escolas, um programa que prevê a adoção de regras claras, tais como a constituição de comissões *antibullying*, a capacitação de docentes e demais profissionais para a intervenção, a realização de encontros com estudantes e pais de envolvidos e a aplicação de medidas de apoio às vítimas.

Em Portugal, o *bullying* está sendo amplamente discutido e foi incluído no programa de educação para a saúde, devendo integrar o projeto educativo das escolas. Em outros países, programas estão sendo desenvolvidos nas escolas, bem como legislações específicas. (idem, p. 125 e 126).

Em países desenvolvidos, como no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, as vítimas e seus familiares têm movido processos judiciais contra os agressores, com respaldo e ganho de causa favorável à vítima. E, não raramente, as escolas e seus gestores são multados e há a implantação de delegacias especializadas em *bullying* e em *ciberbullying*. (SHARIFF, 2011, p. 125).

O Brasil, segundo Ana Beatriz Barbosa e Silva, vive um contexto bastante complexo: o país conta com um significativo número de leis municipais e alguns projetos de leis nacionais que tratam do *bullying* e do *ciberbullying*, “mas tem caminhado vagarosamente quanto às ações conscientizadoras, inibidoras ou capazes de solucionar tais problemas”. (SILVA, 2010, p.161). Para a pesquisadora, as justificativas para isso se acentuam sobre o despreparo dos educadores em identificar e enfrentar as ações de violência, a omissão, o comodismo e a negação de que existam; e por parte das esferas governamentais, em proporcionar a qualificação dos educadores brasileiros (idem, p. 162).

Em nível federal, ainda não há uma lei que regularize as ações, projetos e programas de combate ao *bullying* e ao *ciberbullying*. Há um projeto de lei do senado brasileiro, intitulado Reforma do Código Penal Brasileiro¹², que se encontra em análise pelos congressistas, mas já recebe severas críticas por parte dos especialistas em educação, “peca pela tentativa de criminalização do *bullying* e, conseqüentemente, do *ciberbullying*. O foco correto é a conscientização e a prevenção destes problemas, particularmente por envolver crianças e adolescentes em formação”. (FANTE, 2005, p. 160).

Contudo, tramita pelo Congresso Nacional, outro projeto de lei¹³ da Câmara dos Deputados, intitulado “Programa de Combate ao Bullying”, que trata a questão do enfrentamento de outra maneira, enfatizando a capacitação dos profissionais da educação e conscientização da comunidade escolar como um todo. O texto, também em avaliação pelos congressistas, preconiza que as escolas devem instituir projetos e ações preventivos, compostos por “um conjunto de ações que visem a reduzir o *bullying* e o *ciberbullying* e incentivar a cultura da paz.” (idem, p. 160).

Dentre as ações apontadas pelo Programa, cita-se a capacitação de docentes e equipe pedagógica para o diagnóstico, intervenção e encaminhamento de casos, a formação de equipe multiprofissional para estudos e atendimentos de casos; o envolvimento da comunidade escolar – pais, docentes, estudantes, equipe pedagógica – nas discussões e desenvolvimento de ações preventivas; o estabelecimento de regras claras sobre o *bullying* no Regimento Interno Escolar; a orientação às vítimas e seus familiares; o encaminhamento de vítimas e agressores e seus familiares aos serviços de assistência médica; a orientação aos agressores e seus familiares sobre as consequências dos atos praticados e aplicação de medidas educativas capazes de mudanças comportamentais significativas; a parceria com a família dos envolvidos na resolução dos casos; a implantação de um sistema de registro de casos e procedimentos adotados e o desenvolvimento de atividades que promovam a cidadania e a paz, entre outras. (idem, p. 162).

¹² Projeto de Lei (PL) do Senado nº 236/2012, do Senador José Sarney, que prevê a reformulação do Código Penal. Segundo esse documento, que trata *bullying* como “intimidação vexatória”, a pena para essas ações varia entre um e quatro anos de prisão. O projeto aguarda liberação do relator para seguir para votação, segundo situação atual de 23 de dezembro de 2013. (Lima, 2013, s.p.)

¹³ Projeto de Lei (PL) nº 5.369, do deputado federal Vieira da Cunha (PDT-RS), autor do Programa de Combate à Intimidação Sistemática, o objetivo é “prevenir e conscientizar, evitando a punição penal aos agressores”. O projeto teve o texto aprovado pela Comissão de Constituição de Justiça de Cidadania e foi encaminhado pela Câmara dos Deputados ao Senado Federal em 17 de setembro de 2013. (Lima, 2013, s.p.)

No Brasil, estados como Paraíba e Santa Catarina já contam com leis de combate ao *bullying* e ao *ciberbullying*. Há municípios, como São Paulo e Belo Horizonte, em que leis já foram aprovadas ou estão em processo de análise e votação. (idem, p.163).

Este capítulo apresentou um breve histórico do *bullying* e do *ciberbullying*, como um dos objetivos propostos da pesquisa, destacando como e quando essas ações de violência, presentes nas instituições de ensino do mundo e do Brasil, foram percebidas por estudiosos e educadores e se tornaram objeto de estudo científico.

Além do histórico, foi apresentado um dos pilares deste trabalho: as definições e as características que diferenciam o *bullying* e o *ciberbullying* das outras formas de violência, acentuando a relação de intencionalidade, regularidade e planejamento com os seus diferentes agentes envolvidos – agressores, vítimas e platéia – bem como os possíveis desdobramentos que possam acarretar para cada um deles.

O capítulo também introduziu a temática das ações, projetos e programas de combate ao *bullying* e ao *ciberbullying* que foi devidamente explorada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3:

AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS DE ENFRENTAMENTO

AO *BULLYING* E AO *CYBERBULLYING*

A proposta deste capítulo é apresentar a importância das ações, programas e projetos de combate ao *bullying* e ao *ciberbullying*, destacando alguns exemplos e reflexões como importantes passos para a investigação dessas práticas na coleta dos dados desta pesquisa.

A violência na escola em geral e a violência dos tipos específicos trabalhados aqui, o *bullying* e o *ciberbullying*, passam pela indiscutível afirmação de que a violência deve ser banida. Como toda e qualquer mudança na sociedade demanda tempo, na impossibilidade de eliminar imediatamente esses problemas, faz-se necessário, ao menos, ter suas causas e consequências amenizadas ou diminuídas. Por isso, ações, projetos e programas de combate ao *bullying* e ao *ciberbullying* são fundamentais no espaço em que esses tipos de violência acontecem: a escola.

Para a possibilidade de uma sociedade com menos violência e, em *locus* mais específicos, as escolas, entende-se que a responsabilidade de enfrentá-la passa por fatores que se completam: a ação direta dos educadores e a ação governamental, via secretarias, na capacitação para enfrentamento da violência e, também, de elaboração de leis que orientem e tratem os casos, desde os considerados menores e esporádicos, até os mais graves. Esse conjunto bem articulado e eficaz começaria com a construção da Cultura da paz. (FANTE, 2005, p. 180).

A Cultura da paz entende a não utilização de qualquer forma de violência – mental, física ou verbal, incluindo as formas de violência escolar e o *bullying* e o *ciberbullying* –, aponta enfaticamente a necessidade da discussão e prevenção das práticas de violência e a adequada intervenção quando estas acontecessem, visando a solucioná-las. Os defensores da Cultura da paz afirmam existir alternativas para o problema da violência: contextualizando a realidade das instituições e promovendo o trabalho coletivo com a comunidade escolar – e não só com os envolvidos diretamente nos casos de violência. O convívio pacífico seria alcançado pelo fortalecimento de posturas e valores positivos ligados à cidadania, tais como o respeito e a solidariedade. (idem, p. 183).

Autores que trabalham com a Cultura da paz, como Cleo Fante, ressaltam algo que, por vezes, passa despercebido aos olhos dos educadores, que deveriam ser os principais promotores, e não os únicos, desta Cultura: de maneira controversa, as mesmas instituições que desejam (re)afirmar-se como local pacífico, quase sempre utilizam de ações e métodos que são violentos, tais como suspender estudantes agressores de atividades escolares ou das próprias aulas sem oportunizar-lhes meios de reflexão sobre as ações cometidas (idem, p. 185). Faz parte das responsabilidades das escolas, mediante o processo de socialização, reforçar as regras do convívio social, inclusive as regras restritivas e punitivas adequadas.

Quando os processos educativos e socializadores são mal empregados, contribuem mais para dar continuidade à violência do que ceifá-la. Um professor que agride verbalmente um aluno que outrora agredira outro aluno, ou mesmo um aluno que nada de errado tenha feito, ou quando não há prevenção ou intervenção nos casos ocorridos, a reprodução da violência, que se deseja extinguir, acaba por se fortalecer. Imprescindível, então, um processo de ação dupla: o de desconstruir nas escolas, envolvendo todos que a ela estão ligados, os valores e comportamentos próprios da violência, para construir e assimilar aqueles que são próprios à Cultura da Paz. (BRANCO, CARDOSO, GONZÁLEZ, LEITE, MANZINI apud BRANCO, OLIVEIRA, 2012, p. 312).

Autoras como Cleo Fante (2005), Ana Beatriz Barbosa e Silva (2010) e Shaheen Shariff (2011), citadas ao longo dos capítulos desta pesquisa, apresentam exemplos bem sucedidos em suas obras de ações e projetos de enfrentamento à violência escolar, ao *bullying* e ao *ciberbullying*, sejam de menor abrangência, como quando criados e realizados por educadores de uma única escola, até aqueles envolvendo várias instituições de ensino e leis federais existentes em vários países, e que começam a fazer parte da realidade das instituições de ensino brasileiras¹⁴.

O desenvolvimento da Cultura da paz, nas escolas, tem início e se desenvolve a partir da qualidade das relações sociais estabelecidas na escola, a começar entre os educadores, entre esses e os estudantes e entre estes últimos, permeada pelos valores próprios da cidadania na construção da identidade com a não-violência, (BRANCO, CARDOSO, GONZÁLEZ, LEITE, MANZINI apud BRANCO, OLIVEIRA, 2012, p. 321). Tal construção passa pela oportunidade de conversar sobre variados temas, tais como discriminação, preconceito e in-

¹⁴ São apresentadas, no anexo 02, algumas ações e projetos de combate ao *bullying* e ao *ciberbullying* realizados nas escolas brasileiras.

justiças sociais, “de refletir em conjunto, de sugerir negociações, e de discutir seriamente questões relacionadas às relações humanas, ouvindo os alunos com respeito e dando-lhes voz para se posicionarem no debate”. (idem, p. 321)”.

As ações sócio-educativas de enfrentamento ao *bullying* e ao *ciberbullying* são atividades que podem ser parte de um projeto ou não. Podem abranger um imenso conjunto de sugestões, como produção de textos, vídeos, encenações, análise de filmes, entre outras. E podem ser relacionadas a assuntos trabalhados por uma ou mais disciplinas, em sala de aula; em outros espaços da escola, como a biblioteca, sala de vídeo ou quadra esportiva; em atividades extra-classe, como visitas a teatros ou cinemas. Essas últimas quase sempre são parte de algum projeto criado pela própria escola ou que ela foi convidada a participar, já que retira os estudantes dos limites da instituição. (FANTE, 2005, 148).

A variedade, flexibilidade e praticidade das ações justificam-lhes como instrumentos mais comumente utilizados quando educadores se dispõem a trabalhar sobre o *bullying* e o *ciberbullying*. Desta maneira, torna-se mais fácil acrescentar algum material: um texto, reportagem, letra de música, entre outros, sobre temas que tratem de cidadania ou comunicação. Essa inserção pode se dar na construção do conteúdo programático da disciplina ou no planejamento das aulas. Quando partem da iniciativa de um professor, geralmente as ações de enfrentamento tendem a ser curtas e pontuais, ou seja, são preparadas para acontecer num período pré-determinado e com execução de fácil compreensão. (idem, p. 149).

Por sua vez, os projetos de enfrentamento são parte de programas das secretarias municipais ou estaduais ou, ainda, do Ministério da Educação. Por isso mesmo, possuem maior abrangência. Fala-se, por exemplo, em programa nacional ou programas estaduais de combate à violência, como o “Fica Vivo”, da Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais¹⁵ que utiliza alguns projetos, como o de inclusão digital e esportes. Tais projetos lançam mão de ações bem definidas como oficinas e atendimentos psicossociais.

Não se trata, portanto, de as ações de combate ao *bullying* e ao *ciberbullying* serem mais ou menos elaboradas, mas do alcance de tais ações e seus resultados. Os programas e os vários projetos que podem subdividi-los e facilitá-los, na sua realização, são elaborados por uma equipe de profissionais, geralmente de caráter multidisciplinar, dependendo dos objetivos

¹⁵ O programa “Fica Vivo”, da Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais é desenvolvido em vinte e sete Centros de Prevenção à Criminalidade, inclusive na cidade de Uberlândia, e já atendeu milhares de adolescentes e jovens, particularmente em situação de risco, desde sua fundação em 2003. In: <http://www.institutoelo.org.br/site/noticias/leitura/1141>

a que se propõe e do público que procura atingir. Abrangem agentes indiretos como os pais de alunos de uma determinada comunidade escolar (idem, p. 333).

Segundo Cleo Fante, as Secretarias de Estado de Educação ou Defesa Social de alguns estados brasileiros, como de Santa Catarina e Maranhão, criaram, em parceria com Organizações Não Governamentais, programas de enfrentamento ao *bullying* e ao *ciberbullying*, mas essa não é uma realidade verificada em todo o país, justificada em grande parte pela inexistência de uma lei federal própria para tratar tais problemas. (FANTE, 2005, p. 156).

O enfrentamento do *bullying* e do *ciberbullying*, segundo Fante, passa especificamente por ações “não tão simples, uma vez que são formas complexas de violência que envolvem vários fatores, tais como as muitas formas como pode ocorrer, incidência e os agentes envolvidos”. (FANTE, 2005, 182). Desse modo, não haveria uma maneira única de lidar com os problemas: cada instituição escolar deve desenvolver estratégias de acordo com sua realidade, pois uma escola pode enfrentar mais casos de *bullying* e outra mais casos de *ciberbullying*. Contudo, aponta-se que a intervenção, amparada por orientações legais, deve ser rápida e estratégica para obterem-se os melhores resultados, particularmente com referência aos agressores e vítimas, visto que as consequências relacionam-se com o tempo de ocorrência das agressões. (idem, p. 183).

Martinez (MARTINEZ apud MEDEIROS, 2012, p. 43 e 44) identifica diferentes modelos de intervenção nas escolas: o modelo moralista tem foco no agressor e propõe levá-lo à reflexão a partir dos aspectos morais de suas ações, ignorando vítimas e platéia; o segundo modelo é o legalista ou punitivo, baseado em penalidades ou castigos: mais difundido que o primeiro, caracteriza-se por aplicar a lei sobre aqueles que rompem com o regulamento do código disciplinar. Os pais são chamados a acompanhar, de modo direto, as punições que poderão ser aplicadas, tais como multas, expulsões, processos judiciais e, em casos extremos, o internamento em centro especializado. O último modelo é denominado ecológico ou humanista e conta com a participação de todos os envolvidos – agressores, vítimas, platéia, pais e profissionais das instituições de ensino. Fundamenta-se em estimular o comprometimento de todos para solucionar os casos de *bullying* e *ciberbullying*; tem sido visto pelos especialistas como ideal, graças “a vantagens como o planejamento corporativo, compartilhado e que valoriza a capacidade empática”. (idem, p. 44).

O combate ao *bullying* e ao *ciberbullying*, numa determinada instituição de ensino, dependerá da consciência da comunidade escolar sobre a existência desses problemas e da

relevância das consequências que geram, mesmo que as secretarias municipal ou estadual de Educação tenham ações e projetos pensados para o todo. (SHARIFF, 2011, p. 323). Destaca-se a importância da ação pontual que passa, necessariamente, pelo entendimento da questão, superando seu total ou parcial desconhecimento ou sua banalização, tão prejudicial quanto. Deve-se superar o puro subestimar do *bullying* e do *ciberbullying* como “simples brincadeiras da idade ou a postura muito comum de achar que tudo é *bullying*”. (SILVA, 2010, p. 164).

Não há dúvida de que a formação dos educadores para o enfrentamento de todas as formas de violência, e não só do *bullying* e do *ciberbullying*, e, portanto, a promoção de um ambiente em que a Cultura da paz encontre condições para se desenvolver, deve ser “viabilizada pelo trabalho pedagógico orientado para o desenvolvimento moral e socioafetivo dos estudantes” (BRANCO, CARDOSO, GONZÁLEZ, LEITE, MANZINI apud BRANCO, OLIVEIRA, 2012, p. 322). Uma ajuda importante nesse processo estaria na atuação do psicólogo escolar.

O psicólogo escolar atuaria na elaboração e na execução de estratégias de intervenção relativas ao *bullying* e ao *ciberbullying*, a partir dos contextos específicos de cada instituição de ensino, analisando criteriosamente a intencionalidade dos agressores e as possíveis causas que os levaram a promover tais ações, estimulando e orientando as intervenções junto à comunidade escolar. Ele atuaria como “observador, investigador e mediador, contribuindo para a orientação dos professores, a intensificação do diálogo escola-família e o apoio dos estudantes e professores, no sentido de prevenção e intervenção em situações concretas”. (idem, p. 323).

Contudo, a presença do psicólogo escolar nas instituições brasileiras ainda é considerada pequena¹⁶, o que, indiretamente, contribui para o agravamento dos entraves para o enfrentamento do *bullying* e do *ciberbullying* e de outras formas de violência e da realização das ações da Cultura da Paz.

O avanço de ações, projetos e programas de enfrentamento passa pela mudança da

¹⁶ No levantamento realizado junto aos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) de vários estados brasileiros, por Raquel Sousa Lobo Guzzo, Adinete Sousa da Costa Mezzalana e Ana Paula Gomes Moreira para o artigo “Psicólogo na rede pública de educação: embates dentro e fora da própria profissão”, de dezembro de 2012, as autoras destacaram ainda não existir uma lei federal que trate da obrigatoriedade do psicólogo escolar – e do assistente social – nas instituições de ensino públicas e privadas. O artigo apresentou os números do CRP de Minas Gerais – endereço eletrônico: <http://www.crpmg.org.br/> – embora não tenha sido apresentado um número referente a todo o país. Segundo essas fontes, apenas 37 psicólogos escolares atuavam na rede pública de ensino dos 853 municípios do estado de Minas Gerais em 2012. Não foram encontrados dados específicos da cidade de Uberlândia. In.: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572012000200016 – Acesso em 01/06/2014

compreensão, para correta, do *bullying* e do *ciberbullying*, pois ambos são subestimados pelos adultos, sejam eles educadores, autoridades públicas, pais e pessoas em geral; subestimam-nos, *apenas*, como conflitos de adolescentes e jovens que devem ser resolvidos entre eles. Só com o necessário esclarecimento, como aponta Constantini, as estratégias de enfrentamento ao *bullying* e ao *ciberbullying*, transformadas e respaldadas como políticas educacionais, terão verdadeiro sucesso e resultados positivos. (CONSTANTINI, 2004, p. 67).

Assim, assentando-se no pressuposto de que o ser humano pode construir a Cultura da Paz, na mesma medida em que ele a constrói, como seu agente promotor, desconstrói a identidade referenciada na violência. Em sentido mais amplo, educadores, comunidade escolar e secretarias de educação devem assumir a realização de ações, projetos e programas, com o objetivo de prevenir situações de *bullying* nas escolas, o que passaria pela reflexão e conscientização dos alunos e educadores por meio de vivências concretas e estimuladoras dos valores da cidadania, incluindo o respeito à inclusão e às diferenças, e não apenas pelo uso esporádico de recursos como cartilhas informativas. (BRANCO, CARDOSO, GONZÁLEZ, LEITE, MANZINI apud BRANCO, OLIVEIRA, 2012, p. 326)

Faz-se, então, necessário o desenvolvimento de ações e projetos nas escolas, que trabalhem temas relacionados à cidadania, a valorização das capacidades e individualidades, a tolerância e o respeito, focando a conscientização para as relações interpessoais e para os mais diversos grupos que formam a sociedade, esclarecendo sobre as possíveis punições, caso condutas e ações de desrespeito e violência sejam praticadas (FANTE, 2005, p. 185). Além da necessidade de conhecer os problemas, torna-se fundamental o envolvimento dos diversos atores que compõem a comunidade escolar: estudantes, educadores e pais, levando-os à compreensão da necessidade de conscientização, prevenção e punição, de apoio aos agressores e vítimas e de luta por instituições mais seguras. (idem, p. 186).

Aponta-se a urgente necessidade de intervenção por meio de programas institucionais e leis, a mobilização de autoridades públicas governamentais que visem a superação das muitas formas de violência, incluindo-se aí, o *bullying* e o *ciberbullying*. Observa-se que já existem políticas públicas voltadas para a redução da violência escolar e que isso acontece, particularmente, por iniciativas municipais e estaduais, com o agravante, segundo Sposito (SPOSITO, 2002, p. 102) de descontinuidade, devido às trocas de governo e interrupção de projetos e programas iniciados.

Um outro aspecto faz-se importante na análise. Segundo Cléo Fante, na maioria das vezes, as autoridades políticas envolvidas com a educação partem para uma ação paliativa

insuficiente e, portanto, de poucos resultados para o combate à violência: “as autoridades objetivam coibir a entrada de armas e drogas nas escolas, como se as causas do problema estivessem somente naquilo que os alunos trazem nas mochilas”, (FANTE, 2005, p. 31) sem considerar o fato mais importante: as relações interpessoais.

As relações interpessoais são o ponto de partida e o desenrolar do *bullying* e do *ciberbullying*. Um estudante pode, por exemplo, cometer *bullying* ou *ciberbullying* com outro(s) colega(s) como maneira de retaliação, simplesmente, na concepção dele, para chamar a atenção dos pais. Não significa, porém, que estudantes que tenham pais separados ou familiares envolvidos com o consumo ou tráfico de drogas, ou qualquer outro problema dessa natureza, necessariamente, pratiquem ações de violência.

Os autores que servem de fundamentação de todo este trabalho defendem que o *bullying* e o *ciberbullying* são problemas de violência que se tornaram objetos de estudos recentes: o primeiro a partir da década de 1970 e o segundo partir dos anos 2000, tanto no mundo, quanto no Brasil. Os autores apontam que o *bullying* sempre existiu embora não existisse nomenclatura: acontecia mas não tinha essa designação ou pesquisas específicas. O *ciberbullying* descende do *bullying* como sua configuração contemporânea nas atuais sociedades em que as tecnologias da informação e a internet influenciam fortemente a sociabilidade das relações sociais marcadas pela violência.

Fala-se bastante sobre esses problemas na mídia em geral e as universidades começam a apresentar trabalhos nas áreas de Educação e Sociologia, disponibilizando artigos, livros, cartilhas, entre outros materiais, além de sugestões de atividades que orientam o enfrentamento dos problemas. Estudiosos compartilham que é necessário pesquisar detalhadamente os cenários onde o *bullying* e o *ciberbullying* acontecem: o espaço concreto da escola e o espaço virtual ou ciberespaço tomado a partir da escola, pois isso forneceria condições para análises e ações mais amplas.

Segundo Medeiros, existem diferentes maneiras de abordar o *bullying* e o *ciberbullying*, como os modelos de intervenção citados anteriormente, de enfrentar suas manifestações, tendo a prevenção como maior objetivo, embora tais maneiras não possam ser tomadas como “receitas prontas” e fechadas para solucionar todos os casos (MEDEIROS, 2012, p. 44). É necessário contextualizar a realidade de cada instituição e adaptar as intervenções, promovendo o enfrentamento com foco na prevenção, por mais complexas que sejam as manifestações do *bullying* e do *ciberbullying* (idem, p. 44).

Este capítulo tratou das ações, projetos e programas de combate ao *bullying* e ao *ciberbullying*, apresentando as características que os definem como atividades de intervenção preventiva ou curativa, relacionadas ou não à esfera governamental, mas sempre tomando as instituições de ensino como ponto de partida, mesmo quando essas ações de violência acontecem no ciberespaço.

Além de detalhar as formas de intervenção junto aos agressores, vítimas e platéia, agentes constituidores do *bullying* e do *ciberbullying*, o capítulo apontou a necessidade do enfrentamento desses problemas a partir da capacitação dos educadores, interventores diretos, responsáveis pela mudança da postura de toda a comunidade escolar, o que inclui o fim da banalização e da deficiência em identificar e assumir a responsabilidade sobre essas e outras formas de violência escolar.

Por fim, diferenciou ações, projetos e programas já colocados em prática, inclusive no Brasil, destacando, particularmente, aqueles que se orientam sob os princípios norteadores da Cultura da Paz, como o trabalho constante e interdisciplinar da valorização do indivíduo como cidadão e o respeito às diferenças.

CAPÍTULO 4:

O *BULLYING* E O *CIBERBULLYING* E A PESQUISA PARA DESVENDÁ-LOS

As propostas de construção deste capítulo tratam das possíveis ações, projetos e programas que enfrentam os casos de *bullying* e *ciberbullying* na cidade de Uberlândia, bem como as situações ou causas em que essas ações de enfrentamento não ocorrem. O capítulo apresentará os dados obtidos a partir da análise das entrevistas semi-estruturadas com os especialistas da educação básica das escolas públicas municipais e estaduais da cidade. Posteriormente, discutirá as hipóteses propostas e a análise dos resultados.

Dessa forma, este estudo busca conhecer, mediante pesquisa com os especialistas da educação básica, concepções e posturas dos educadores sobre o *bullying* e o *ciberbullying*; e o que foi feito para combater esses problemas, seja na prevenção ou nos casos reais ocorridos entre os estudantes das escolas uberlandenses investigadas.

Primeiramente foram selecionadas as escolas formando pares – uma escola pública municipal e uma escola pública estadual que oferecem ensino fundamental II – observando a localização dessas escolas na cidade de Uberlândia, respeitando as cinco regiões (norte, sul, leste, oeste e centro) da cidade. No total, foram dez escolas. A seleção das instituições, considerou o número de estudantes no Ensino Fundamental II: foram escolhidas as escolas com maior número de estudantes a partir das informações prestadas pela Secretaria Municipal de Educação e pela Superintendência Regional de Ensino e que se encontram no anexo 03.

Para a coleta dos dados, foi realizado o contato via telefone, solicitando as entrevistas aos diretores e especialistas da educação, apresentando-lhes o objetivo da pesquisa, o agendamento e a autorização para o registro de ações e programas sobre o *bullying* e o *ciberbullying*, caso existissem. Nas datas marcadas, as entrevistas aconteceram com o uso do gravador de áudio e máquina fotográfica para o registro de atividades, tais como cartazes ou cartilhas. As respostas das entrevistas foram transcritas para a composição do banco de dados da pesquisa.

As entrevistas semi-estruturadas foram os instrumentos para a obtenção dos dados, elaboradas a partir dos interesses específicos desta pesquisa. Uma entrevista semi-estruturada é aquela para a qual há um roteiro com questões pré-definidas, mas que, durante a conversa,

podem-se fazer outras perguntas, dependendo das respostas do entrevistado. Desse modo, tem-se mais flexibilidade e possibilidade de obter outras informações que sejam importantes para a investigação (MINAYO, 1996, p. 84).

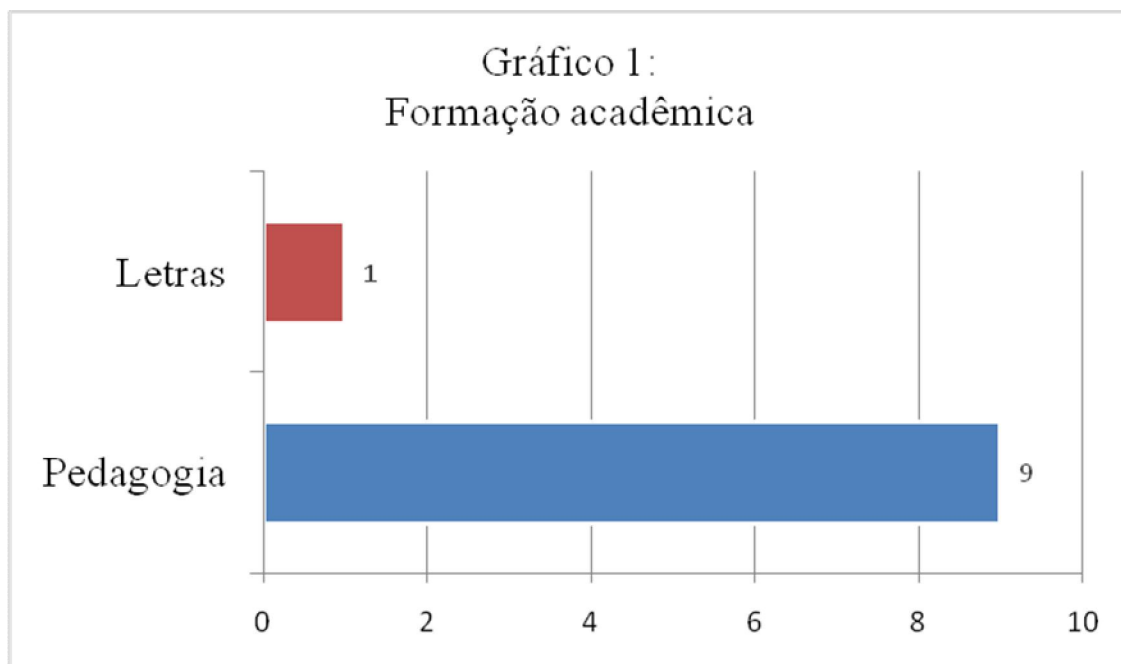
Justifica-se a escolha dessa técnica por tratar-se de um tema novo, pouco conhecido e pouco explorado pelos educadores. Um questionário fechado talvez não fosse suficiente para coletar as informações que os educadores possam ter sobre o *bullying* e o *ciberbullying*.

Acredita-se, com as questões da entrevista semi-estruturada, apresentada no apêndice desta dissertação, na possibilidade de desvendar detalhes importantes, a partir da experiência dos especialistas da educação e, indiretamente, das experiências dos educadores com os quais trabalham.

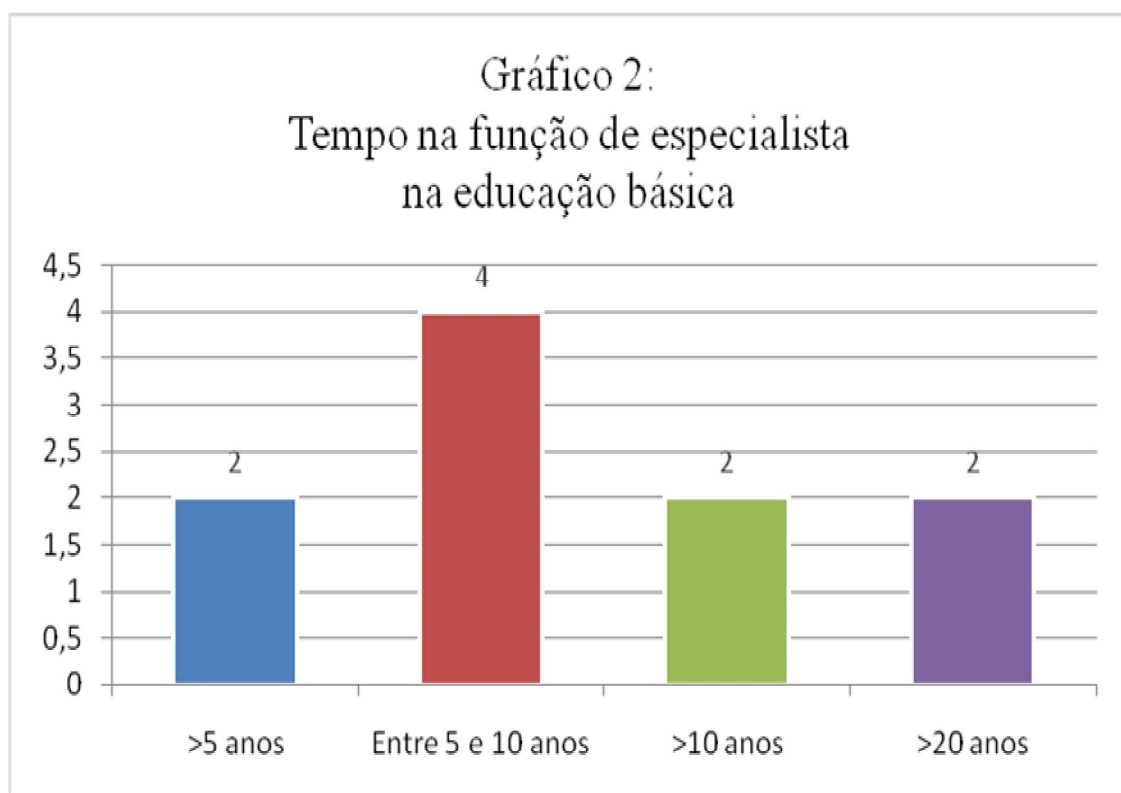
A realização das entrevistas ocorreu de maneira tranquila e os especialistas da educação básica das dez escolas públicas foram solícitos, expondo suas opiniões abertamente e repassando informações do universo escolar em que trabalham à medida que as perguntas eram feitas.

A primeira análise refere-se ao perfil dos entrevistados: fazia-se importante conhecê-los, suas formações acadêmicas e atuação profissional pois foram eles que, fazendo a ponte entre professores e estudantes das escolas em que trabalham, serviram de fonte para boa parte dos dados que ajudam a pensar os objetivos e hipóteses desta pesquisa.

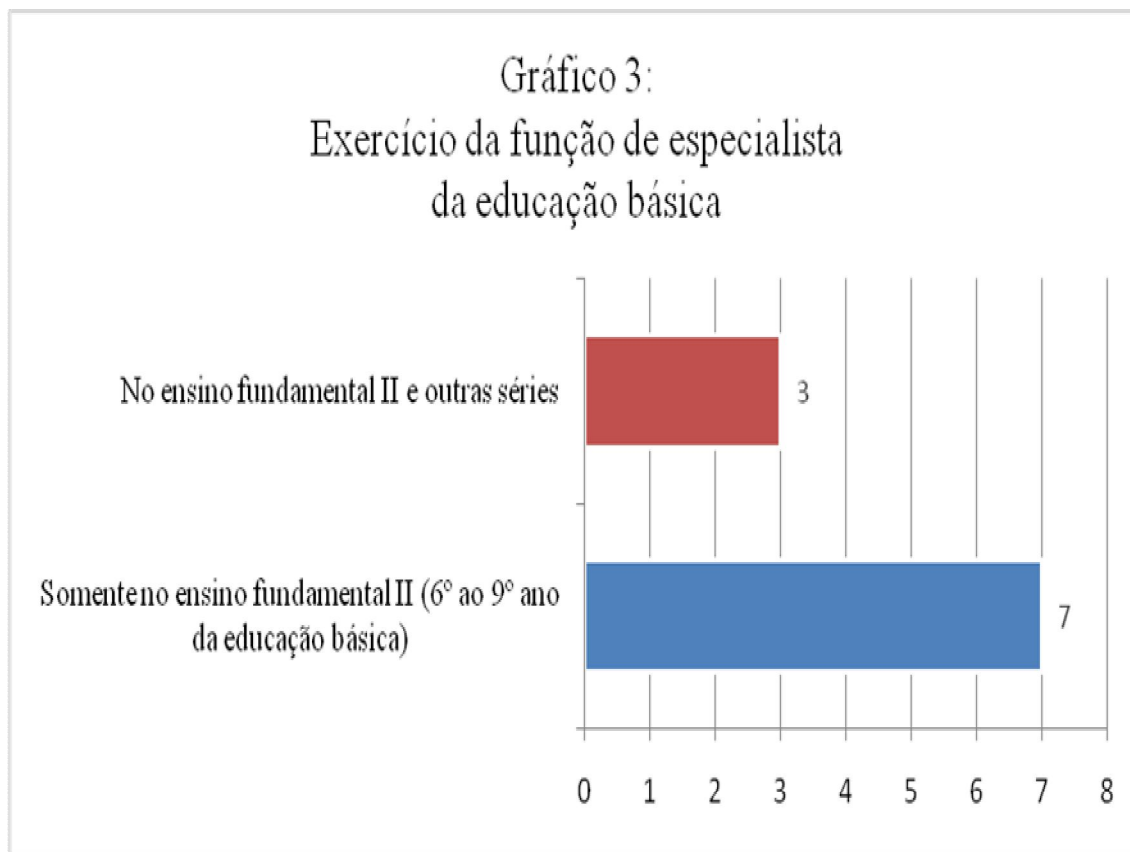
Foram dez especialistas da educação básica, todas do sexo feminino, com formação acadêmica relacionada diretamente à área da educação – nove especialistas graduaram-se em Pedagogia, uma em Letras e quase todas possuem pós-graduação em Psicopedagogia. Apenas dois especialistas exercem esta função a menos de cinco anos e sete dedicam-se à supervisão de alunos e professores somente no Ensino Fundamental II, enquanto outras três trabalham também com outros anos do Ensino Fundamental I ou do Ensino Médio, como demonstram os gráficos 1, 2 e 3.



Fonte: CARVALHO JÚNIOR, G. R. A., Dados da Pesquisa. 2014.



Fonte: CARVALHO JÚNIOR, G. R. A., Dados da Pesquisa. 2014.

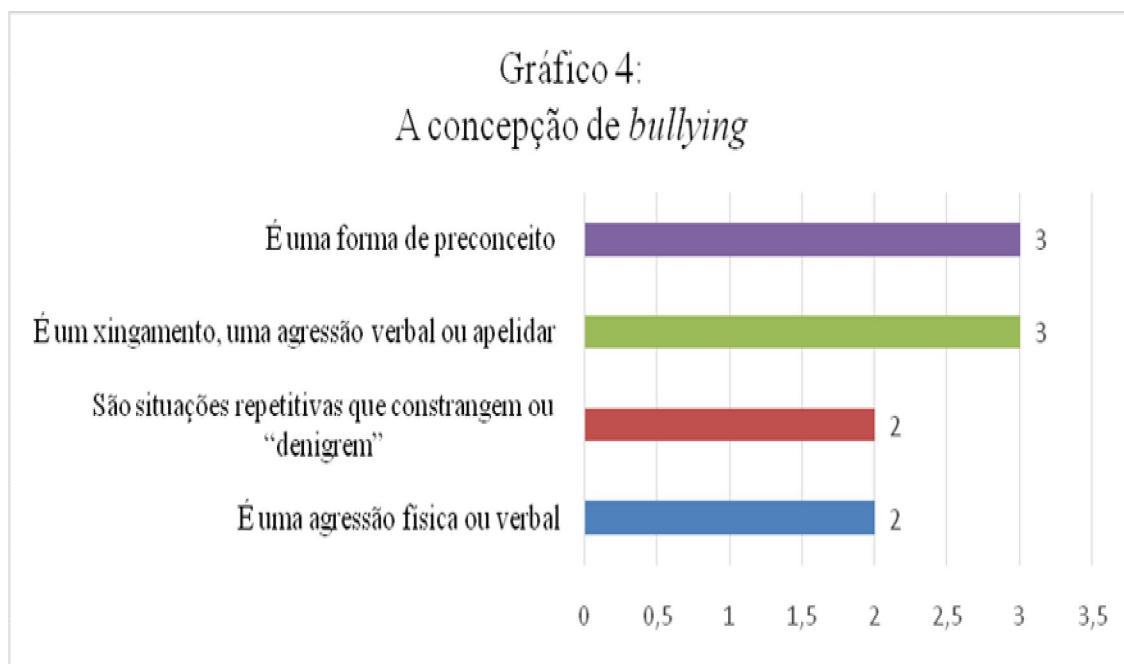


Fonte: CARVALHO JÚNIOR, G. R. A., Dados da Pesquisa. 2014.

As especialistas demonstraram conhecimento tanto no referente ao trabalho desenvolvido pelos educadores como à realidade vivenciada pelos estudantes, apontando, particularmente, os casos de violência em geral, embora os casos de *bullying* e *ciberbullying* ainda careçam de maior atenção, como será demonstrado nas análises que seguirão.

Quando questionadas sobre o que consideravam *bullying*, as especialistas não apresentaram uma resposta conceitualmente elaborada, mais próxima das definições trabalhadas pelos autores que se debruçam sobre o tema. As definições que melhor trabalham o conceito, consideram-no como ações de ordem física, verbal ou psicológica, repetitivas num curto período de tempo - no mínimo três vezes em algumas semanas, sem motivação por parte da vítima, e marcadas pela intencionalidade por parte dos agressores que desejam *status*, particularmente incentivados pela presença da platéia – público. A definição de *bullying*, compartilhada por autores como Cleo Fante, Ana Beatriz Barbosa e Silva e Shaheen Shariff, foi citada no segundo capítulo desta pesquisa.

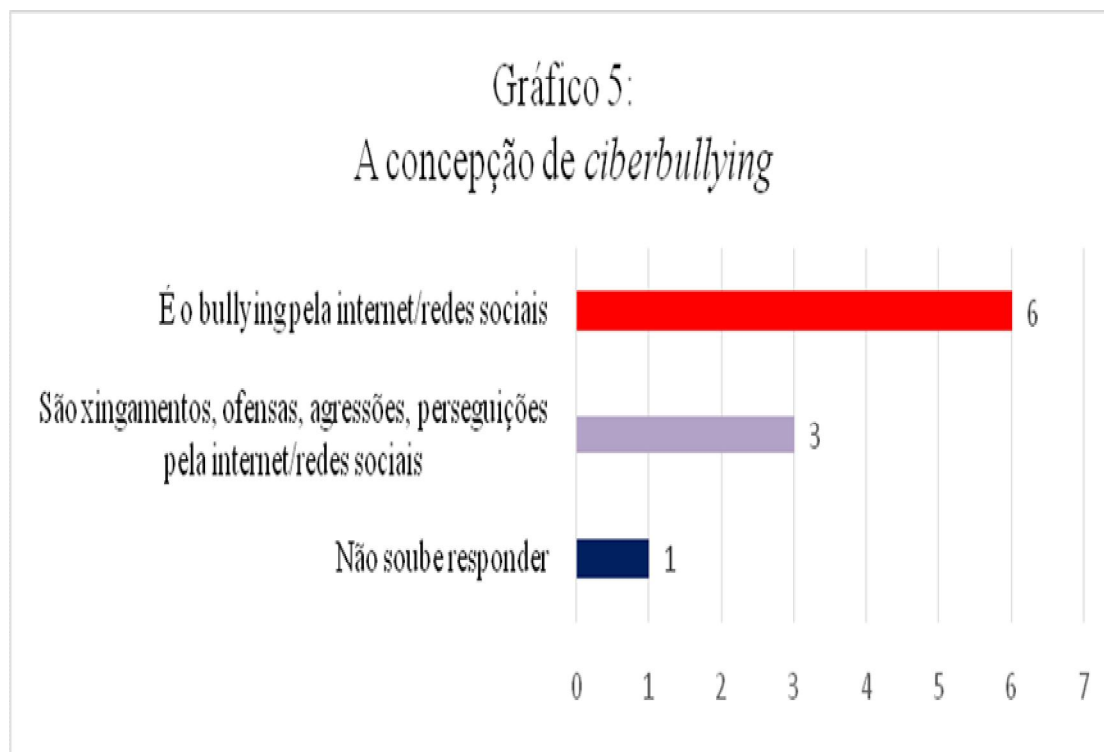
As respostas das especialistas variaram entre considerar o *bullying* uma forma de preconceito, de agressão física ou verbal, xingamentos ou apelidos, situações repetitivas constrangedoras ou que “denigrem” as vítimas. Não foram contempladas as características que definem o *bullying* como agressão psicológica, os agentes que dele participam, o intervalo de tempo em que as ações acontecem e as questões motivadoras ou a intencionalidade – se existe ou não e a partir de quem existiria (os autores afirmam que as vítimas não motivam, mas os agressores tem ações intencionais bem planejadas), como destaca o gráfico 4.



Fonte: CARVALHO JÚNIOR, G. R. A., Dados da Pesquisa. 2014.

Uma resposta chamou atenção: duas especialistas utilizaram o termo “denegrir” para afirmar aspectos negativos do *bullying*, o que atualmente é bastante criticado pelos educadores e pesquisadores como um todo, uma vez que reforça justamente o preconceito que se deseja erradicar.

Noções de senso comum, relacionadas ao *bullying*, foram também verificadas quando perguntou-se o que as especialistas consideravam ser o *ciberbullying*: uma entrevistada não soube responder a pergunta, enquanto as demais respostas dividiram-se em tratar-se do “*bullying pela internet*” - maioria das respostas – ou tratar-se de xingamentos, agressões ou perseguições pela internet e pelas redes sociais, como demonstra o gráfico 5. Portanto, as respostas foram bem semelhantes, sem conter uma reflexão detalhada e aprofundada, demonstrando o não conhecimento científico a respeito do tema.



Fonte: CARVALHO JÚNIOR, G. R. A., Dados da Pesquisa. 2014.

Embora a pesquisa não tenha tomado como objetivo traçar o histórico do *bullying* e do *ciberbullying* nas instituições de ensino de Uberlândia – um dos objetivos tratava-se do histórico dos estudos dessas ações de violência no mundo e no Brasil e foi apresentado no capítulo 02 desta dissertação – percebeu-se, nas respostas das especialistas entrevistadas, que esses fenômenos são considerados como algo que já existia antes da discussão acadêmica e da exposição atual feita pela mídia televisiva.

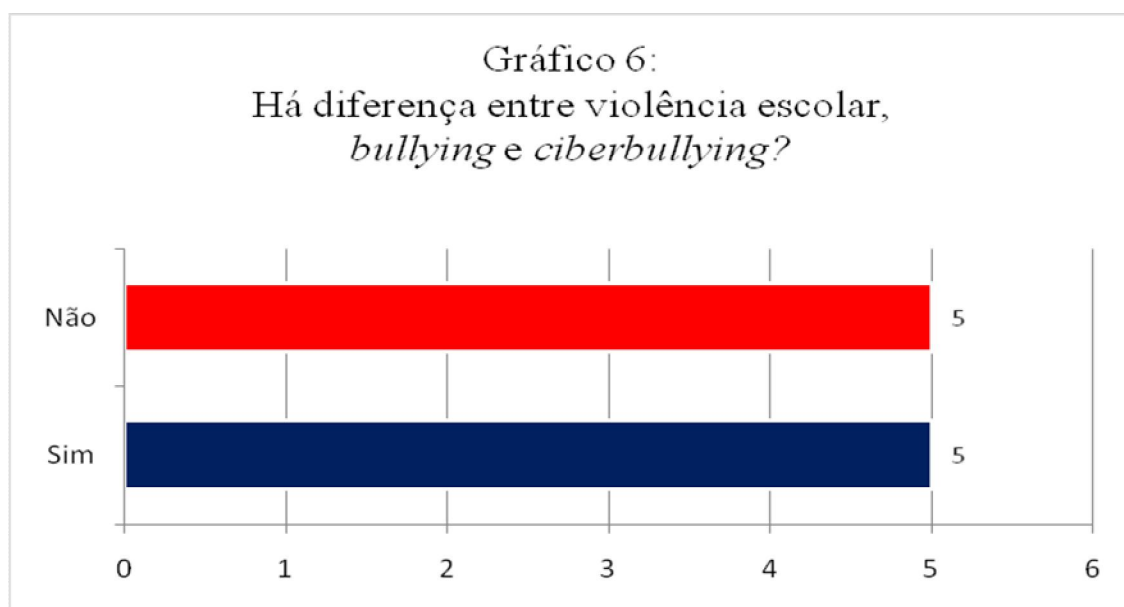
Ao responderem sobre o que entendiam ser o *bullying* e o *ciberbullying*, quase todas as respostas, em relação ao primeiro, enfatizavam que “*é algo que acontece há muitos anos, algo que sempre existiu, mas que não tinha esse nome e que ninguém estudava ou dava muita importância*”. E que o *ciberbullying* era um desdobramento do primeiro. O *bullying* escolar seria antigo como as outras formas de violência das instituições de ensino e, apenas, não tinha essa nomenclatura. Existia, mas não era chamado assim. Algumas respostas deram a entender que sim, enquanto outras não afirmaram com clareza.

A resposta de uma das entrevistadas chamou atenção ao fato de que, mais importante que a discussão em pontuar a origem e o histórico desses problemas, está o trabalho de

enfrentamento e intervenção em relação a eles. Segundo ela, “*muitos adultos que hoje são frustrados, nervosos, sofrem algum medo ou transtorno, sofreram agressões repetidas, eram vítimas recorrentes quando mais novos na escola.*” E concluiu: “*mas ninguém dava atenção. Os pais, os professores ou mesmo as vítimas, diziam que não era nada, era só brincadeira. Já existia bullying, mas ninguém fazia nada. Hoje é possível combater isso, conscientizar disso*”.

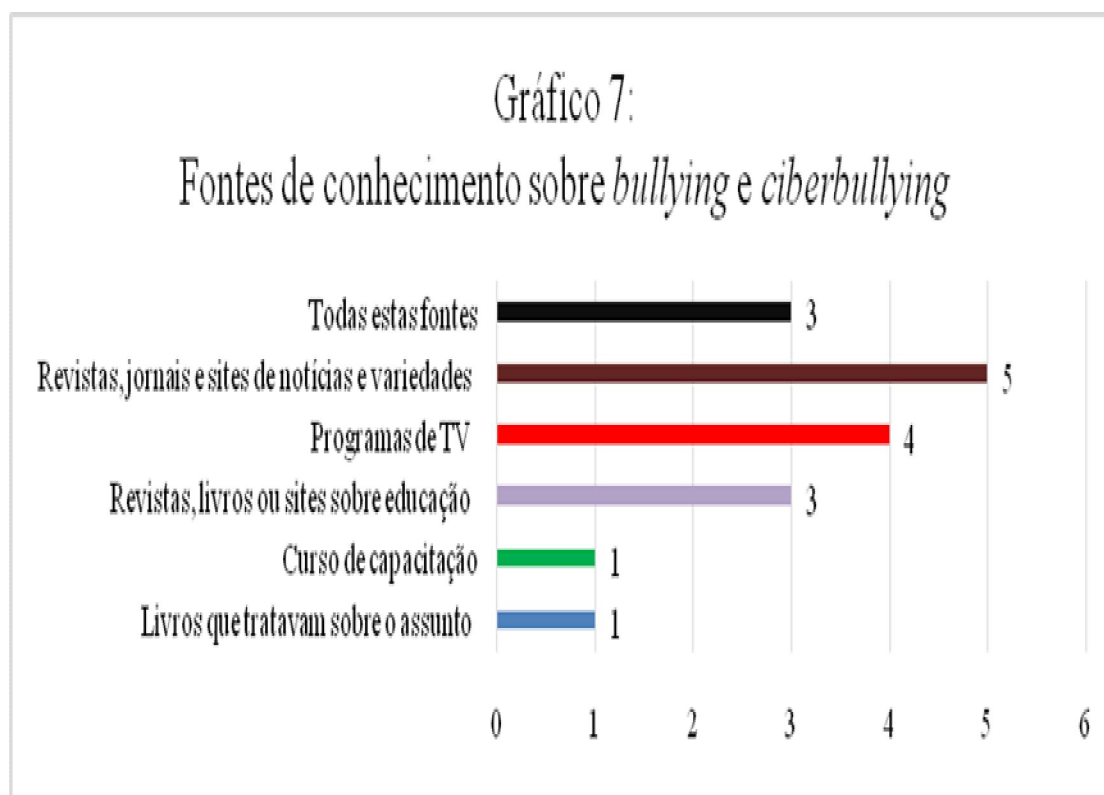
Evidenciam o pouco conhecimento, no sentido profundo e fundamentado em conceitos e teorias científicas, o fato de apenas cinco entrevistadas terem respondido que existe diferença entre as formas mais comuns de violência nas escolas – como depredações e agressões esporádicas – e o *bullying* e o *ciberbullying*. Mesmo entre as especialistas que afirmaram da existência da diferença entre as ações de violência, as respostas foram vagas e incompletas.

Uma entrevistada afirmou que o *bullying* e o *ciberbullying* são ações planejadas e intencionais; outra entrevistada afirmou a forma como acontecem, citando o *bullying* e a violência escolar como presenciais e o *ciberbullying* não; outra afirmou que tais ações são repetitivas, enquanto a violência escolar pode ser esporádica; e uma última resposta afirmou que o *bullying* e o *ciberbullying* levam à violência escolar, como se houvesse uma relação determinada de causa e efeito entre essas ações, como demonstra o gráfico 6. As respostas das especialistas apontaram para a dificuldade da diferenciação dos tipos de violência – se há relação com a não capacitação dos educadores para o enfrentamento dos problemas, como sugere uma das hipóteses desta pesquisa, as próximas análises tentarão responder.



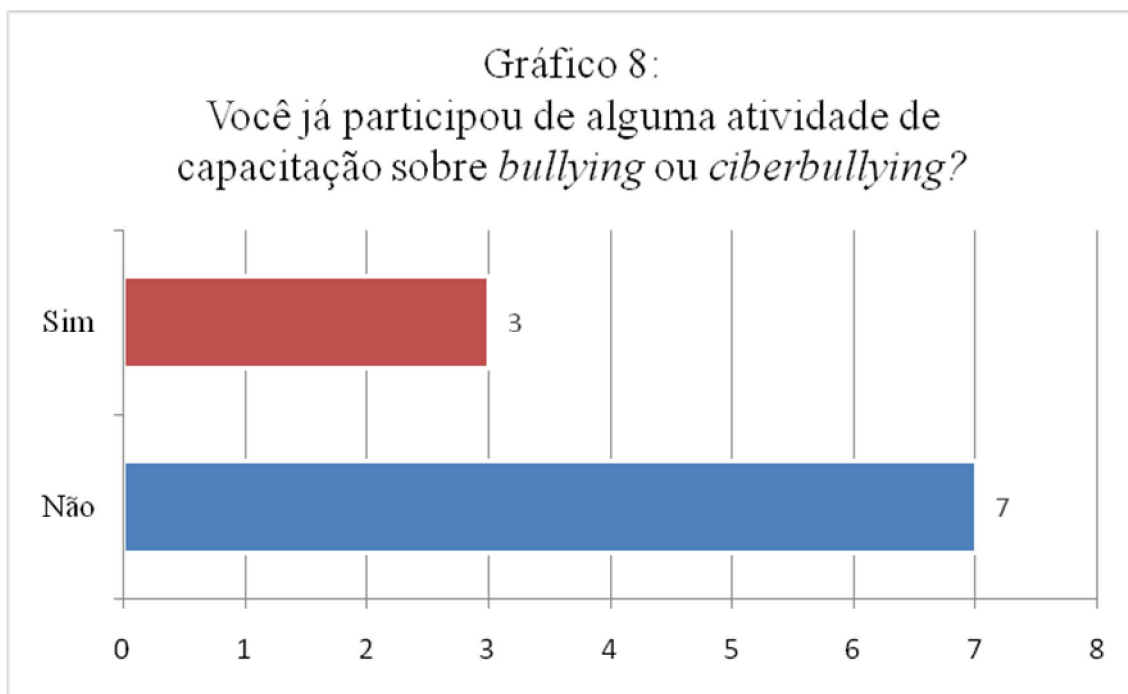
Fonte: CARVALHO JÚNIOR, G. R. A., Dados da Pesquisa. 2014.

Junto às questões acerca do *bullying* e do *ciberbullying*, a investigação passou por descobrir como as entrevistadas tomaram conhecimento sobre essas formas de violência. Questionadas sobre isso, as fontes mais citadas foram, respectivamente, revistas, jornais e sites de notícias e variedades, programas de TV e revistas, livros e sites sobre educação, como demonstra o gráfico 7. Cinco especialistas da educação afirmaram ter obtido conhecimento por meio de livros ou curso de capacitação que tinham o *bullying* e o *ciberbullying* como tema, ou seja, que obtiveram o conhecimento formal e acadêmico.

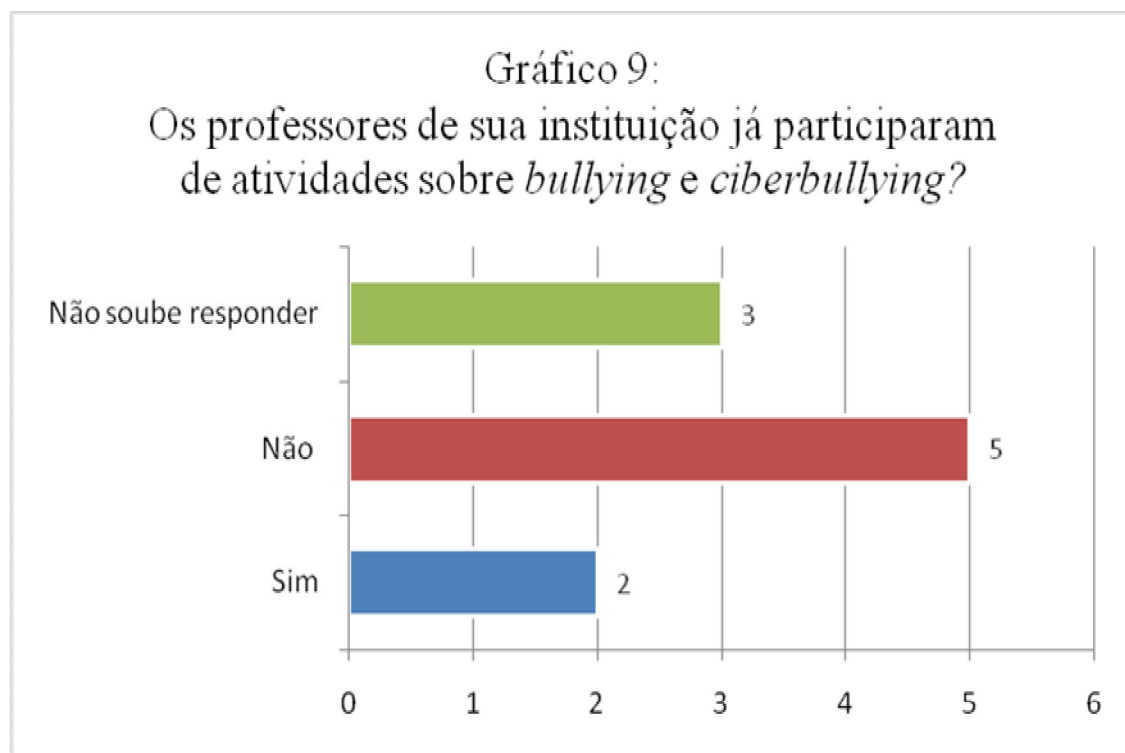


Fonte: CARVALHO JÚNIOR, G. R. A., Dados da Pesquisa. 2014.

Refletindo sobre os desdobramentos das informações sob a hipótese da não capacitação dos profissionais da educação para o enfrentamento do *bullying* e do *ciberbullying*, apenas três entrevistadas afirmaram ter passado por curso de capacitação, sendo duas especialistas da rede pública municipal e uma da rede pública estadual. A realidade não é diferente em relação aos professores das instituições pesquisadas: em apenas duas instituições de ensino, as entrevistadas afirmaram que os professores também passaram por capacitação, enquanto em cinco delas, os professores não foram capacitados; em três instituições, as especialistas não souberam responder, como demonstram respectivamente os gráficos 8 e 9.

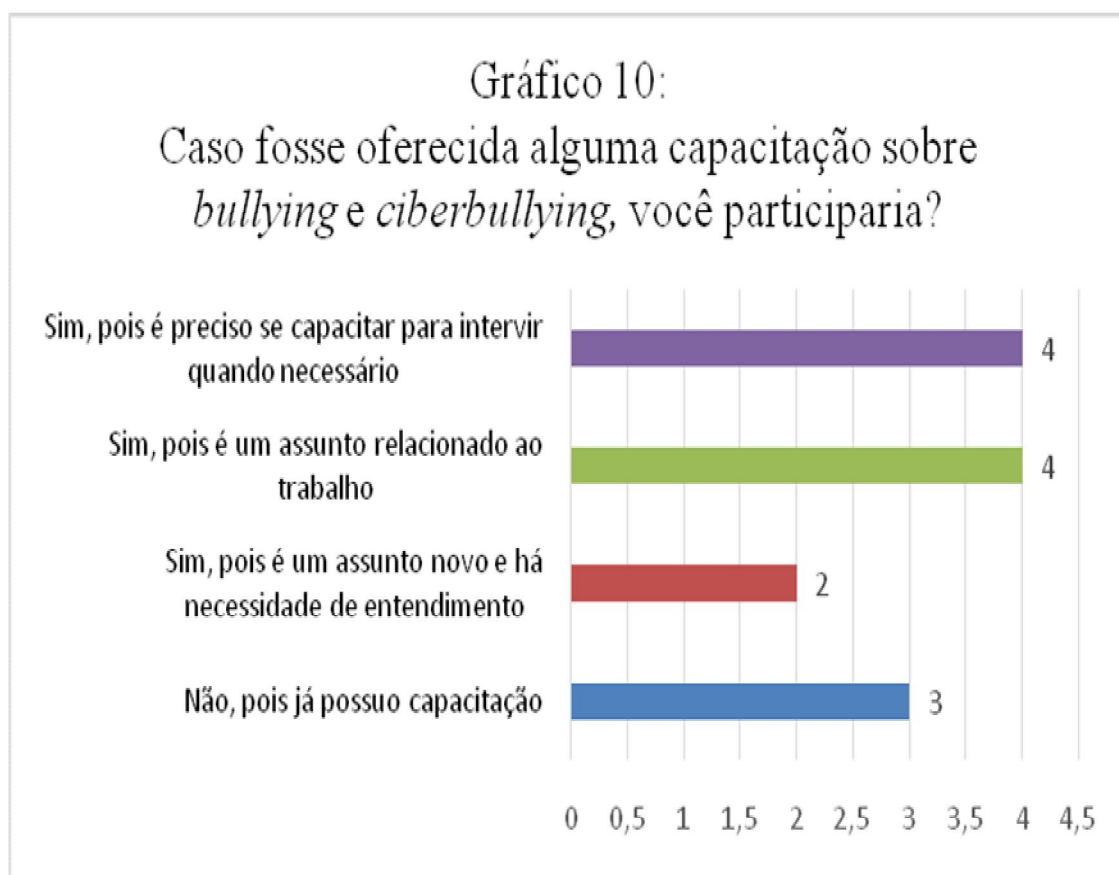


Fonte: CARVALHO JÚNIOR, G. R. A., Dados da Pesquisa. 2014.



Fonte: CARVALHO JÚNIOR, G. R. A., Dados da Pesquisa. 2014.

As entrevistas evidenciaram um fato interessante – e até controverso – com relação à capacitação para o enfrentamento do *bullying* e do *ciberbullying*. As sete especialistas que ainda não passaram por capacitação, afirmaram que o fariam por motivos como a necessidade de intervenção em casos futuros, por se tratar de assunto com termos e conceitos novos à formação acadêmica e profissional delas e por ser parte do cotidiano do ofício que exercem na escolas – a frase “*porque faz parte do meu dia a dia aqui na escola*” foi dita por quatro das entrevistadas .



Fonte: CARVALHO JÚNIOR, G. R. A., Dados da Pesquisa. 2014.

Contudo, quando questionadas se os professores ainda não capacitados participariam de alguma capacitação como cursos, palestras ou oficinas, caso oferecidas, as especialistas afirmaram que estes assumiriam posturas diferentes: metade das especialistas – cinco delas – afirmaram que os professores participariam de alguma capacitação porque “*o bullying e o ciberbullying atrapalham o andamento das aulas*”; outras duas especialistas afirmaram que

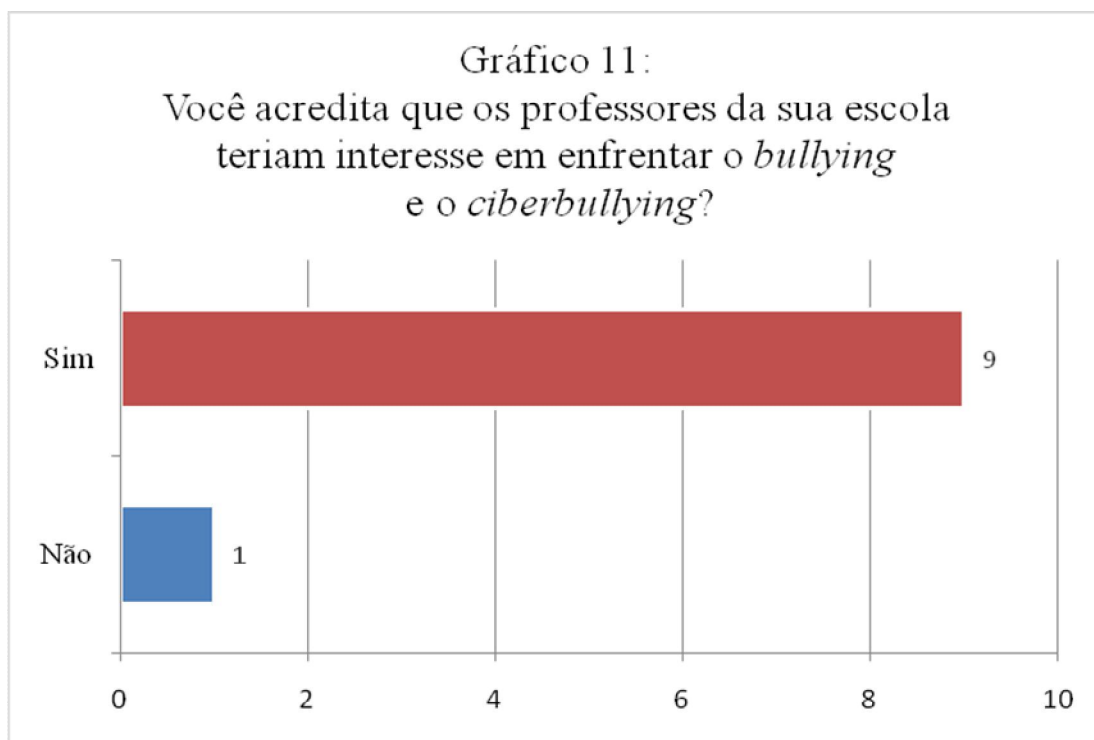
os professores participariam por considerar situações novas, sobre as quais precisariam conhecer mais e, em apenas uma escola, a especialista afirmou que os professores participariam *“por serem mais interessados e envolvidos com situações da escola, incluindo a solução de problemas”* – *“embora não sejam todos”*, enfatizou a especialista completando a resposta.

Entre os professores que não participariam de alguma capacitação, segundo elas, as respostas encontraram lugar no viés comum pelo qual a educação brasileira é geralmente analisada por profissionais ligados à área e pela sociedade como um todo: *“os professores não acreditam mais na educação”* e *“os professores têm um conteúdo extenso a cumprir, sem espaço para atividades que não sejam estritamente deste conteúdo”*, foram citadas, respectivamente por uma e por duas das entrevistadas.

O conteúdo da disciplina é priorizado, ainda que o ambiente escolar não se encontre adequadamente em condições de promover o aprendizado, ou seja, as respostas enfatizaram a necessidade de cumprir o conteúdo mesmo que os estudantes estejam envolvidos – como vítimas, agressores ou espectadores – nas ações de violência. A dimensão da construção, partilha e exercício de uma identidade cidadã, em um espaço que lhe seria próprio, a escola, perde importância para tentar cumprir as exigências curriculares.

Outro ponto conflituoso da análise está no fato de o total das dez entrevistadas afirmarem que os professores estão cientes da ocorrência das ações de *bullying* e *ciberbullying* e nove delas, como demonstra o gráfico 11, afirmaram que os professores teriam interesse em enfrentá-los, mesmo que anteriormente parte das entrevistadas afirmassem que os educadores não aceitariam participar de alguma capacitação.

Pareceram respostas próprias e prontas de uma postura acordada com o moralmente correto, especialmente por tratar-se de assuntos relacionados à educação, embora a realidade não seja condizente. A resposta da única entrevistada que afirmou abertamente que os professores com os quais trabalha não aceitariam participar de alguma capacitação destacou, novamente, a falta de tempo e a exigência curricular extensa como motivos pela falta de interesse pela capacitação.



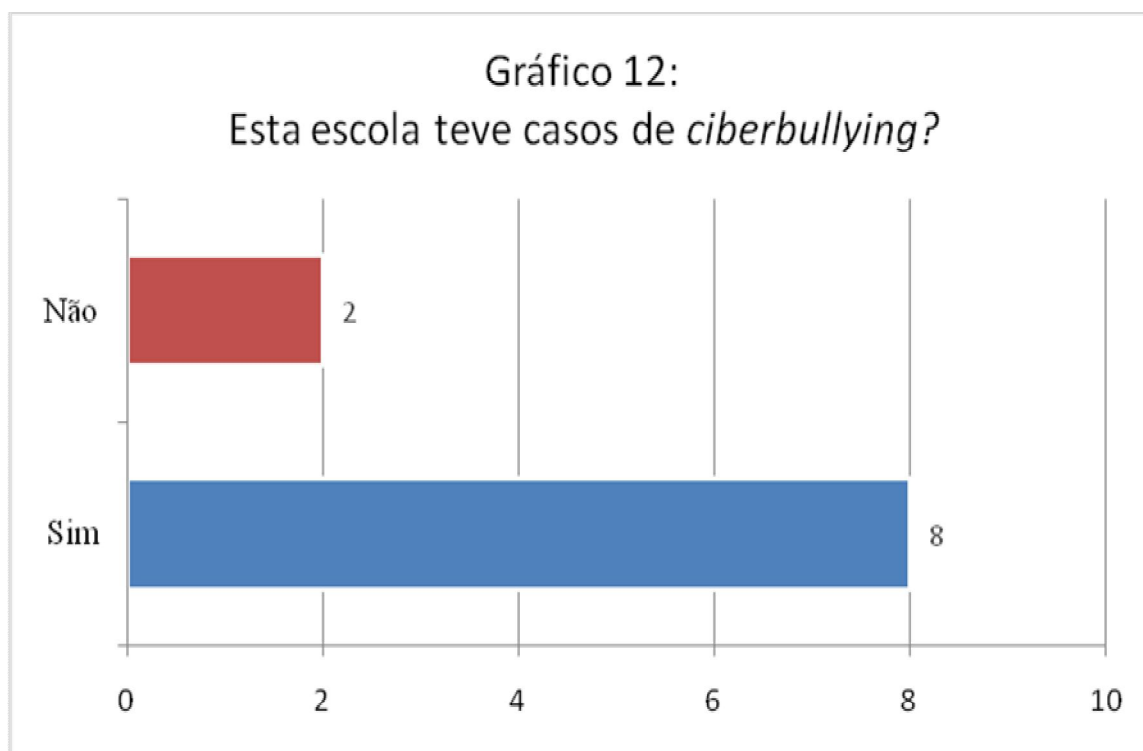
Fonte: CARVALHO JÚNIOR, G. R. A., Dados da Pesquisa. 2014.

Ficou evidente que a dificuldade da identificação e diferenciação do *bullying* e do *ciberbullying* frente às outras formas de violência relacionadas ao contexto escolar está diretamente relacionado à não capacitação dos profissionais da educação, agravada pelo desinteresse de boa parte dos profissionais em capacitar-se, justificando tal postura como parte e consequência do descaso que acomete a educação brasileira, particularmente o professor.

Esse descrédito passa pela idéia compartilhada do fenômeno da violência escolar, e não só o *bullying* e o *ciberbullying*, como uma responsabilidade que não compete a eles, professores, interferir e resolver – “*eles já fazem demais por tão pouco e esperar qualquer participação além das obrigações de sala de aula pode ser muito difícil*” – ponderou uma das entrevistadas que também ocupa o cargo da vice-diretoria. “*É complicado pois, assim, o professor não se vê mais como agente transformador. Os nossos educadores convivem com a violência na escola e nas redes sociais, mas está cansado e desmotivado para fazer algo*”. Contudo, nenhuma das entrevistadas deixou claro a quem caberia tal responsabilidade, se às famílias, à sociedade, ao governo ou, ainda, a um trabalho conjunto.

O *bullying* e o *ciberbullying* estão presentes nas escolas selecionadas que compõem a amostra desta pesquisa, o que certamente se repete na realidade de muitas outras instituições

da cidade de Uberlândia – ver gráfico 12. Quando questionadas sobre a ocorrência dos casos de *bullying*, todas as entrevistadas afirmaram que as escolas em que trabalham passaram pela ocorrência desse tipo de violência – oito das dez respostas foram acompanhadas de um “*sim, muitos casos!*”, enfatizando-os.



Fonte: CARVALHO JÚNIOR, G. R. A., Dados da Pesquisa. 2014.

Quanto ao *ciberbullying*, oito entrevistadas afirmaram a ocorrência entre seus estudantes. Reafirmando a presença da violência pela internet e nas escolas, nove entrevistadas disseram-se cientes de casos de *bullying* e *ciberbullying* noutras instituições de ensino em que trabalham ou tomaram conhecimento através de outros profissionais da educação. Atesta a presença do *bullying* nas escolas as respostas de oito entrevistadas que disseram ter presenciado vítimas agredidas repetidamente por “*algum colega que sempre estava por perto ou de quem as vítimas constantemente iam reclamar, em particular, na (minha) sala.*”

Depara-se, então, com outro objetivo desta pesquisa - como acontece o combate ao *bullying* e ao *ciberbullying* de modo pontual: como as especialistas da educação e os

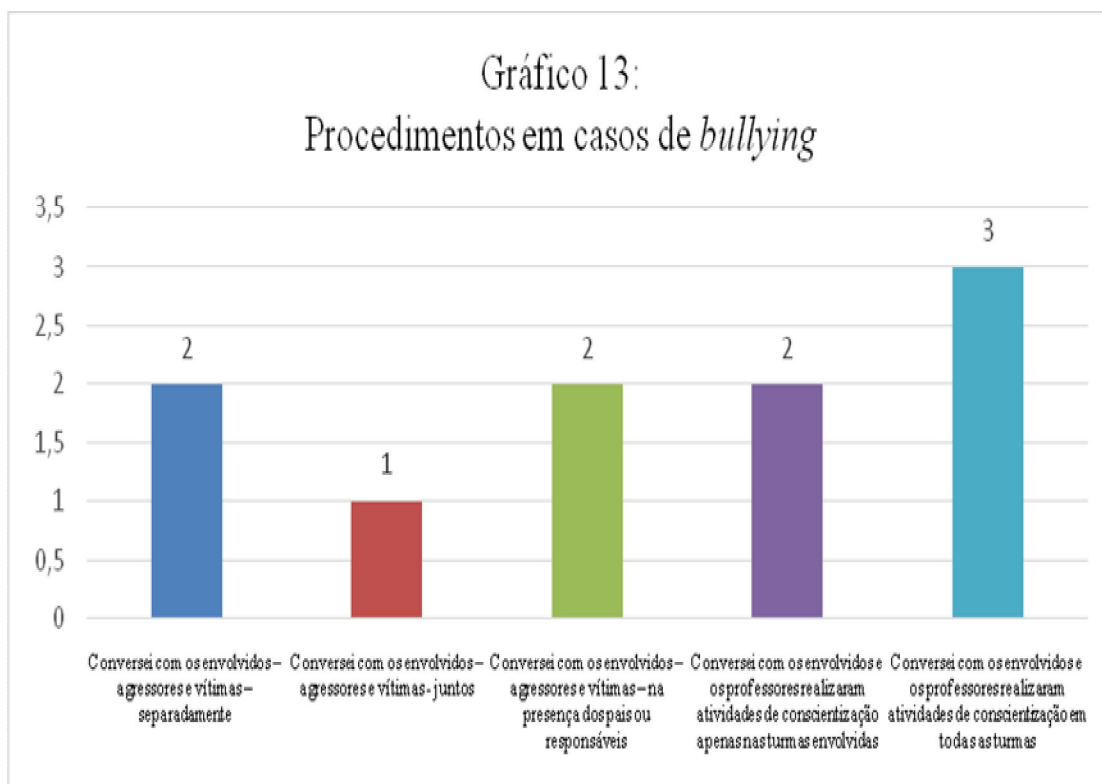
professores entrevistaram nos casos a que tiveram acesso. As respostas, quanto aos procedimentos tomados frente aos dois tipos de violência, não apresentaram diferenças significativas.

Chamou atenção o fato de somente uma entrevistada ter convidado para conversar os três agentes envolvidos – o agressor, a vítima e a platéia – o que não condiz com a resposta de uma pergunta posterior quando as dez entrevistadas afirmaram que as escolas conseguiram identificar todos os envolvidos, ainda que, segundo cinco delas, a identificação dos agressores e da platéia tenha sido dificultada pelo uso de perfis falsos nas redes sociais.

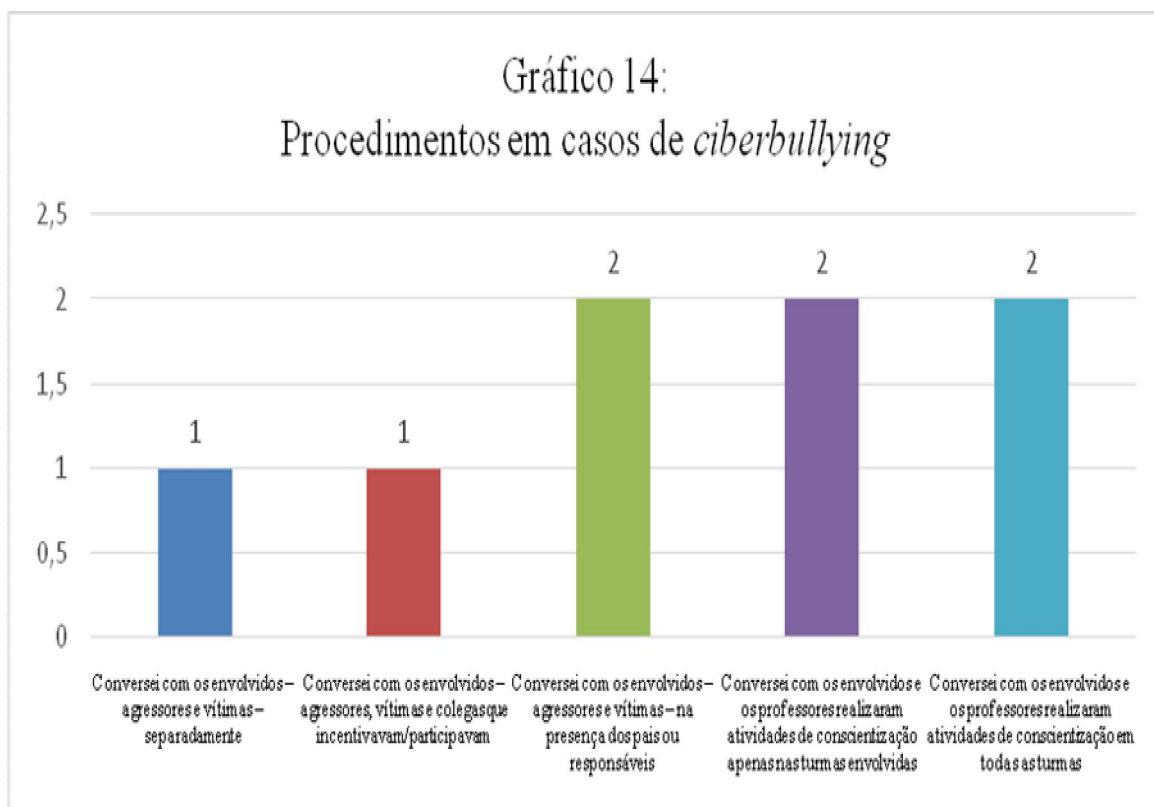
As escolas conseguiram identificar os agentes envolvidos mas ativeram-se a conversar com agressores e vítimas, desconsiderando a platéia. Os espectadores que compõem o público que legitima as ações de violência e conferem o *status* de liderança e fama aos agressores são deixados de lado, agravando a intervenção dos casos ocorridos e, de certa forma, favorecendo a proliferação do *bullying* e do *ciberbullying*, conforme análise feita no segundo capítulo.

Ainda sobre os procedimentos adotados, a totalidade das entrevistadas disseram ter chamado agressores e vítimas para conversar, após a denúncia das agressões, fossem elas presenciais ou pela internet – este foi um procedimento semelhante adotado pelos especialistas. A semelhança entre os procedimentos de intervenção do *bullying* e *ciberbullying* pode ser verificada nos gráficos 13 e 14.

Algumas especialistas conversaram com vítimas e agressores separadamente, outras conversaram com agressores e vítimas juntos; em alguns casos, os pais ou responsáveis foram acionados e presenciaram a conversa. Em algumas escolas, além de conversar com os agressores e vítimas, as especialistas contaram com o auxílio dos professores para promover atividades de conscientização sobre o *bullying* e o *ciberbullying* para toda a escola ou focando somente as turmas que passaram por um ou pelos dois tipos de situações. Nas escolas em que os agressores foram identificados, os diretores escolares exigiram que as postagens relacionadas a outros estudantes fossem retiradas das redes sociais, sob penalidade de suspensão dos agressores das atividades da escola.



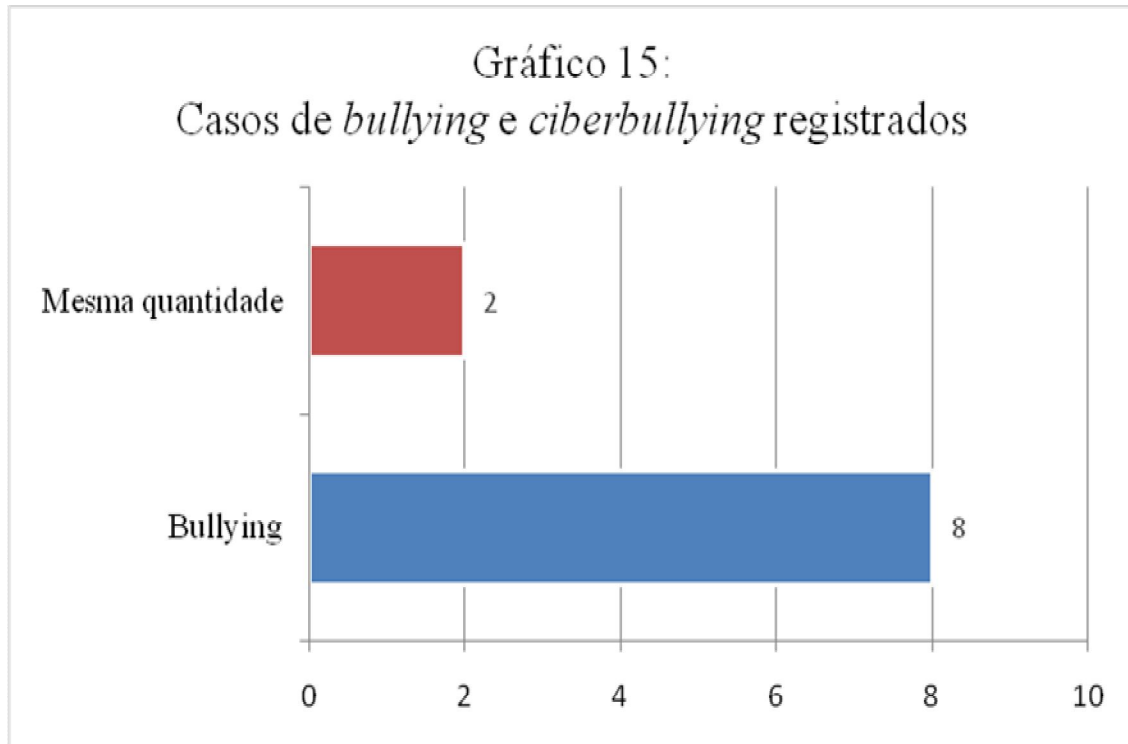
Fonte: CARVALHO JÚNIOR, G. R. A., Dados da Pesquisa. 2014.



Fonte: CARVALHO JÚNIOR, G. R. A., Dados da Pesquisa. 2014.

Os procedimentos foram os mesmos nas situações em que as especialistas presenciaram o *bullying*: e oito delas afirmaram ter passado por situação semelhante, intervindo no mesmo instante para que o agressor deixasse de perturbar a vítima, conversando com ele imediatamente e depois com a vítima. Mesmo as outras duas especialistas que não presenciaram casos de *bullying* disseram que, primeiramente, separariam vítimas e agressores, chamariam-os para conversar e aconselhar, analisando a necessidade de acionar pais ou responsáveis. Notou-se, uma vez mais, que passa despercebida a intervenção junto à platéia: ela sequer foi citada pelas entrevistadas.

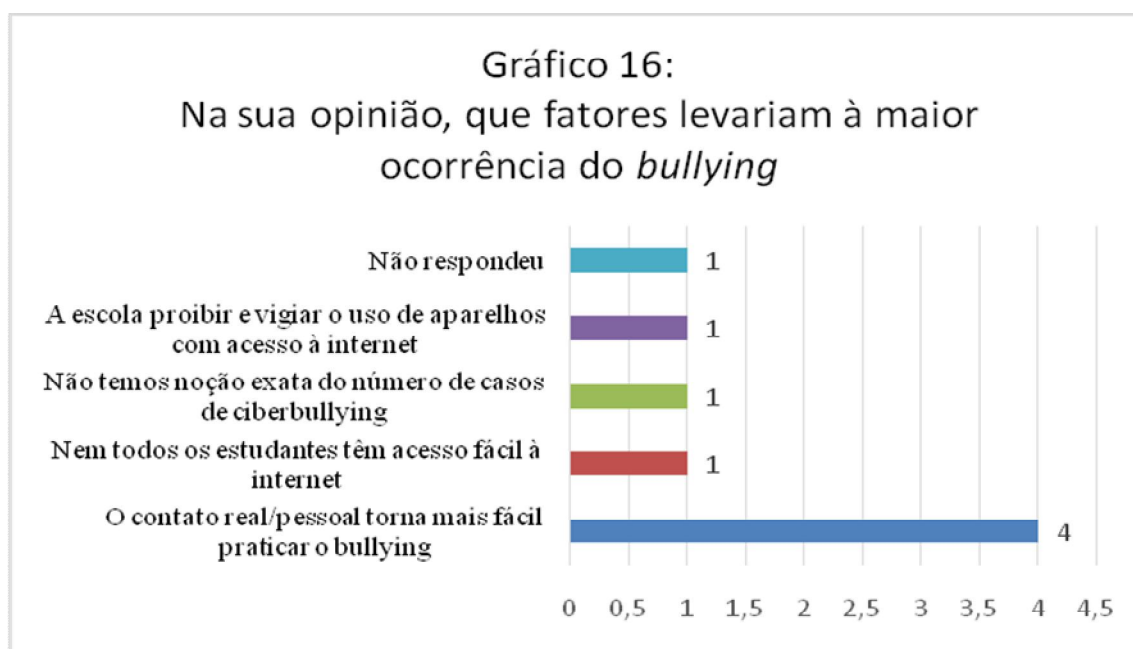
Quanto ao número de casos do *bullying* e do *ciberbullying*, oito especialistas da educação afirmaram, sem citar um número preciso, como demonstra o gráfico 15, ser maior a prática do primeiro em relação ao segundo entre os estudantes das instituições de ensino em questão; outras duas especialistas disseram que as ações de violência acontecem na mesma quantidade, sem prevalência de um sobre o outro. E justificaram a maior ocorrência do *bullying* “*graças ao contato físico e sem intermediários*”, ou seja, por ser uma ação presencial direta entre agressores e vítimas.



Fonte: CARVALHO JÚNIOR, G. R. A., Dados da Pesquisa. 2014.

O acesso à internet ainda é restrito a uma parcela dos estudantes, que precisam ir a *lan houses* ou não conseguem acionar o serviço pelos próprios celulares ou, ainda, não conseguem a senha de acesso da internet sem fio e gratuita das escolas ou outros espaços, embora tenha crescido o número de lugares – como shoppings e praças públicas – que disponibilizem esse acesso. Também chamou atenção a resposta de uma das entrevistadas que apontou: “*não temos a noção exata do número de casos de cyberbullying pois na internet os estudantes se passam por outra pessoa, criam identidades falsas*”. O gráfico 16 demonstra justificativas da maior ocorrência do *bullying* em relação à versão virtual.

Referente aos aparelhos de tecnologia com acesso à internet, particularmente os celulares, está a tentativa de vigilância quanto ao uso dos mesmos. Segundo as entrevistadas, a vigilância dos professores e dos funcionários das escolas, contribui para dificultar, ainda que insuficientemente, os casos de *cyberbullying* “*pelo menos no tempo em que os estudantes estão na escola*” – como ressaltou uma das entrevistadas.



Fonte: CARVALHO JÚNIOR, G. R. A., Dados da Pesquisa. 2014.

A vigilância procura ser constante. O uso de celulares é proibido em todas as escolas pesquisadas e isso tem respaldo, como uma entrevistada ressaltou, numa lei estadual¹⁷ e no

¹⁷ LEI ESTADUAL MG N° 14.486, de 9 de dezembro de 2002, disciplina o uso de telefone celular em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas, proibindo o uso durante deste em sala de aula.

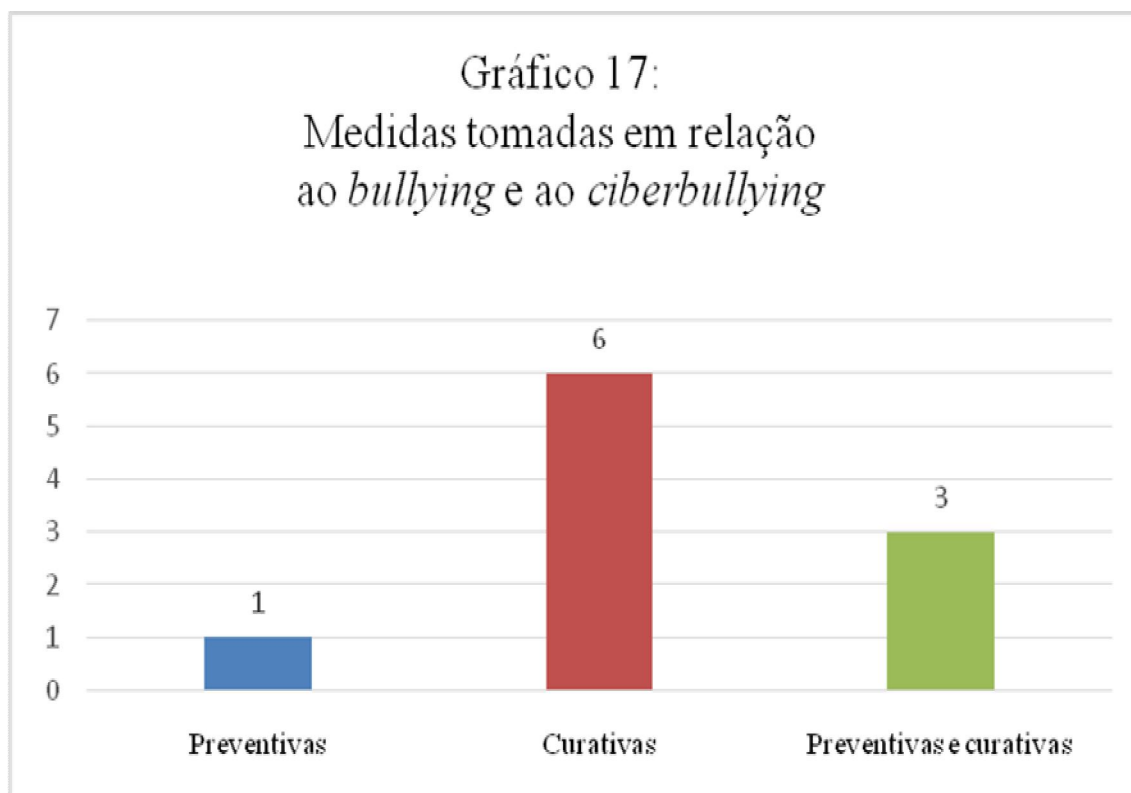
regimento escolar; sete entrevistadas afirmaram que há um trabalho constante em lembrar as regras de proibição do celular aos estudantes e aos pais ou responsáveis.

Todavia, as especialistas observaram que o uso dos celulares e computadores, tão logo os estudantes deixem os horários de aula, é cada vez maior – *“muitos praticamente não desligam esses aparelhos, outros tantos utilizam pro cyberbullying. ‘Vira e mexe um estudante vem pra nossa sala porque estava com ele durante a aula, usando a internet’ - disse uma entrevistada. “É algo que foge ao controle: eles se ‘aventuram’ em coisas que partem deles ou de outros para xingar, espalhar mentiras. Os pais não colocam limite: dão os aparelhos, a internet, mas não estabelecem regras nem acompanham o que os filhos fazem.”*

Alguns dos objetivos propostos para esta pesquisa relacionaram-se a possíveis dificuldades quando do combate ao *bullying* e ao *ciberbullying*, caso o enfrentamento tivesse sido realizado em algum momento nas escolas pesquisadas, bem como apontar os resultados apreendidos pelos especialistas entrevistados.

Sobre o tipo de enfrentamento realizado, as entrevistadas apontaram, como exposto anteriormente, que todas elas conversaram com as vítimas e agressores - em algumas ocasiões, inclusive, juntos. Em algumas escolas, os professores prontificaram-se a participar de atividades junto às turmas com incidência de *bullying* e de *ciberbullying* e, noutras, envolvendo toda a instituição escolar. Foi necessário, então, verificar o caráter dessas atividades e como o enfrentamento de fato ocorreu.

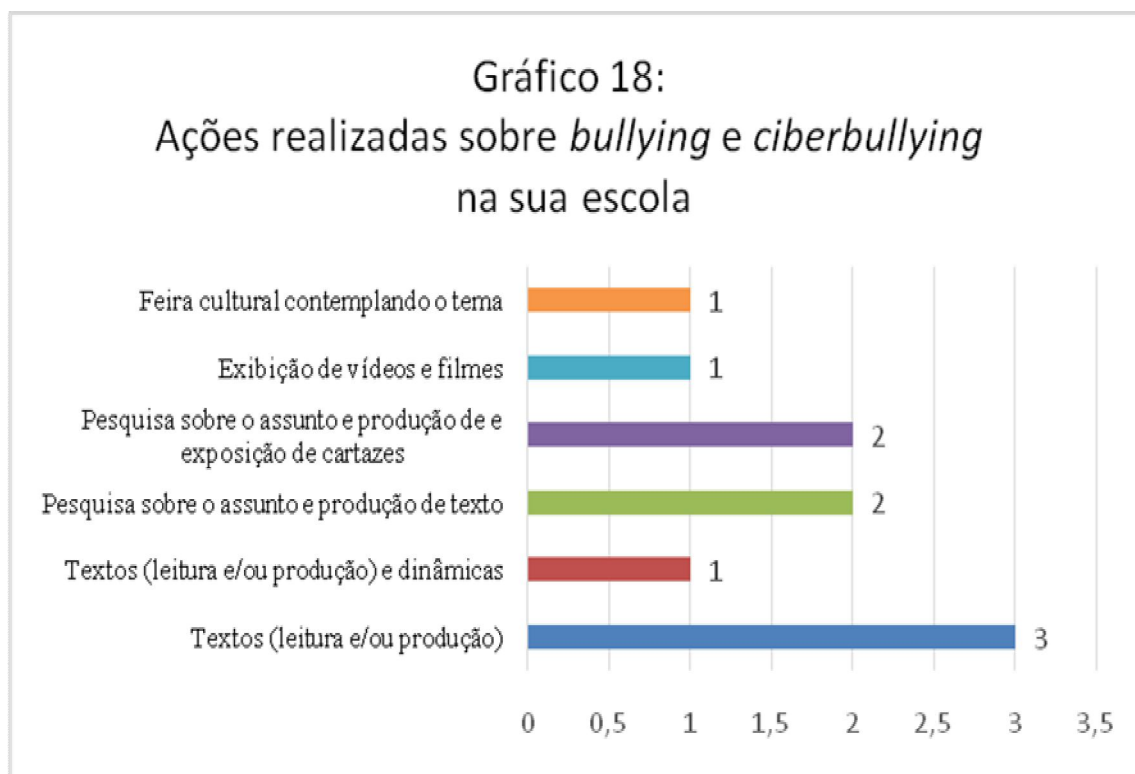
Embora todas as entrevistadas tenham afirmado que os professores das instituições tenham desenvolvido atividades de conscientização, quando detalhado o caráter dessas atividades, apenas uma entrevistada confirmou ter se tratado de atividades preventivas, outras seis confirmaram atividades curativas, ou seja, de intervenção, tentando a solução após terem ocorrido casos de *bullying* e *ciberbullying*; e outras três confirmaram atividades preventivas e curativas, conforme exposto no gráfico 17. O caráter fortemente curativo, que é próprio e comum às atividades da educação brasileira, como apontaram os autores desta pesquisa, é evidenciado nas intervenções de remediação: ainda há pouca conscientização e prevenção.



Fonte: CARVALHO JÚNIOR, G. R. A., Dados da Pesquisa. 2014.

Diante das afirmações de que nem todos os professores apresentariam interesse em combater o *bullying* e o *ciberbullying* e que poucos passaram por algum tipo de capacitação, o objetivo de pesquisar como aconteceram as ações de enfrentamento nas escolas de Uberlândia tornou-se ainda mais importante: se poucos fizeram esse enfrentamento, mesmo sem a devida capacitação, e se quase sempre as ações foram curativas, como foram feitas permitiria outras reflexões ao objetivo proposto.

Segundo respostas das entrevistadas, em seis escolas aconteceram atividades em sala de aula e extra-classe; e noutras quatro escolas, somente atividades na sala de aula. As atividades ocorridas na sala de aula dividiram-se, como demonstra o gráfico 18, em leitura e produção de textos, exibição de vídeos ou filmes, pesquisas sobre o *bullying* e o *ciberbullying* ou a produção e exposição de cartazes; em uma das escolas foram contemplados como um dos temas de uma feira cultural. As atividades extra-classe restringiram-se à exibição dos vídeos ou filmes nas salas multimeios ou auditórios ou à exposição de cartazes. Em uma das instituições aconteceu uma peça de teatro, no pátio, para as turmas do Ensino Fundamental II.



Fonte: CARVALHO JÚNIOR, G. R. A., Dados da Pesquisa. 2014.

Em seguida, as entrevistadas explicitaram quais disciplinas trabalharam sobre o *bullying* e o *ciberbullying*: excetuando-se as disciplinas de História e Matemática, citadas uma vez cada, e Ciências, citada por duas entrevistadas, as disciplinas que mais realizaram atividades foram Língua Portuguesa e Ensino Religioso, citadas por seis e nove entrevistadas, respectivamente.

Percebe-se que as disciplinas da área de comunicação e expressão apresentaram, como faziam questão de destacar as especialistas, “a possibilidade de encaixar os temas nas aulas ministradas”, e os professores dessas disciplinas eram mais “abertos a participar de atividades propostas que envolvem discussões como cidadania e valores” – como destacaram três entrevistadas.

As especialistas destacaram que não há uma temática ou capítulo específicos que tratem do *bullying*, do *ciberbullying* ou da violência, em geral, dentro dos conteúdos programáticos das disciplinas, mas que os professores recebem orientações e sugestões da direção, das próprias especialistas, ou após discussões nas reuniões pedagógicas que periodicamente acontecem nas escolas, de trabalhar o tema e que, particularmente, os

professores de Ensino Religioso se interessam mais por trabalhar o assunto, realizando-o de forma interdisciplinar, especialmente junto à disciplina de Língua Portuguesa.

As especialistas entrevistadas afirmaram que, diante das atividades realizadas por elas e pelos professores durante o processo de intervenção, os resultados foram “positivos, benéficos”, melhorando o relacionamento dos estudantes no ambiente escolar, diminuindo as queixas em relação a agressões nas redes sociais ou extinguindo, mesmo que temporariamente, os casos de *bullying* e *ciberbullying*. Apenas duas entrevistadas afirmaram não ter ocorrido qualquer melhora após as atividades.

De maneira interessante, e contrapondo uma das hipóteses desta pesquisa – de que as condições estruturais das escolas públicas, com salas muito cheias, atrapalhariam as atividades de enfrentamento – somente 01 das entrevistadas salientou que houve dificuldade na realização destas e, segundo ela, não se tratou de nenhuma dificuldade estrutural, mas do desinteresse dos estudantes.

Todas as especialistas afirmaram que as instituições contam com instrumentos como projetores, computadores, aparelhos de som e impressoras que facilitaram a realização das atividades, mas não fizeram nenhum comentário sobre alguma possível dificuldade enfrentada pelos professores para prepará-las, mesmo que, na totalidade, eles ainda não tenham sido capacitados.

Todas as entrevistadas afirmaram que as instituições em que trabalham realizaram atividades de enfrentamento no que tange a ações pontuais, ou seja, realizadas nas próprias escolas, com as turmas que presenciaram problemas com o *bullying* e o *ciberbullying* ou com toda a instituição, e por iniciativa dos profissionais da instituição.

Não foram realizadas, em Uberlândia, ações, projetos ou programas oriundos da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Uberlândia ou da Secretaria Estadual de Educação (SEE) de Minas Gerais, ou por ordem ou orientação do Governo Federal, através do Ministério da Educação (MEC). Apenas duas entrevistadas citaram uma palestra realizada no e pelo Centro de Estudos e Projetos Educacionais (CEMEPE) da Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia¹⁸ nos anos de 2012 e 2014.

Nas escolas pesquisadas, as ações com a temática *bullying*, *ciberbullying* ou violência escolar não foram arquivadas ou documentadas em livros ou álbuns porque, segundo as

¹⁸ Tentou-se investigar junto ao CEMEPE quais ações teriam sido realizadas por ele e as datas em que aconteceram, uma vez que foram citadas por algumas entrevistadas. Porém, após sucessivas tentativas, por telefone e por e-mail, não houve nenhum retorno.

entrevistadas, fizeram parte das atividades de sala de aula e, “*raramente, os professores guardam esse tipo de produção de material*”. As especialistas afirmaram, como parte de suas atribuições, terem visto o registro das atividades nos diários ou cadernos de planejamento de aulas e conteúdos, mas seria preciso acionar os professores e conversar com eles para ter acesso ao que foi trabalhado. Nem mesmo na escola em que o *bullying* e o *ciberbullying* foram temas de feira cultural ficou o registro do que foi realizado.

Foram investigados os blogs e páginas (da rede social) do *Facebook* de todas as instituições. Todos os blogs e páginas estão desatualizados e em apenas uma página e em dois blogs há referências ao *bullying* e ao *ciberbullying* – uma pequena citação textual, frases comuns de combate ao *bullying*, tais como, “*Vamos combater o bullying!*” e “*O bullying não é legal!*” sem, no entanto, conter material, textos ou fotos de ações realizadas nas próprias instituições.

Uma única escola pública estadual contém no seu blog uma postagem com fotos de atividades do “*Dia Estadual de Combate ao Bullying Escolar*”, datada de quinze de setembro de 2011. Um dos objetivos da pesquisa seria obter o acesso a esses materiais e analisá-los, mas verificou-se, ao contrário do que se imaginava inicialmente, que eles não ficaram arquivados ou documentados nas escolas. O anexo 3 desta pesquisa traz o que foi verificado em cada uma das escolas visitadas.

As entrevistadas apontaram que somente duas instituições passaram por atividades de capacitação ao *bullying* e ao *ciberbullying*, outras seis não desenvolveram nenhum trabalho dessa ordem e duas entrevistadas não souberam responder. Mesmo as duas entrevistadas que afirmaram que elas, professores e direção escolar passaram por um curso de capacitação referente a esses problemas, não souberam precisar muitos detalhes. Disseram tratar-se de palestras oferecidas no CEMEPE, como exposto anteriormente.

Os órgãos públicos governamentais, destacadamente as Secretarias de Educação, pareceram ainda não ter o *bullying* e o *ciberbullying* na pauta de assuntos importantes a serem trabalhados. A responsabilidade recai sobre as instituições que, como já exposto, não tiveram a oportunidade de capacitação, além do agravante de ter em seu corpo docente profissionais desmotivados para participar de atividades de enfrentamento.

Essa análise vem ao encontro do que foi exposto no terceiro capítulo desta pesquisa: as iniciativas de combate ao *bullying* e ao *ciberbullying* ainda são tímidas, são pouco realizadas, particularmente quando o enfrentamento toma a postura de conscientizar e prevenir, sem resumir-se a atividades curativas, como acontece na educação brasileira. Autores, como Cléo

Fante e Alexandre Malman Medeiros, destacaram que existem muitas maneiras de entender e tratar tais ações de violência; algumas delas precárias ou ineficazes, se analisadas pela ausência de fundamentação teórico-científica e capacitação, evidenciadas em ações descontínuas e despreparadas de intervenção, que poderiam, inclusive, reforçá-los ao invés de combatê-los.

Percebeu-se que o *bullying* e o *ciberbullying* tornaram-se problemas recorrentes na realidade das instituições de ensino da cidade de Uberlândia e que exigiram intervenção imediata, embora não tenha havido a capacitação que permitisse a devida problematização dos mesmos, ou seja, poucos educadores – professores, diretores ou os próprios especialistas – foram preparados para enfrentar situações que pediram respostas imediatas de intervenção: a maioria armou-se de informações a partir de leituras de iniciativa própria, usando o que parecia adequado.

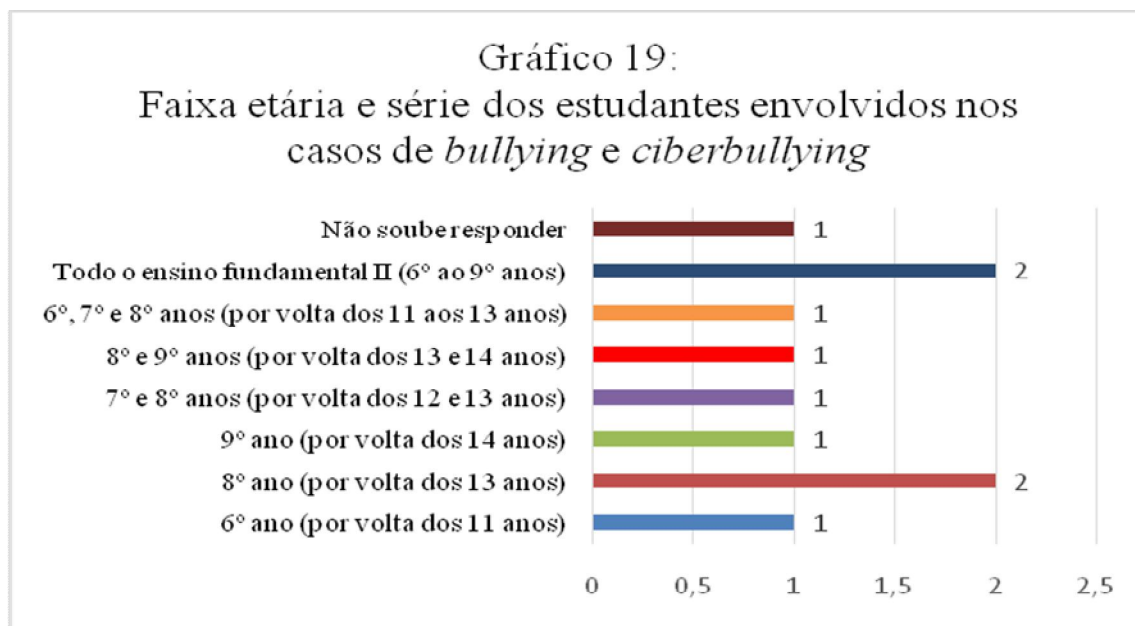
Esse ponto traz à tona, novamente, a realidade da educação brasileira marcada não apenas pela postura curativa dos problemas pelos quais ela passa – entre eles o *bullying* e o *ciberbullying* – mas pelo despreparo e atraso do enfrentamento desses problemas. Como destacou uma das entrevistadas, *“os professores e outros educadores que se comprometem em ajudar, apelam para o que tem, especialmente leituras e experiências da carreira docente. Eles têm o problema, mas ficam meio perdidos – eles têm informação e não formação!”*.

Esta pesquisa não teve o objetivo de traçar o perfil das vítimas e agressores do *bullying* e do *ciberbullying* na cidade de Uberlândia – seria necessário uma pesquisa voltada especificamente para isso, dada a complexidade dos atores e das intenções que possam estar envolvidas. A amostra da quantidade de escolas certamente seria maior e teria de contemplar, também, as instituições de ensino particular, o que esta pesquisa não fez. Mas, para certificar-se da ocorrência desses fenômenos nas instituições públicas de ensino de Uberlândia, a entrevista colheu algumas informações a esse respeito com as especialistas entrevistadas.

Não há uma série do Ensino Fundamental II em que os casos de *bullying* e *ciberbullying* não aconteçam, como demonstra o gráfico 19. O 8º ano, com alunos com idade em torno dos treze anos, foi a série mais citada pelas entrevistadas, mesmo junto a outras séries. Chamaram atenção respostas que citaram duas ou mais séries, ou até as quatro séries desse segmento, apontando uma clara ocorrência entre os estudantes.

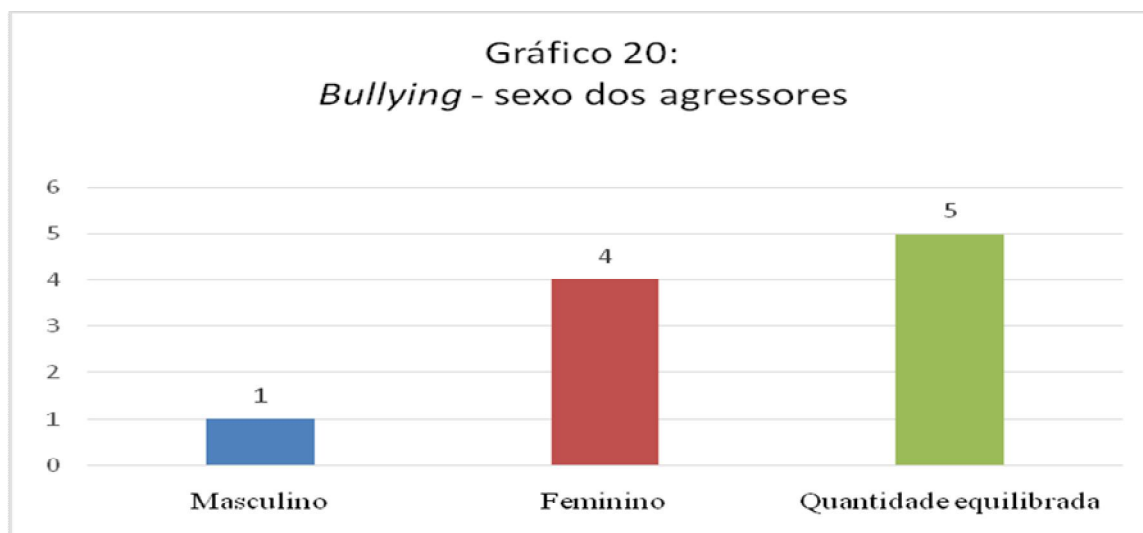
Não se trabalhou a incidência dos casos de *bullying* e *ciberbullying* correlacionando idade, série e gênero. Questionadas da ocorrência dessas ações entre estudantes do sexo masculino e feminino, no contexto geral das instituições de ensino, as especialistas apontaram

que o *bullying* teve uma quantidade semelhante de agressores masculinos e femininos, embora elas tenham percebido maior quantidade de agressões por parte das estudantes do sexo feminino.

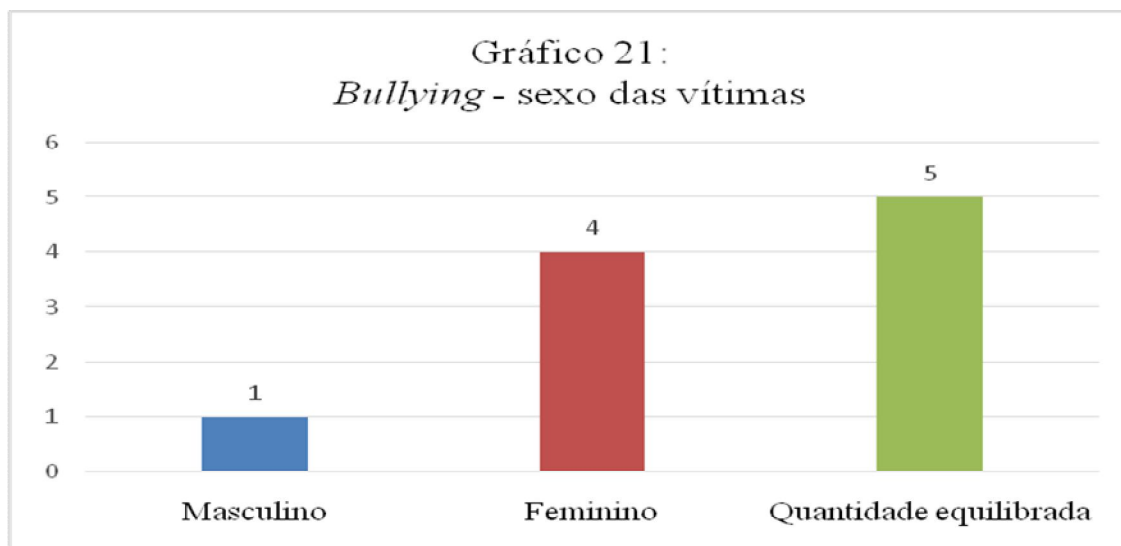


Fonte: CARVALHO JÚNIOR, G. R. A., Dados da Pesquisa. 2014.

Os gráficos 20 e 21 referem-se ao sexo dos agressores e das vítimas do *bullying*. As entrevistadas não citaram números absolutos de envolvidos nessas ações, apenas diferenciaram-nos a partir de observações gerais, destacando, segundo elas, uma participação maior de mulheres nas agressões e também como vítimas.

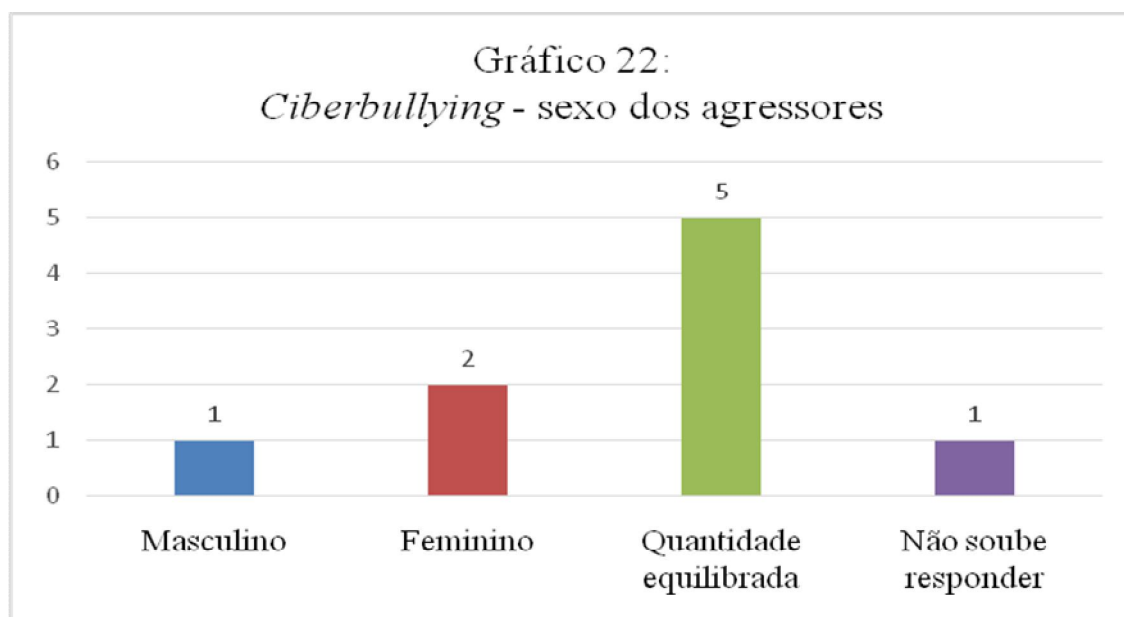


Fonte: CARVALHO JÚNIOR, G. R. A., Dados da Pesquisa. 2014.

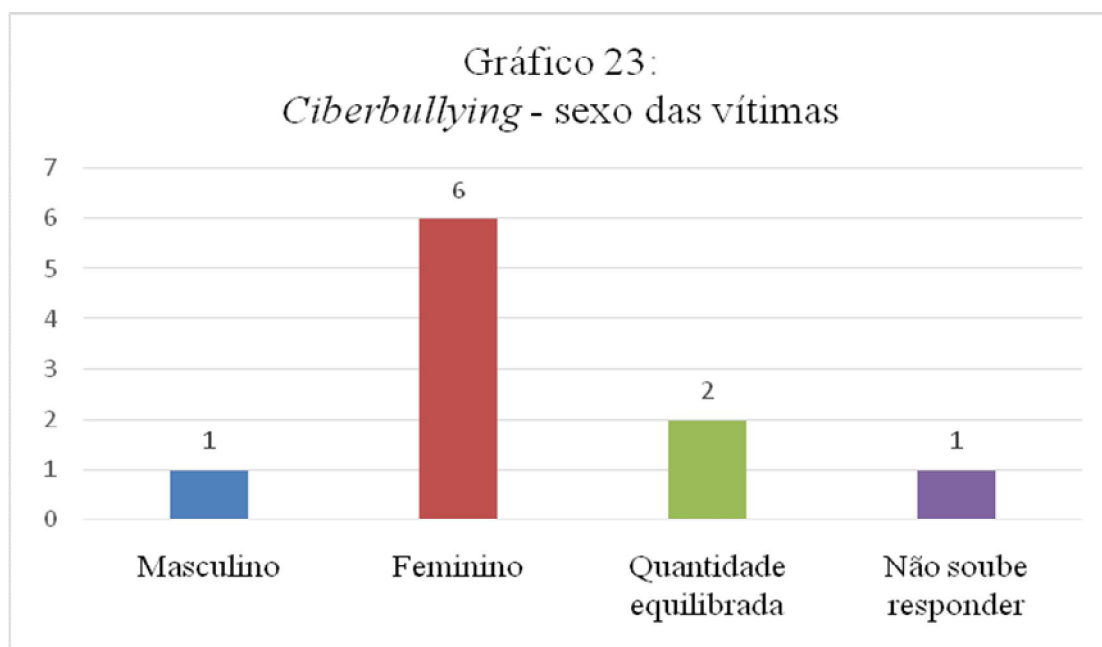


Fonte: CARVALHO JÚNIOR, G. R. A., Dados da Pesquisa. 2014.

Em relação ao *ciberbullying*, as entrevistadas reafirmaram um “*equilíbrio na quantidade de casos*”, como destacavam nas suas falas. Estudantes do sexo masculino e do sexo feminino praticariam um número semelhante de agressões pela internet, pendendo, novamente, para um pequeno aumento das mulheres em relação aos homens. Contudo, em relação às vítimas do *ciberbullying*, as estudantes mulheres apareceram na maioria das respostas: seis entrevistadas afirmaram que as mulheres foram mais vítimas do que os homens – ver gráficos 22 e 23.



Fonte: CARVALHO JÚNIOR, G. R. A., Dados da Pesquisa. 2014.



Fonte: CARVALHO JÚNIOR, G. R. A., Dados da Pesquisa. 2014.

Fatores socioeconômicos, tais como o acesso às tecnologias de informação ou fatores socioculturais, a suposta preferência pelo uso da agressão física por parte dos agressores masculinos e agressões verbais por meio das redes sociais pelas agressoras femininas, o estímulo e o status garantidos pela platéia são importantes para aprofundar o conhecimento sobre o perfil dos agentes envolvidos com o *bullying* e o *ciberbullying*, sugerindo pesquisas futuras em relação ao tema. Ainda que, resumidamente, os dados oferecidos atestam a presença do *bullying* e do *ciberbullying* nas escolas públicas da cidade de Uberlândia.

Outro item que envolve observação e discussão delicadas, como destacaram autores e pesquisadores citados neste trabalho, como Ana Beatriz Barbosa e Silva, Cleo Fante e Shaheen Shariff, é a possibilidade de criminalização do *bullying* e do *ciberbullying*, contemplada em uma das questões da entrevista semi-estruturada. Os autores citados defendem a não criminalização desses fenômenos, um caminho que o Brasil sinalizou – e despertou a necessidade de mais discussões - quando da apresentação do Projeto de Lei do Novo Código Penal Brasileiro, ainda em análise no Congresso Nacional, ao considerar o *bullying* e o *ciberbullying* como ações criminosas, como exposto no segundo capítulo.

Questionadas se o *bullying* e o *ciberbullying* deveriam ser tratados como ações criminosas e levar à prisão dos agressores, cinco das dez entrevistadas afirmaram que sim: quatro justificaram a medida “*desde que os agressores tenham sido aconselhados e*

persistissem nas agressões”, sem, contudo, detalhar as possíveis intervenções – outra entrevistada, sucintamente, respondeu que a prisão seria justificada *“se levasse à morte da vítima”*.

As entrevistadas partidárias da não criminalização do *bullying* e do *ciberbullying*, primeiramente, destacaram que *“por tratar-se de um problema muito comum a adolescentes e jovens, fases em que ainda estão em formação do caráter e da própria identidade”*, como semelhantemente disseram três delas, a esses fenômenos devem ser apresentadas possibilidades de intervenção: três especialistas falaram do aconselhamento aos agressores, uma falou do aconselhamento e encaminhamento a tratamento psicológico e uma última afirmou, em caso de reincidência, que os agressores deveriam ser encaminhados a penas alternativas *“como ajudar na biblioteca ou na horta da escola”*.

As respostas quanto à criminalização ou não do *bullying* e do *ciberbullying* destacam a superficialidade do conhecimento dos educadores para o enfrentamento destas ações. As respostas, geralmente, apontam para o aconselhamento dos agressores, sem detalhar ou ao menos indicar como isso poderia ser feito, que recursos e ações utilizariam. Os pais e responsáveis sequer são citados, mesmo tratando-se de agressores menores de idade. A persistência das agressões vitimando colegas justificaria, para as entrevistadas, a prisão dos agressores.

O aconselhamento *“conversar com os envolvidos”* foi uma resposta muito comum às especialistas da educação. Conversar com os estudantes é parte do trabalho de orientação feito pelos especialistas. Refletir sobre as orientações que sustentam essa prática para que não seja apenas uma conversa banal ou para acalmar de imediato os ânimos exaltados entre agressores e vítimas do *bullying* e do *ciberbullying* reforça a necessidade da capacitação.

Uma vez que educadores, professores e especialistas ainda não foram capacitados a fazê-los, há a possibilidade de que o aconselhamento e a conversa não sejam feitos adequadamente e, portanto, não cumpram com o objetivo de sanar o problema. *“Eu pergunto se ele pensa nos pais, que trabalham muito pra que ele possa estar estudando, se não acha que eles ficariam tristes”* – disse uma das entrevistadas. E continuou: *“eu sempre levo por esse lado”*.

As entrevistas semi-estruturadas representaram, pelo que foi demonstrado nas análises apresentadas, importantes fontes de informações, que permitiram confrontar, sob a luz da fundamentação conceitual e teórica, as hipóteses sugeridas e os objetivos propostos para esta

pesquisa, a respeito das ações, projetos e programas de enfrentamento do *bullying* e do *ciberbullying* nas escolas públicas da cidade de Uberlândia.

CONCLUSÃO

Esta dissertação, para conclusão do mestrado em Ciências Sociais, partiu de um problema frequente em discussões e análises de áreas como a Sociologia: a violência. E que especificamente tomou uma nova forma, nomeada recentemente, já que a maioria dos estudiosos defende que sua existência não data de poucos anos nas instituições de ensino: o *bullying*, e sua versão, essa sim contemporânea, o *ciberbullying*.

Nas últimas décadas, verificou-se a reprodução da violência e um agravamento na forma como ocorre entre estudantes das instituições de ensino, especialmente as brasileiras: o *bullying* e o *ciberbullying*. Presentes nas escolas, e para além delas, encontraram espaço para proliferar rapidamente entre as redes sociais da internet, acionadas por aparelhos com tecnologia cada vez mais acessíveis e quase hipnotizantes para crianças, adolescentes e jovens.

O *bullying* e o *ciberbullying* são graves formas de violência que reclamaram estudos de áreas como a Educação e a Psicologia, exigindo, concomitantemente das escolas, um enfrentamento rápido, ainda que as pesquisas acadêmicas sobre tais fenômenos não estivessem amplamente acessíveis a elas. A busca por soluções, como mostrou a pesquisa desta dissertação, não tem acompanhado a rapidez da prática dessas ações.

O problema desta pesquisa centralizou-se, justamente, em descobrir se já foi realizado algum tipo de combate ao *bullying* e ao *ciberbullying* nas instituições públicas de ensino da cidade de Uberlândia. O foco não passou pela discussão da existência dessas ações nas escolas e os dados coletados atestaram sua presença e multiplicação entre estudantes do Ensino Fundamental II, mas centrou-se na investigação de *se* e *como* tem acontecido o enfrentamento. Como são várias as possibilidades, esta pesquisa considerou o *bullying* e o *ciberbullying* numa relação entre pares nas escolas, a saber, a relação entre alunos.

O *bullying* e o *ciberbullying*, definidos pelos autores e pesquisadores citados na pesquisa, são ações de ordem física, verbal ou psicológica – podendo mesmo usar as três formas de violência, simultaneamente, que acontecem em curto intervalo de dias ou semanas, com ocorrência mínima de três ações sobre as mesmas vítimas sem que estas tenham oferecido qualquer motivação: as ações são marcadas sempre pela intencionalidade dos agressores que objetivam status de liderança e valentia, e pelo planejamento dessas ações.

Nisso, o *bullying* e o *ciberbullying* diferem-se de outras formas de violência nas escolas, como as depredações, que podem ser esporádicas, intencionais ou não, e sobre vítimas que não se repetem.

As consequências de ordem emocional, social e educacional podem ser drásticas para os agentes envolvidos nessas ações, particularmente para as vítimas. É difícil a identificação dos agressores, especialmente após o desdobramento das mídias virtuais e da possibilidade do uso do anonimato e, ainda, em razão do despreparo dos educadores e demais autoridades em enfrentar esses problemas.

Os autores, seus estudos e a realização das entrevistas semi-estruturadas apontaram que a não capacitação dos profissionais da educação ou a banalização destes problemas sociais são os grandes entraves para o seu combate. O enfrentamento do *bullying* e do *ciberbullying* passa pela capacitação dos profissionais da educação, para que possam desenvolver atividades de conscientização, prevenção e solução dos casos, junto a toda comunidade escolar. O enfrentamento também deve considerar a discussão da criminalização desses casos, que têm maior incidência entre adolescentes e jovens.

Os dados das entrevistas semi-estruturadas revelaram que aos educadores não foram oportunizadas capacitações pelos órgãos governamentais responsáveis pela educação pública. Apenas duas palestras e um curso de capacitação foram citados e, ainda assim, com dados imprecisos para o enfrentamento do *bullying* e do *ciberbullying*. As especialistas da educação entrevistadas afirmaram que essas ações de violência estão presentes no espaço escolar e nas redes sociais dos estudantes, e que algumas atividades de enfrentamento são realizadas - conhecê-las foi um dos objetivos desta pesquisa.

As atividades desenvolvidas nas escolas pesquisadas, quase sempre, resumiram-se a ações específicas realizadas pelas próprias especialistas da educação e por alguns professores, de forma interdisciplinar ou não. Uma única entrevistada afirmou ter sido realizado um projeto na instituição em que trabalha, idealizado por uma professora; nenhuma instituição realizou ações, projetos ou programas oriundos da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Estadual de Educação ou Ministério da Educação.

Os dados também esclareceram que temas como a violência, o *bullying* e o *ciberbullying* ainda não fazem parte dos conteúdos programáticos das disciplinas: os professores que se prontificam a realizar as atividades introduzem-nos, especialmente na forma de textos, junto a outros temas. Quanto ao colocar as atividades em prática, as entrevistadas afirmaram que os professores não comentaram da dificuldade em realizá-las e,

ainda, destacaram que as instituições contam com aparelhos de áudio e imagem, como projetores, computadores e caixas de som que facilitariam trabalhar os temas junto aos alunos.

As atividades de leitura, produção de textos, confecção de cartazes, exibição de vídeos e filmes foram realizadas, na sua maioria, nas próprias salas de aula e, esporadicamente, em outros espaços das instituições, como o pátio ou laboratório multimeios. Contudo, tais atividades não foram arquivadas nas escolas e pouquíssimo sobre elas foi divulgado nos *blogs* ou páginas de redes sociais das instituições. As entrevistadas que tomaram conhecimento do *bullying* e do *ciberbullying*, a partir de fontes como revistas, sites e programas de TV ligados à educação, não especificaram a dinâmica, a fundamentação teórica ou a orientação passada aos professores.

A totalidade das especialistas entrevistadas afirmaram que a ação de intervenção mais comum foi conversar com os envolvidos nos casos de *bullying* e *ciberbullying*, ainda que a maioria delas, especialistas, não tenha passado por capacitação para fazê-lo. As conversas foram com agressores e vítimas, separadamente e, em alguns casos, juntos, com ou sem a presença dos pais. A platéia, os estudantes que acompanhavam as agressões, não foram chamados a conversar, ainda que as entrevistadas tenham afirmado que todos os envolvidos tenham sido identificados por elas ou pela direção escolar. As conversas serviram como intervenções imediatas e as atividades nas escolas aconteceram, em sua quase totalidade, somente após a ocorrência dos casos, ou seja, como ações curativas. Poucas foram as atividades de prevenção realizadas.

Para os autores citados nesta pesquisa, a escola deve ser o ponto de partida das ações de combate, mesmo nos casos que acontecem fora do ambiente escolar, como a internet, uma vez que a referência acontece entre os estudantes, fazendo com que a escola deixe de funcionar como reprodutora da violência. E o educador merece destaque nas formas de enfrentamento.

Percebeu-se, na participação dos educadores, outro agravante. Parte considerável dos professores não estaria interessada em participar do enfrentamento às ações de violência, afirmando-se descrentes com a educação como um todo. Isso dificultaria a compreensão e capacitação quanto a essas ações de violência: as respostas das especialistas e dos professores apontaram confusão entre as definições de *bullying*, *ciberbullying* e outras formas de violência escolar: afirmaram tratar-se de um mesmo tipo de violência, como se todas pudessem ser tratadas da mesma forma; outros acreditam que o combate não é responsabilidade deles ou da escola, sem, contudo, apontar a quem ela caberia. Essa

incapacidade de diferenciação das ações de violência ou banalização com que são tratadas foi verificada nas entrevistas realizadas e confirma as hipóteses desta pesquisa.

Parte das especialistas da educação afirmaram que o *bullying* e o *ciberbullying* devem ser tratados como ações criminosas, mesmo tratando-se de agressores adolescentes; justificaram-se ressaltando a reincidência e a gravidade das agressões, ainda que após aconselhamentos e advertências.

A capacitação dos profissionais da educação, como destacaram Ana Beatriz Barbosa e Silva e Cleo Fante, pesquisadoras de referência nos trabalhos realizados no Brasil, no enfrentamento do *bullying* e do *ciberbullying* é fundamental pois, a partir deles é que a comunidade escolar, incluindo os estudantes, seria mobilizada, conscientizada para a solução e prevenção de ações de violência.

Aponta-se, porém, que a responsabilidade quanto as atividades de combate do *bullying* e do *ciberbullying* não deve se restringir aos educadores: a presença e a participação dos pais e responsáveis, a sensibilização da sociedade como um todo, criando espaços para a discussão e promoção de alternativas de enfrentamento e o respaldo governamental de orientações claras e ofertas de capacitação garantidas por leis e fomento de ações, projetos e programas devem ser tomados como um processo contínuo, urgente e conjunto.

Os autores destacaram que o *bullying* e o *ciberbullying* são problemas de soluções possíveis, embora não se apresentem de maneira simples, devido à complexidade como essas ações acontecem, à quantidade de agentes envolvidos e às consequências que se desdobram. Cada instituição deve ser analisada segundo a complexa realidade que lhe é própria: uma escola pode ter mais casos de *bullying*, outra de *ciberbullying*, por exemplo.

Às escolas, aos educadores e aos estudantes devem ser dadas oportunidades de enfrentamento, a partir do resgate e da valorização da cidadania, reafirmando as instituições de ensino como espaço de construção do indivíduo. Alguns exemplos dessa ordem, particularmente relacionados à chamada Cultura da Paz, começam a ser praticados no Brasil.

Cumprindo com o seu objetivo central, a pesquisa aqui apresentada verificou que o enfrentamento ao *bullying* e ao *ciberbullying* nas escolas públicas de Uberlândia encontra-se, ainda, em seu início, com ações esporádicas, de caráter curativo e raramente preventivo e sem o respaldo necessário dos órgãos públicos. Verificou-se, também, que tais práticas de violência cresceram rapidamente e exigiram ações de intervenção rápidas, ainda que o grande conjunto dos profissionais da educação não estivesse capacitado para enfrentá-las. Fala-se,

ouve-se e vê-se bastante sobre eles, ainda que de maneira a banalizá-los, mas pouco se faz para combatê-los.

Espera-se que esta pesquisa contribua para o entendimento necessário com que o *bullying* e o *ciberbullying* precisam ser combatidos, não só nas escolas públicas da cidade de Uberlândia; que sirva de suporte para a elaboração de estratégias futuras, ampliando a discussão sobre tais problemas no meio acadêmico e nas esferas públicas municipal e estadual, responsáveis pelas instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. Petrópolis, Vozes, 1998.

BRANCO, Angela M. C. U. A.; OLIVEIRA, Maria Cláudia S. L. (org.). **Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, 2009. Em Bullying Escolar no Brasil**. Relatório Final, São Paulo: CEATS/FIA, 2010.

COHN, Gabriel (org.). **Sociologia Max Weber - Grandes Cientistas Sociais**. 7ª Edição. São Paulo: Ática, 1997.

CONSTANTINI, Alessandro. **Bullying: como combatê-lo, prevenir e enfrentar a violência entre os jovens?** São Paulo, Itália Nova, 2004.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Disponível em: http://www.observatoriodaeducacao.org.br/index.php?view=article&id=893%3acobertura-sobre-bullying-e-superficial&option=com_content&Itemid=60>. Acesso em 24/05/2014.

FANTE, Cleo. **Fenômeno Bullying: Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. 2ª edição. Campinas SP: Veros Editora, 2005.

HOUAISS, Antônio., VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2001. P. 2922

MEDEIROS, Alexandre V. M. **O fenômeno bullying: (in)definições do termo e suas possibilidades**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, 2012. Disponível em: http://bdtd.ufg.br/tesesimplificado/tde_arquivos/30/TDE-2012-11-29T181555Z-2215/Publico/Dissertacao_Malman%202012.pdf. Acesso em 30/05/2014

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1996.

OLIVEIRA LIMA, Roberta; ARDIG, Maria Inês França. **Bullying: prevenção, punição e políticas públicas**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 95, dez 2013. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10937&revista_caderno=24. Acesso em 12/01/2014.

SANTOMAURO. B. **Violência virtual**. Comportamento. Revista Nova Escola. Ed. Abril. Julho 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SHARIFF, S. **Ciberbullying: questões e soluções para a escola, a sala de aula e a família**. Porto Alegre: Artmed, 2011

SILVA, A. B. B. Bullying. **Mentes perigosas nas escolas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SOCIOLOGIALEGAL. Site. <http://sociologialegal.wordpress.com/2012/05/16/violencia>
Acesso em 18/05/2014

SPOSITO, M. P. **Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil**. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022001000100007&lng=pt&nrm=isso. Acesso em 15/06/2011.

APÊNDICE

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal de Uberlândia
Pesquisa sobre as formas de enfrentamento do *bullying* e do *ciberbullying* nas escolas públicas de Uberlândia
Responsável: Gilson Roberto de Abreu Carvalho Júnior

Identificação:

Idade: _____ anos

Sexo: () Feminino () Masculino

Tipo de instituição em que atua: () pública municipal () pública estadual

Nome da instituição: _____

Turno em que trabalha na instituição como especialista da educação:

() manhã () tarde () noite

01 – Formação Acadêmica (marcar mais de uma opção)

() graduação em Pedagogia

() outra graduação – licenciatura: _____

() outra graduação – bacharelado: _____

() pós-graduação – latu sensu: _____

() mestrado – strictu-sensu: _____

() doutorado: _____

02 – Tempo que exerce a função de especialista da educação básica:

a) menos de 05 anos

b) entre 05 e 10 anos

c) acima de 10 anos

d) acima de 20 anos

03 – Exerce a função de especialista da educação básica:

a) somente no ensino fundamental II (6º ao 9º anos da educação básica)

b) no ensino fundamental II e outras séries

04 – O que você considera *bullying*?

05 – O que você considera *ciberbullying*?

06 - Como você teve conhecimento sobre *bullying* e *ciberbullying*? (Pode-se considerar mais de uma resposta)

- a) programas de TV
- b) revistas, jornais e sites de notícias e variedades
- c) revistas, livros ou sites sobre educação
- d) livros que tratavam sobre o assunto
- e) outro. Especificar: _____

07 - Na sua opinião, existe alguma diferença entre a violência escolar, o *bullying* e o *ciberbullying*? () sim () não.

Caso sim, qual seria essa diferença?

08 - Você já participou de alguma atividade de capacitação sobre *bullying* ou *ciberbullying*?
() sim () não

08.1 - Se a resposta anterior for não. Caso fosse oferecida alguma capacitação (palestra, oficina, curso, entre outros) sobre *bullying* e *ciberbullying*, você participaria?

() sim () não

Por quê?

09 - Os professores desta escola já participaram de alguma atividade de capacitação sobre *bullying* ou *ciberbullying*?

() não sabe responder

() sim () não

09.1 - Se a resposta anterior for não. Caso fosse oferecida alguma capacitação (palestra, oficina, curso, entre outros) sobre *bullying* e *ciberbullying*, você acredita que os professores da escola participariam?

() sim () não

Por que?

10 - Você acredita que os professores da sua escola estão cientes do que é *bullying* e *ciberbullying*?

() sim () não

11 - Você acredita que os professores da sua escola, diante de casos reais de *bullying* e *ciberbullying*, teriam interesse em enfrentar esses problemas?

() sim

() não

11.1 - Caso não, por quê?

12 - Esta escola já teve casos de *bullying*? () sim () não

12.1 – Caso sim, que procedimentos foram tomados?

13 - Esta escola já teve casos de *ciberbullying*? () sim () não

13.1 – Caso sim, que procedimentos foram tomados?

CASO A ESCOLA NÃO TENHA CASOS DE BULLYING OU CIBERBULLYING, NÃO FAZER AS PERGUNTAS A SEGUIR.

14 - Esta escola teve mais casos de *bullying* ou de *ciberbullying*? _____

14.1 – Caso isso aconteça, na sua opinião, que fatores levariam a maior ocorrência de um problema do que outro?

15 – Esta escola conseguiu identificar agressores, vítimas e a plateia, ou seja, os “espectadores” (público) envolvidos?

() sim () não

15.1 - Caso não, por quê?

16 – Qual a faixa etária e série (ano) da maioria dos estudantes desta escola envolvidos com nos casos de *bullying* e *ciberbullying*?

17 - A maioria dos casos de *bullying* teve agressores do sexo

() masculino () feminino

() não sabe dizer

18 - A maioria dos casos de *bullying* teve vítimas do sexo

() masculino () feminino

() não sabe dizer

19 - A maioria dos casos de *ciberbullying* teve agressores do sexo

() masculino () feminino

() não sabe dizer

20 - A maioria dos casos de *ciberbullying* teve vítimas do sexo

() masculino () feminino

() não sabe dizer

21 – A escola fez algum tipo de intervenção quando da ocorrência dos casos de *bullying* e *ciberbullying*?

() sim () não

21.1 – Caso sim, o que foi feito? (*O que exatamente a escola fez? “Trabalhou com os envolvidos ? – só perguntar se necessário*)

22 - A escola conta com alguma medida (atividade) de conscientização quanto ao uso de tecnologias da informação e da internet?

() sim () não. Caso sim, qual seria? _____

23 - A escola já participou de algum programa ou projeto ou atividade de enfrentamento ao *bullying* e ao *ciberbullying*?

() sim () não

23.1 - Caso sim, saberia dizer o nome do programa, projeto ou atividade, quando (ano) em que aconteceu e quem o ofereceu (iniciativa pública ou privada, organização não governamental etc)?

23.2 As ações/medidas são de conscientização, preventivas, ou só acontecem após os casos de *bullying* e *ciberbullying* na escola?

24 - Algum professor da escola já realizou alguma ação ou atividade¹ de conscientização sobre o *bullying* e o *ciberbullying* na escola?

() sim () não

24.1 - Caso sim, saberia dizer se a ação aconteceu em sala de aula, fora de sala de aula mas na própria escola ou como atividade extra-classe (fora da escola) e como foi essa ação (oficina, dinâmicas etc)?

24.2 - Percebeu-se algum tipo de resultado ou mudança diante dessa ação?

24.3 Quando alguma ação ou projeto de enfrentamento ao *bullying* e ao *ciberbullying* aconteceu na escola, existiu alguma dificuldade para a execução da ação ou projeto?

() sim () não Caso sim, qual (is) teria (m) sido?

25 - Na sua opinião, o *bullying* e o *ciberbullying* devem ser tratados como ações criminosas e, portanto, levar à prisão dos agressores?

() sim () não

Por que?

26 - Você já presenciou uma cena de *bullying* entre os estudantes?

() sim () não

26.1 - Se sim, o que você fez no momento? Qual foi a sua reação?

26.2 - Se não, o que você acredita que faria se isso acontecesse?

¹ Ação = Atividade.

ANEXO 01

MATERIAIS DIVERSOS QUE TIVERAM O *BULLYING* OU O *CIBERBULLYING* COMO TEMA:

CARTILHAS:

Bullying. Cartilha 2010. **Justiça nas escolas**. Conselho Nacional de Justiça. In.: <http://pt.slideshare.net/grazitan/cartilha-sobre-bullying-11/2010>

Cartilha de Enfrentamento ao Bullying. ONG Plan Aprender sem medo – **Programa de enfrentamento ao bullying escolar. Educar para a Paz**. In.: http://www.aprendesinmiedo.com/wp-content/uploads/downloads/2012/03/cartilha_enfrentamento_bullying.pdf - 2010

Cartilha. **Recomendações e Boas Práticas para o Uso Seguro da Internet para Toda a Família**, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seção de São Paulo – SP. In.: <http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/direito-eletronico-crimes-alta-tecnologia/artigos/2010-2012/oab-lanca-cartilha-para-ajudar-familias-a-usar-internet-de-forma-segura-2012>

MATÉRIAS/REPORTAGENS DE JORNAIS QUE TIVERAM O *BULLYING* OU O *CIBERBULLYING* COMO TEMA:

MATÉRIAS EM JORNAIS DE CIRCULAÇÃO NACIONAL:

BALSEMÃO, Rafael. **Jovens enfrentam ofensas e violência no mundo virtual**. Cotidiano. São Paulo: Folha de São Paulo. 05/08/2008, p. c2 e c3

BEDINELLI, Talita. **Bullying afeta mais alunos de 5ª e 6ª séries**. Cotidiano. São Paulo: Folha de São Paulo. 15/04/2010, p. c2

BERGAMIN Jr., Giba. **Justiça já condena jovens envolvidos com bullying**. Cotidiano. São Paulo: Folha de São Paulo. 29/04/2012, p. c4

MATÉRIAS EM JORNAIS DE UBERLÂNDIA E REGIÃO:

Agência Brasil. **Prática de bullying poderá ser rotulada nos crimes contra a honra**. Brasil e Mundo. Uberlândia: Jornal Correio de Uberlândia. In.: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/brasil-e-mundo/pratica-de-bullying-podera-ser-rotulada-nos-crimes-contr-a-honra>. 24/06/2014. Acesso em 25/06/2014

CHAVES, Luis Cláudio. **Bullying: didática zero.** Ponto de vista. Uberlândia: Jornal Correio de Uberlândia. In.: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/colunas/pontodevista/bullying-didatica-zero/> 10/09/2012. Acesso em 25/06/2014

CUNHA, Marília Alves. **O bullying e o exemplo.** Ponto de vista. Uberlândia: Jornal Correio de Uberlândia. In.: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/colunas/pontodevista/o-bullying-e-o-exemplo/> 15/06/2011. Acesso em 25/06/2014

FERRAZ, Flávia. **Violência física e psicológica atinge crianças e adolescentes nas escolas de Uberlândia.** Cidade e região. Uberlândia: Jornal Correio de Uberlândia. In.: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/violencia-fisica-e-psicologica-atinge-criancas-e-adolescentes-nas-escolas-de-uberlandia/> 02/12/2012. Acesso em 26/06/2014

MATÉRIAS/REPORTAGENS DE REVISTAS QUE TIVERAM O BULLYING OU O CIBERBULLYING COMO TEMA:

MATÉRIAS EM REVISTAS DE CIRCULAÇÃO NACIONAL:

BARIFOUSE, Rafael., GUIMARÃES, Camila., LAREZZI, Thaís. **Facebullying. Estão falando mal de você no Facebook.** Revista Época. São Paulo: Globo, 09/09/2013, p.76 a 83.

BARROS, A. **Bullying. É preciso levar a sério ao primeiro sinal.** In.: <http://revistaescola.abril.com.br/crianca-e-adolescente/comportamento/bullying-preciso-levar-serio-431385.shtml?page=1> – 04/2008 – Acesso em 07/02/2011

BRACCIO, Silvia. **Meu filho pratica bullying.** Revista Cláudia. São Paulo: Abril, 01/2011, p. 93 e 94

BRACCIO, Silvia. **Como identificar se seu filho pratica bullying na escola.** Revista Cláudia. São Paulo: Abril, 03/2011, p. 88 a 90

CARRELI, Gabriela. **Especial Bullying. Dor, solidão e medo.** Revista Veja. São Paulo: Abril, 20/04/2011, p. 89 a 95.

ESPECIAIS ONLINE. **As escolas encaram o bullying.** Revista Veja. São Paulo: Abril, 2014. In.: http://veja.abril.com.br/especiais_online/bullying/cyberbullying.shtml, 2014. Acesso em 27/06/2014

JORDÃO, Cláudia. **As escolas fecham os olhos ao bullying.** Revista Isto é. São Paulo: Três, 16/04/2010. In.: http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/65710_AS+ESCOLAS+FECHAM+OS+OLHOS+AO+BULLYING. Acesso em 26/06/2014

MACHADO, Tônia., BUSCATO, Marcela. **Entrevista. O bullying faz parte do nosso comportamento.** Revista Época. São Paulo: Globo, 14/05/2012, p. 15 a 19

ROMANI, Bruno. **O problema do mundo sem bullying.** In.: <http://super.abril.com.br/cotidiano/problema-mundo-bullying-638168.shtml> - 08/2011

SANTOMAURO, Beatriz. **Cyberbullying: a violência virtual.** Revista Nova Escola. São Paulo: Abril, 2010, p. 66 a 73. Disponível também em.: <http://revistaescola.abril.com.br/crianca-e-adolescente/comportamento/cyberbullying-violencia-virtual-bullying-agressao-humilhacao-567858.shtml> - 07/2010. Acesso em 02/02/2011

Silva, Geane. J. *Bullying. Quando a escola não é um paraíso.* Mundo Jovem. In.: <http://www.mundojovem.com.br/artigos/bullying-quando-a-escola-nao-e-um-paraíso> - 03/2006. Acesso em 28/02/2011

SILVA, Poliane. L. **Estudo. Um em cada cinco adolescentes pratica bullying no Brasil.** In.: <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/um-em-cada-cinco-adolescentes-pratica-bullying-no-brasil>. 19/06/2013 Acesso em 20/02/2014

WEINBERG, Mônica. **“O pior é que os pais são cúmplices”.** Revista Veja. São Paulo: Abril, 29/02/2012, p. 17 a 21.

MATÉRIAS/REPORTAGENS ON LINE QUE TIVERAM O *BULLYING* OU O *CIBERBULLYING* COMO TEMA:

MATÉRIAS ON LINE:

AFIUNE, Giulia., DIP, Andrea. **Como um sonho ruim.** In.: <http://br.noticias.yahoo.com/como-um-sonho-ruim-132735093.html?page=all> - 20/12/2013. Acesso em 18/01/2014

MATÉRIAS/REPORTAGENS DE SITES DE NOTÍCIAS QUE TIVERAM O *BULLYING* OU O *CIBERBULLYING* COMO TEMA:

MATÉRIAS/REPORTAGENS NACIONAIS:

AGÊNCIABRASIL. **Bullying motivou 87% de ataques em escolas, diz estudo.** G1BRASIL. <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/04/bullying-motivou-87-de-ataques-em-escolas-diz-estudo.html>. 16/04/2011. Acesso em 28/02/2011

ARAÚJO, Alex., NOGUEIRA, Fernanda. **Vítimas de bullying revelam omissão da escola e medo de falar sobre tema.** G1SPMG. In.: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/03/vitimas-de-bullying-revelam-omissao-da-escola-e-medo-de-falar-sobre-tema.html>. 26/03/2011. Acesso em 28/02/2011

G1. MORENO, Ana Carolina. **64% de professores relatam bullying entre alunos na internet, diz pesquisa.** G1. In.: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/08/64-de-professores-relatam-bullying-entre-alunos-na-internet-diz-pesquisa.html>. 21/08/2014. Acesso

em 21/08/2014

G1MG. Lei para combater bullying é aprovada em 2º turno na Câmara de BH. G1MG. In.: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2011/02/lei-para-combater-bullying-e-aprovado-em-2-turno-na-camara-de-bh.html>. 18/02/2011. Acesso em 28/02/2011

G1MGeSP. País não tem lei federal específica para o combate ao bullying. G1MGeSP. In.: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/03/pais-nao-tem-lei-federal-especifica-para-o-combate-ao-bullying.html>. 27/03/2011. Acesso em 28/02/2011

G1RJ. Tragédia em Realengo. G1RJ. In.: <http://g1.globo.com/Tragedia-em-Realengo/index.html>. 07/04/2011. Acesso em 07/04/2011.

G1SP. Adolescentes populares também são vítimas de bullying, mostra pesquisa. G1SP. In.: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/05/meninas-sao-alvos-mais-frequentes-de-bullying-segundo-levantamento.html>. 01/04/2014. Acesso em 02/04/2014.

G1SP. Meninas são alvos mais frequentes de bullying, diz pesquisa da Unifesp. G1SP. In.: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/05/meninas-sao-alvos-mais-frequentes-de-bullying-segundo-levantamento.html>. 07/05/2014. Acesso em 08/05/2014.

PORTALUIPI. Bullying é tema de palestra em escola municipal. UIPI. In.: <http://uiipi.com.br/noticias/geral/2010/10/23/bullying-e-tema-de-palestra-em-escola-municipal/>. 23/10/200. Acesso em 13/05/2014

MATÉRIAS/REPORTAGENS LOCAIS:

VILELA, Carolina. Menina de 12 anos sofre bullying em escola de Uberlândia. UIPI. In.: <http://uiipi.com.br/destaques/destaque-1/2014/05/21/menina-de-12-anos-sofre-bullying-em-escola-de-uberlandia>. 21/05/2014. Acesso em 22/05/2014

G1TRIÂNGULOMINEIRO. Escola municipal de Ituiutaba faz passeata contra o bullying. G1MG. In.: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2014/05/escola-municipal-de-ituiutaba-faz-passeata-contr-o-bullying.html>. 21/05/2014. Acesso em 21/05/2014.

G1TRIÂNGULOMINEIRO. Gestores discutem bullying após agressões em Uberaba. G1MG. In.: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2014/05/escola-municipal-de-ituiutaba-faz-passeata-contr-o-bullying.html>. 11/09/2011. Acesso em 21/05/2014.

MGTV1. Violência escolar ou Bullying. MG Responde. 17/11/2009. In.: <http://megaminas.globo.com/2009/11/17/bullying-um-trauma-que-comeca-na-escola/>. Acesso em 27/11/2011.

MGTV2. Audiência pública discute bullying em escolas de Divinópolis. 28/05/2013. In.: <http://globo.com/tv-integracao-triangulo-mineiro/mgtv-2-tv-integracao/v/audiencia-publica-discute-bullying-em-escolas-de-divinopolis/2599853/>. Acesso em 29/05/2013.

PROGRAMAS/REPORTAGENS DA TV QUE TIVERAM O *BULLYING* OU O *CIBERBULLYING* COMO TEMA:

Altas Horas. **Serginho Groisman promove discussão sobre bullying.** 2011. Programa disponível em <http://gshow.globo.com/programas/altas-horas/v2011/AltasHoras/Internas/0,,MUL1571805-17069,00-SERGINHO+GROISMAN+PROMOVE+DISCUSSAO+SOBRE+BULLYING.html>. Acesso em 23/12/2011

Bom dia Paraná. **Nem tudo é bullying.** 03/07/2013. Disponível em <http://globotv.globo.com/rpc/bom-dia-parana/v/nem-tudo-e-bullying/2669264/>. Acesso em 06/07/2013

Encontro com Fátima Bernardes. **Você já sofreu bullying na escola?** 23/04/2014. Programa disponível em <http://globotv.globo.com/rede-globo/encontro-com-fatima-bernardes/bullying.html>. Acesso em 25/04/2014

Fantástico. **Registros de queixas na polícia contra aplicativo Secret se intensificam.** 17/08/2014. Programa disponível em <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/08/registros-de-queixas-na-policia-contra-aplicativo-secret-se-intensificam.html>. Acesso em 18/08/2014

Globo Repórter. **Bullying.** 18/10/2013. Programa disponível em <http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2013/10/bullying>. Acesso em 19/10/2013

Globo Repórter. **Bullying.** 18/10/2013. Programa disponível em <http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2013/10/bullying>. Acesso em 19/10/2013

Jornal Hoje. **Alunos de São Paulo começam a ter aula sobre bullying.** 20/08/2013. Reportagem disponível em <http://globotv.globo.com/rede-globo/jornal-hoje/v/alunos-de-sao-paulo-comecam-a-ter-aula-sobre-bullying/2770050/>. Acesso em 21/08/2013

Jornal Hoje. **Jovens que praticam cyberbullying sabem das consequências e sentem prazer.** 05/12/2013. Reportagem disponível em <http://globotv.globo.com/rede-globo/jornal-hoje/v/jovens-que-praticam-cyberbullying-sabem-das-consequencias-e-sentem-prazer/2999438/>. Acesso em 06/12/2013

Jornal Hoje. **Pesquisa diz quem são os estudantes que mais sofrem com o bullying.** 06/05/2014. Reportagem disponível em <http://globotv.globo.com/rede-globo/jornal-hoje/v/pesquisa-diz-quem-sao-os-estudantes-que-mais-sofrem-com-o-bullying/3327628/>. Acesso em 06/05/2014

Jornal Hoje. **Vítimas de bullying podem ter problemas por toda a vida.** 18/10/2013. Reportagem disponível em <http://globotv.globo.com/rede-globo/jornal-hoje/v/vitimas-de-bullying-podem-ter-problemas-por-toda-a-vida/2897444/>. Acesso em 19/10/2013

Na Moral. **Bial conta que sofreu bullying na infância: “Eu fingia que não ligava”.** 24/08/2012. Programa disponível em <http://gshow.globo.com/programas/na-moral/O-Programa/noticia/2012/08/bial-counta-que-sofreu-bullying-na-infancia-eu-fingia-que-nao->

[ligava.html](#). Acesso em 25/08/2012

Sem Censura. **Saiba os traumas e tratamentos**. 18/09/2013. Programa disponível em <http://tvbrasil.ebc.com.br/semcensura/episodio/bullying-saiba-os-traumas-e-tratamentos>.

Aceso em 22/09/2013

Marília Gabriela Entrevista. **Bullying nas escolas**. 11/08/2010. Programa disponível em <http://gnt.globo.com/programas/marilia-gabriela-entrevista/materias/bullying-nas-escolas-e-tema-do-marilia-gabriela-entrevista.htm>. Acesso em 20/08/2010

FILMES QUE TIVERAM O *BULLYING* OU O *CIBERBULLYING* COMO TEMA PRINCIPAL:

“Bullying” (Em português: **“Bullying. Provocações em limites”**) - Espanha – 2009 – Drama – 95 minutos – Paris filmes

Sinopse:

Após a perda do pai, um adolescente e sua mãe mudam de cidade. Na nova escola, os colegas o tornam vítima de perseguições e humilhações.

“Ciberbully” (Em português: **“Bullying Virtual”**) – Canadá – 2011 – Drama - 120 minutos – Muse Entertainment Enterprises

Sinopse:

O filme retrata uma adolescente que ganha de aniversário um computador pessoal e passa a sofrer rejeição “no mundo real” após criar seu perfil numa rede social. Como forma de superar as humilhações, ela passa a trocar experiências com outras vítimas do mesmo drama.

“Klass” (Em português: **“A Classe”**) – Estônia – 2007 – Drama – 99 minutos – Eesti Filmi Shitasutus

Sinopse:

Baseado na história real de um adolescente tímido e pouco popular nos esportes, vítima das crueldades dos colegas da escola; ele inesperadamente ganha um novo amigo e aliado, e os dois passam a sofrer as consequências da perseguição violenta que só faz aumentar.

“Spijt!” (Em português: **“Um grito de socorro”**) – Holanda – 2013 – Drama – 95 minutos – Dutch Filmworks

Sinopse:

Um adolescente é perseguido e atormentado diariamente por colegas da escola por estar fora do peso ideal. Ele se vê entre dois grupos, o de agressores que, inclusive, forçam-no a beber numa festa, e daqueles que tentam ajudá-lo mas temem, também, tornar-se vítimas.

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS) OU INSTITUTOS:

ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência
Combate ao bullying - <http://www.abrapia.org.br/>

Instituto Hartmann Regueira – Bullying no ambiente escolar. In.
<http://pt.slideshare.net/ihartmannregueira/bullying-no-ambiente-escolar> - 09/2012

ONG Plan Aprender Sem Medo - <http://www.plan.org.br/> e
<http://www.aprendersemmedo.org.br>

ANEXO 02

EXEMPLOS DE AÇÕES, PROJETOS E PROGRAMAS DE ENFRENTAMENTO AO *BULLYING* E AO *CYBERBULLYING*

Mini-curso “Bullying nas escolas” – Ação

Universidade Federal de Uberlândia

I Encontro Mineiro de Psicologia Escolar e Educacional

Promovido pelo Programa de Mestrado em Psicologia Aplicada do Instituto de Psicologia, Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) e Conselho Regional de Psicologia (CRP) – Escritório Setorial de Uberlândia

Coordenação: Profª. Deborah Guedes

Aconteceu em 28/04/2006

Fontes: <http://site.cfp.org.br/evento/i-encontro-mineiro-de-psicologia-escolar-e-educacional/> e <http://www.ufu.br> . Acessos em 31/05/2014

Programa Olweus Bullying Prevention Program (OBPP) - Internacional

Olweus Programa de Prevenção ao Bullying

Disponível em <http://www.clemson.edu/olweus/index.html>. Acesso em 01/04/2014

Resumo:

Desenvolvido na década de 1980 pelo pioneiro pesquisador sobre *bullying*, o norueguês Dan Olweus, o programa tem por objetivo prevenir e reduzir os casos *bullying* e outras formas de violência, como a depredação e o vandalismo, entre os estudantes do ensino infantil, fundamental e médio, trabalhando as relações sociais dentro das instituições.

O programa, que é pago, teve início no Noruega e, em seguida, chegou a vários países, entre eles, os Estados Unidos e tem como um de seus pilares a formação de pessoas interessadas na prevenção e mediação de conflitos, informação aos pais, educadores, diretores escolares e a população em geral.

O programa entende as instituições de ensino como espaços complexos e dinâmicos, o que justifica a elaboração de ações a partir da realidade de cada um delas, adequando o programa à escola – e não o contrário; entende que as ações devem partir das experiências dos educadores, estudantes e da comunidade.

Fonte: MEDEIROS, Alexandre V. M. **Programas antibullying no mundo. In O fenômeno bullying: (in)definições do termo e suas possibilidades.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, 2012, p. 44 a 49. Disponível em: http://bdtd.ufg.br/tesesimplificado/tde_arquivos/30/TDE-2012-11-29T181555Z-2215/Publico/Dissertacao_Malman%202012.pdf. Acesso em 30/05/2014

Programa de Políticas de Prevenção e Enfrentamento ao Bullying

Desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação (SEE) do estado de Goiás, desde 2011. O programa tem por objetivo preparar educadores, estudantes e pais para a identificação e enfrentamento do *bullying*, capazes de construir ações formadoras de cidadãos críticos e conscientes de seus deveres e direitos.

O programa realizou cursos de capacitação presenciais e a distância para os educadores da rede estadual de ensino e prevê a criação de núcleos antibullying nas instituições escolares, além da articulação com outros programas de combate à violência, como o “Amigos da Escola”.

Programa de Redução do Comportamento Agressivos entre Estudantes

Desenvolvido pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA)

Site da ABRAPIA: <http://www.abrapia.org.br/>. Contudo, o site encontra-se indisponível (não é possível acessá-lo), segundo o site da Procuradoria da República em São Paulo, por “falta de recursos financeiros destinados à Associação). Site da Procuradoria da República em São Paulo: <http://www.prsp.mpf.gov.br/links/direitos-humanos/abrapia-associacao-brasileira-multiprofissional-de-protecao-a-infancia-e-a-adolescencia>. Acesso em 07/06/2014

O programa atuou em escolas de Ensino Fundamental II da cidade de São Paulo – SP por apenas 01 ano, investigando causas, características e consequências da violência escolar e do *bullying*, realizando este que é considerado um dos primeiros diagnósticos feitos no país.

O programa também apresentou possíveis estratégias de intervenção baseadas sobretudo no trabalho conjunto entre educadores, estudantes e comunidade escolar, avançando sobre a postura recorrente de intervir apenas junto aos agressores.

Mesmo com pouco tempo de duração, as intervenções do programa apresentaram resultados favoráveis de redução da prática do *bullying* e da violência escolar.

Programa Educar para a Paz

Disponível em <http://www.bullying.pro.br>. Acesso em 08/06/2014

Desenvolvido pela professora e pesquisadora brasileira Cleo Fante, o programa foi implantado na cidade de São José do Rio Preto, interior do estado de São Paulo, entre 2002 e 2004, em instituições de Ensino Fundamental I e II. Visando a combater o *bullying* e a disseminar a Cultura da Paz, o programa trabalhava sobre a promoção da integração entre estudantes, valorando as relações interpessoais positivas, pautadas na cooperação, tolerância e respeito às diferenças.

As ações preventivas do programa, segundo a própria Cleo Fante, são relativamente simples, tais como leitura e produção de textos, exibição e debate sobre vídeos e filmes. Contudo, a intervenção junto aos casos de *bullying* ocorridos envolvendo, sem deixar escapar, os seus agentes – agressores, vítimas e platéia (público) – e criar a postura da prevenção e não ater-se apenas às soluções, seriam os maiores desafios.

Fonte: MEDEIROS, Alexandre V. M. **Programas antibullying no mundo. In O fenômeno bullying: (in)definições do termo e suas possibilidades.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, 2012, p. 49 a 54. Disponível em: http://bdtd.ufg.br/tesesimplificado/tde_arquivos/30/TDE-2012-11-29T181555Z-2215/Publico/Dissertacao_Malman%202012.pdf. Acesso em 30/05/2014

Palestra: “Bullying: Aprendendo a lidar com as diferenças”

Promovida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho da Prefeitura Municipal de Uberlândia – MG

Local: Casa da Família Jardim Célia

Data: 02/06/2011

Fonte: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=agenciaNoticias&id=513>. Acesso em 30/05/2014

Palestra sobre Bullying (Ação).

Promovida pelo Pet Letras e Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia

Responsável: Prof. José Sueli Magalhães

Local: Campus Santa Mônica

Data: 02/09/2012

Fonte: <http://petletrasufu.blogspot.com.br>. Acesso em 31/05/2014

Projeto Bullying: Somos Todos Iguais nas Próprias Diferenças

Desenvolvido pela Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), desde 2012.

O projeto tem por objetivos esclarecer a problemática do *bullying* entre educadores, estudantes e comunidade escolar, trabalhando particularmente com os estudantes do Ensino Fundamental I e II, considerando sobremaneira as possibilidades de prevenção, por meio da conscientização. As ações do projeto podem ser realizadas em sala de aula ou em outras atividades, momentos e espaços, com recursos e conteúdos comuns às disciplinas escolares e pautam-se no respeito às diferenças como principal instrumento de enfrentamento do *bullying*. O projeto foi desenvolvido em algumas escolas da rede pública de ensino da capital fluminense.

Fonte <http://pt.slideshare.net/Vivict/projeto-bullying-somos-todos-iguais-nas-prprias-diferenas>. Acesso em 08/06/2014

Projeto Prevenção Também se Ensina

Coordenação: Secretaria de Estado da Educação (SEE) do estado de São Paulo – SP

O projeto foi executado a partir de 1996 pela Fundação para Desenvolvimento da Educação (FDE) em todo o estado de São Paulo e teve como objetivo viabilizar, na rede pública estadual, uma educação continuada para o desenvolvimento de valores importantes aos estudantes, tais como auto-estima e responsabilidade individual e coletiva, e a conscientização sobre o consumo de drogas, gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis.

O projeto capacitava os educadores para acompanhar e avaliar as ações citadas acima e também aquelas de enfrentamento à violência escolar e posteriormente ao *bullying* e destacava o envolvimento de centros de saúde, ONGs e associações comunitárias.

ANEXO 03

ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS SELECIONADAS PARA A PESQUISA

A escolha das escolas públicas municipais e estaduais selecionadas em cada setor (região) da cidade de Uberlândia, deu-se a partir dos dados enviados pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e pela Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Uberlândia, optando-se pelas instituições com o maior número de estudantes no Ensino Fundamental II.

A Secretaria Municipal de Educação enviou tabela pronta com a indicação das escolas, sem contudo, afirmar o número exato de alunos. Esse dado foi solicitado ao setor responsável por telefone, e-mail e pessoalmente, mas a resposta foi negativa e justificada pelo fato de a “Secretaria Municipal de Educação ainda não ter terminado o censo escolar de 2014” e somente ela poderia informar esse dado, impedindo as escolas em fazê-lo.

Segue abaixo a planilha com as escolas indicadas:



COORDENADORA DA INSPEÇÃO ESCOLAR
e-mail: iesc@uberlandia.mg.gov.br
3239-2621

Setor Sul

Ord	Escolas Municipais de Ensino Fundamental Zona Urbana e Zona Rural	Telefone	Diretor (a)	Turnos	Idades	Modalidade de Ensino
1	EM Prof. Eurico Silva R. Antônio Alves Santos, 39 - Conjunto Viviane E-mail: emef.euricosilva@uberlandia.mg.gov.br	3216-9194	André Luís Andrade dos Santos andrelu5@yahoo.com.br	M, T e N	1º ao 9º ano	Ensino Fundamental 1º ao 9º ano EJA 6º ao 9º Período PMEIA - AEE

Setor Norte

Ord	Escolas Municipais de Ensino Fundamental Zona Urbana e Zona Rural	Telefone	Diretor (a)	Turnos	Idades	Modalidade de Ensino
1	EM Afrânio Rodrigues da Cunha R. Mundial, 640 - Jardim Brasília E-mail: emef.afraniorodrigues@uberlandia.mg.gov.br	3215-2213	Iara Maria de Souza jaramariagouzas@gmail.com	M, T e N	1º ao 9º ano	Ensino Fundamental 1º ao 9º ano EJA 6º ao 9º Período PMEIA - AEE

Setor Oeste

Ord	Escolas Municipais de Ensino Fundamental Zona Urbana e Zona Rural	Telefone	Diretor (a)	Turnos	Idades	Modalidade de Ensino
1	EM Dr. Glásten Guerra de Rezende R. Gaza, 330 - Jardim Canaã E-mail: emef.gladstenguerrederezende@yahoo.com.br	3238-7171	Iris Marta Fernandes Camargos irisamartafc@gmail.com	M, T e N	5 anos ao 9º ano	EJA/ Ensino Fundamental 1º ao 9º ano EJA 6º ao 9º Período PMEIA

Setor Leste

Ord	Escolas Municipais de Ensino Fundamental Zona Urbana e Zona Rural	Telefone	Diretor (a)	Turnos	Idades	Modalidade de Ensino
1	EM Hilda Leão Carneiro R. Gamela, 220 - Morumbi E-mail: emef.hildaleao@uberlandia.mg.gov.br	3216-6323	Geanne Cruz de Aquino Moraes geannecruz@yahoo.com.br	M, T e N	1º ao 9º ano	Ensino Fundamental 1º ao 9º ano EJA 5º ao 8º Período PMEIA - AEE

Setor Centro

Ord	Escolas Municipais de Ensino Fundamental Zona Urbana e Zona Rural	Telefone	Diretor (a)	Turnos	Idades	Modalidade de Ensino
1	EM Prof. Otávio Batista Coelho Filho R. José R. dos Santos, 1010 - Brasil E-mail: emef.otaviobatista@uberlandia.mg.gov.br	3212-3511 3213-2758	Tânia de Fátima Lara tanialara12@yahoo.com.br	M, T	1º ao 9º ano	Ens Fundamental 1º ao 9º ano AEE

A Superintendência Regional de Uberlândia enviou duas planilhas intituladas “Número de Alunos Ensino Fundamental – Anos Finais”, de 2013 e 2014, em que constam os dados das escolas, ressaltando também que “os dados de 2014 não estavam fechados”. Seguem as tabelas:

		<i>Ens. Fundamental - Anos Finais</i>
167282	EE ALDA MOTA BATISTA	97
167649	EE DA CIDADE INDUSTRIAL	113
167291	EE IGNÁCIO PAES LEME	122
167461	EE ANGELINO PAVAN	134
167231	EE FELISBERTO ALVES CARREJO	141
167657	EE TREZE DE MAIO	145
167266	EE HORTÊNCIO DINIZ	156
167215	EE ENÉIAS VASCONCELOS	169
167517	EE PROFESSORA ALICE PAES	174
167401	EE ÂNGELA TEIXEIRA DA SILVA	185
167258	EE GUIOMAR DE FREITAS COSTA	186
167347	EE NO CONJUNTO HABITACIONAL CRUZEIRO DO SUL	192
167487	EE ANTÔNIO LUIS BASTOS	199
167495	EE PADRE MARIO FORESTAN	211
167568	EE BUENO BRANDÃO	212
167223	EE CUSTÓDIO DA COSTA PEREIRA	229
167541	EE PROFESSOR INÁCIO CASTILHO	247
338893	EE DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	249
167592	EE SÉRGIO DE FREITAS PACHECO	252
167711	EE PRESIDENTE TANCREDO NEVES	253
167410	EE MARIA DA CONCEIÇÃO BARBOSA DE SOUZA	260
167681	EE CLARIMUNDO CARNEIRO	262
167878	EE JARDIM IPANEMA	268
167754	EE PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK	272
167631	EE SETE DE SETEMBRO	276
207403	EE JOSÉ GOMES JUNQUEIRA	287
167428	EE PROFESSOR NELSON CUPERTINO	291
167240	EE AFONSO ARINOS	294
167550	EE ROTARY	308
167746	EE NEUZA REZENDE	322
167576	EE SEIS DE JUNHO	324
167363	EE AMADOR NAVES	331
167622	EE JOÃO REZENDE	333
167797	EE DO PARQUE SÃO JORGE	338
167703	EE HERCÍLIA MARTINS REZENDE	356
167339	EE PROFESSOR JOSE IGNÁCIO DE SOUSA	379
167771	EE ANTÔNIO THOMAZ FERREIRA DE REZENDE	379
167509	EE LOURDES DE CARVALHO	397
167304	EE PROFESSORA JUVENÍLIA FERREIRA DOS SANTOS	398
167398	EE MÁRIO PORTO	401
167673	EE TUBAL VILELA DA SILVA	412
167321	EE AMÉRICO RENÉ GIANNETTI	419
167606	EE JERÔNIMO ARANTES	430
167274	EE HONÓRIO GUIMARÃES	433

167843	EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES	443
167312	EE JOAQUIM SARAIVA	446
167371	EE MARECHAL CASTELO BRANCO	449
167738	EE TEOTÔNIO VILELA	462
167690	EE DE UBERLÂNDIA	510
167380	EE PROFESSOR LEÔNIDAS DE CASTRO SERRA	553
167614	EE SEGISMUNDO PEREIRA	634
167665	EE DO BAIRRO JD DAS PALMEIRAS	655
167584	EE FREI EGÍDIO PARISI	680
167827	EE DR DUARTE PIMENTEL DE ULHOA	860

DATA DE REFERENCIA: 07/05/2014

167649	EE DA CIDADE INDUSTRIAL	59
167487	EE ANTÔNIO LUIS BASTOS	70
167517	EE PROFESSORA ALICE PAES	81
167266	EE HORTÊNCIO DINIZ	99
167401	EE ÂNGELA TEIXEIRA DA SILVA	108
167631	EE SETE DE SETEMBRO	113
167215	EE ENÉIAS VASCONCELOS	130
167291	EE IGNÁCIO PAES LEME	136
167231	EE FELISBERTO ALVES CARREJO	139
167495	EE PADRE MARIO FORESTAN	142
167347	EE NO CONJUNTO HABITACIONAL CRUZEIRO DO SUL	148
167878	EE JARDIM IPANEMA	164
167568	EE BUENO BRANDÃO	175
167410	EE MARIA DA CONCEIÇÃO BARBOSA DE SOUZA	190
167681	EE CLARIMUNDO CARNEIRO	194
167541	EE PROFESSOR INÁCIO CASTILHO	207
167428	EE PROFESSOR NELSON CUPERTINO	210
167258	EE GUIOMAR DE FREITAS COSTA	216
167550	EE ROTARY	220
167754	EE PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK	225
167223	EE CUSTÓDIO DA COSTA PEREIRA	258
167240	EE AFONSO ARINOS	262
167711	EE PRESIDENTE TANCREDO NEVES	263
338893	EE DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	267
167592	EE SÉRGIO DE FREITAS PACHECO	273
167363	EE AMADOR NAVES	288
167746	EE NEUZA REZENDE	299
167398	EE MÁRIO PORTO	314
167771	EE ANTÔNIO THOMAZ FERREIRA DE REZENDE	317
167304	EE PROFESSORA JUVENÍLIA FERREIRA DOS SANTOS	318
167339	EE PROFESSOR JOSE IGNÁCIO DE SOUSA	323
207403	EE JOSÉ GOMES JUNQUEIRA	328
167576	EE SEIS DE JUNHO	344
167703	EE HERCÍLIA MARTINS REZENDE	360
167622	EE JOÃO REZENDE	366

167738	EE TEOTÔNIO VILELA	374
167380	EE PROFESSOR LEÔNIDAS DE CASTRO SERRA	383
167606	EE JERÔNIMO ARANTES	392
167321	EE AMÉRICO RENÉ GIANNETTI	394
167673	EE TUBAL VILELA DA SILVA	395
167312	EE JOAQUIM SARAIVA	409
167274	EE HONÓRIO GUIMARÃES	411
167509	EE LOURDES DE CARVALHO	438
167843	EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES	452
167371	EE MARECHAL CASTELO BRANCO	481
167690	EE DE UBERLÂNDIA	491
167584	EE FREI EGÍDIO PARISI	569
167797	EE DO PARQUE SÃO JORGE	609
167614	EE SEGISMUNDO PEREIRA	630
167665	EE DO BAIRRO JARDIM DAS PALMEIRAS	706
167827	EE DR DUARTE PIMENTEL DE ULHOA	865
167355	EE JOSÉ ZACHARIAS JUNQUEIRA	
167444	EE ENEAS DE OLIVEIRA GUIMARÃES	
167461	EE ANGELINO PAVAN	
167479	EE OSVALDO RESENDE	
167525	EE BOM JESUS	
167533	EE RIO DAS PEDRAS	
167657	EE TREZE DE MAIO	
167720	EE CORONEL JOSE TEOFILO CARNEIRO	
167789	EE DO BAIRRO MARAVILHA	
167801	EE DONA ALEXANDRA PEDREIRO	

Após análise dos dados fornecidos, foram selecionadas as instituições de ensino apresentadas a seguir. Os quadros contêm informações a respeito de atividades realizadas quanto ao enfrentamento do *bullying* e do *ciberbullying*.

Setor Norte:

Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha

R.: Mundial, 640, bairro Jardim Brasília – telefone: 3215-2213

Entrevista realizada em 08/05/2014

Nº. de alunos matriculados no Ensino Fundamental II: não foi fornecido.

- Página no Facebook:

<https://www.facebook.com/EscolaMunicipalAfranioRodriguesDaCunha?fref=ts>

- Blog da escola: <http://escolaafrafranio.blogspot.com.br/>

- Não há material sobre *bullying* ou *ciberbullying* na página do Facebook e no blog da escola.

- A escola não arquivou fotos ou qualquer outro material das atividades sobre *bullying* e *ciberbullying*. A entrevistada justificou que as atividades são do registro de sala de aula e que somente os professores talvez ainda guardassem algum material.

Escola Estadual Antônio Thomaz Ferreira de Rezende

R.: Estrela Dalva, 725, bairro Jardim Brasília – telefone: 3219-1334

Entrevista realizada em 20/05/2014

Nº. de alunos matriculados no Ensino Fundamental II: 317 alunos em 2014.

- Página no Facebook: <http://escolaafranio.blogspot.com.br/>

- Blog da escola: a escola não possui blog

- Na página do Facebook foi encontrada uma postagem com referência ao *bullying*, de 11 de julho de 2013: fotos do projeto “Parada para leitura e conscientização”.

- A escola não arquivou fotos ou qualquer outro material das atividades sobre *bullying* e *ciberbullying*. A entrevistada justificou que as atividades são do registro de sala de aula e que somente os professores talvez ainda guardassem algum material.

Setor Sul:

Escola Municipal Prof. Eurico Silva

R.: Antônio Alves Santos, 39, bairro Conjunto Viviane – telefone: 3216-9194

Entrevista realizada em 13/05/2014

Nº. de alunos matriculados no Ensino Fundamental II: não foi fornecido.

- Página no Facebook: <https://www.facebook.com/pages/Escola-Municipal-Professor-Eurico-Silva/200219526799008?fref=ts>

- Blog da escola: <http://euricosilvaescola.blogspot.com.br/2013/04/projeto-bullying.html>

- Não há material sobre *bullying* ou *ciberbullying* na página da escola no Facebook.

- No blog da escola foi encontrado um índice com referência ao *bullying*, intitulado “Projeto Bullying”, de 17 de abril de 2013, contudo não há nenhuma postagem ou comentário.

- A escola não arquivou fotos ou qualquer outro material das atividades sobre *bullying* e *ciberbullying*. A entrevistada justificou que as atividades são do registro de sala de aula e que somente os professores talvez ainda guardassem algum material. Ela ainda citou que há um caderno de ocorrências em que são feitos os registros dos casos de *bullying*, mas que apenas a direção da escola poderia disponibilizá-lo.

Escola Estadual do Parque São Jorge

R.: Oswaldo Silvério da Silva, 346, bairro Parque São Jorge I – telefone: 3222-0950

Entrevista realizada em 26/05/2014

Nº. de alunos matriculados no Ensino Fundamental II: 609 alunos em 2014.

- Página no Facebook: <https://www.facebook.com/pages/Escola-Estadual-Parque-S%C3%A3o-Jorge/131167233687627>

- Blog da escola: a escola não possui blog.

- Não há material sobre *bullying* ou *ciberbullying* na página da escola no Facebook.

- A escola não arquivou fotos ou qualquer outro material das atividades sobre *bullying* e *ciberbullying*. A entrevistada justificou que as atividades são do registro de sala de aula e que somente os professores talvez ainda guardassem algum material.

Setor Oeste:

Escola Municipal Dr. Gladsen Guerra de Rezende

R. Gaza, 330, bairro: Jardim Canaã – telefone: 3238-7171

Entrevista realizada em 29/05/2014

Nº. de alunos matriculados no Ensino Fundamental II: não foi fornecido.

- Página no Facebook: <https://www.facebook.com/pages/Escola-Municipal-Dr-Gladsen-Guerra-De-Rezende/650716258275667?fref=ts>

- Blog da escola: a escola não possui blog.

- Não há material sobre *bullying* ou *ciberbullying* na página da escola no Facebook.

- A escola não arquivou fotos ou qualquer outro material das atividades sobre *bullying* e *ciberbullying*. A entrevistada justificou que as atividades são do registro de sala de aula e que somente os professores talvez ainda guardassem algum material.

Escola Estadual Teotônio Vilela

R.: Da Secretária, 384, bairro Planalto – telefone: 3257-2526

Entrevista realizada em 27/05/2014

Nº. de alunos matriculados no Ensino Fundamental II: 374 alunos em 2014.

- Página no Facebook: <https://www.facebook.com/EETVUberlandia?fref=ts>

- Blog da escola: <http://eestadualteotonioms.blogspot.com.br/>

- Não há material sobre *bullying* ou *ciberbullying* na página da escola no Facebook.

- Há uma postagem no blog da escola, com fotos, referente ao *bullying*, datada de 15/09/2011, intitulada “Dia Estadual de Combate ao Bullying Escolar” - <http://eestadualteotonioms.blogspot.com.br/2011/09/dia-estadual-de-combate-ao-bullying.html>
- A escola não arquivou fotos ou qualquer outro material das atividades sobre *bullying* e *ciberbullying*. A entrevistada justificou que as atividades são do registro de sala de aula e que somente os professores talvez ainda guardassem algum material.
- Foram feitos cartazes ao final do ano de 2013, espalhados pela escola e desfeitos (jogados fora) ao final do ano, mas que farão a mesma atividade no 2º semestre de 2014.

Setor Leste:

Escola Municipal Hilda Leão Carneiro

R. Gamela, 220, bairro: Morumbi – telefone: 3216-6323

Entrevista realizada em 22/05/2014

Nº. de alunos matriculados no Ensino Fundamental II: não foi fornecido.

- Página no Facebook: <https://www.facebook.com/groups/770066539691206/?fref=ts>
- Blog da escola: <http://hildaleao.blogspot.com.br/>
- Não há material sobre *bullying* ou *ciberbullying* na página do Facebook e no blog da escola.
- A escola não arquivou fotos ou qualquer outro material das atividades sobre *bullying* e *ciberbullying*. A entrevistada justificou que as atividades são do registro de sala de aula e que somente os professores talvez ainda guardassem algum material.

Escola Estadual Frei Egídio Parisi

Av.: Dr. Misael Rodrigues de Castro, 2626, bairro Segismundo Pereira – telefone: 3216-1153

Entrevista realizada em 23/05/2014

Nº. de alunos matriculados no Ensino Fundamental II: 569 alunos em 2014.

- Página no Facebook: <https://www.facebook.com/pages/Escola-Estadual-Frei-Egido-Parisi/473016769441381?fref=ts>
- Blog da escola: a escola não possui blog.
- Não há material sobre *bullying* ou *ciberbullying* na página do Facebook.
- A escola não arquivou fotos ou qualquer outro material das atividades sobre *bullying* e *ciberbullying*. A entrevistada justificou que as atividades são do registro de sala de aula e que somente os professores talvez ainda guardassem algum material.

Setor Centro:Escola Municipal Prof. Otávio Batista Coelho Filho

R. José Resende dos Santos, 1010, bairro: Brasil – telefone: 3212-3511

Entrevista realizada em 15/05/2014

Nº. de alunos matriculados no Ensino Fundamental II: não foi fornecido.

- Página no Facebook: <https://www.facebook.com/otavio.batistacoelho filho>

- Blog da escola: <http://escolaotavio.blogspot.com.br>

- Não há material sobre *bullying* ou *ciberbullying* na página do Facebook e no blog da escola.

- A escola não arquivou fotos ou qualquer outro material das atividades sobre *bullying* e *ciberbullying*. A entrevistada justificou que as atividades são do registro de sala de aula e que somente os professores talvez ainda guardassem algum material.

Escola Estadual de Uberlândia

Pç.: Adolfo Fonseca, 141, bairro Centro – telefone: 3236-2386

Entrevista realizada em 15/05/2014

Nº. de alunos matriculados no Ensino Fundamental II: 491 alunos em 2014.

- Página no Facebook: <https://www.facebook.com/pages/Escola-Estadual-Uberl%C3%A2ndia-MUSEU/206944622658017>

- Blog da escola: <http://museuudi.blogspot.com.br/>

- Não há material sobre *bullying* ou *ciberbullying* na página do Facebook e no blog da escola.

- A escola não arquivou fotos ou qualquer outro material das atividades sobre *bullying* e *ciberbullying*. A entrevistada justificou que as atividades são do registro de sala de aula e que somente os professores talvez ainda guardassem algum material.